



Pensar a
História
com e além de
Bourdieu

Luis Carlos dos Passos Martins (Org.)



O livro agora apresentado é composto por 11 capítulos que, apesar dos temas e dos períodos de estudo diferentes, têm uma questão de fundo em comum: pensar os objetos de pesquisa histórico a partir do olhar da sociologia relacional de Pierre Bourdieu – o que está longe de ser fácil, muito menos isento de controvérsias. Outro ponto de semelhança entre os textos aqui reunidos está na constatação de que, por caminhos e em etapas distintas, todos foram elaborados durante o processo de produção da tese ou da dissertação dos seus respectivos autores. Desta forma, apresentam, de um lado, um caráter provisório – pois muitas questões aqui contidas podem e devem ainda ser revisadas – e, de outro lado, reflexões originais sobre a pesquisa em História no processo de interação entre o aporte teórico-metodológico e a realidade empírica estudada, momento importante da investigação na área, mas raramente compartilhado pelos pares. É com referência, então, a este duplo caráter – e por causa deste duplo caráter – que estes textos devem ser lidos e avaliados. A ideia de publicar estes trabalhos surgiu durante as discussões finais de uma disciplina ministrada por mim no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, durante o segundo semestre de 2016, intitulada Impressão, apropriação e circulação das ideias: história social dos impressos a partir de uma visão bourdiesana. Esta disciplina tinha como objetivo abordar a História Social dos Impressos a partir do referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu e sua proposta para uma sociologia da cultura. Procurou-se se, acima de tudo, observar os processos historicamente situados de produção, de circulação e de apropriação de livros, de revistas e de jornais a partir de alguns conceitos bourdianos como: mercado de bens simbólicos, campo de produção cultural e campo de produção ideológica. Após esta análise inicial, os alunos, alguns deles hoje autores neste livro, tiveram como tarefa pensar os seus objetos de pesquisa ou a pesquisa na área da História dos Impressos com base na apropriação do aporte teórico de Bourdieu acima referido. Como o resultado desta empreitada se mostrou de muito boa qualidade e proveitosa para outros pesquisadores na área, decidiu-se pela publicação de parte dos trabalhos, acrescidos de algumas reflexões anteriores que eu havia feito em estágio semelhante de pesquisa sobre o mesmo tema.



**Pensar a História
com e além de
Bourdieu**



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Pensar a História
com e além de
Bourdieu

Experiências de pesquisa

Luis Carlos dos Passos Martins
(Org.)

φ editora fi

Direção editorial: Rafael Saraiva Lapuente; Tiago Arcaño Orben; Rafael Ganster

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 11

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.)

Pensar a História com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa [recurso eletrônico] / Luis Carlos dos Passos Martins (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

231 p.

ISBN - 978-85-5696-195-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. Historiografia, 3. História cultural, 4. Pesquisa. I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	9
Luis Carlos dos Passos Martins	

Capítulo I Reflexões Introdutórias

1.....	19
História e sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiográfica no segundo governo Vargas	
Luis Carlos dos Passos Martins	

2.....	33
Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas	
Luis Carlos dos Passos Martins	

Capítulo II A imprensa em análise

1.....	51
Valores-notícia na <i>Gazeta de Alegrete</i>: um olhar bourdiano sobre a seleção das notícias no início do século XX	
Cândida Schaedler	

2.....	71
Modas e Bordados e Jornal das Moças: revistas femininas a partir de Bourdieu	
Vitória Almeida Machado	

3.....	87
Campo de Produção Ideológica: uma possibilidade teórica para a análise de representações sobre as favelas	
Letícia Sabina Wermeier Krilow	

4.....	113
Reflexões sobre a relação imprensa e política e a incorporação da teoria social bourdiana: análise do governo Goulart na imprensa carioca (1961-1964)	
Cristiane Mitsue Corrêa	

Capítulo III

Bourdieu entre gosto e trajetória

1.....	133
“Controlar o estado socialista” Os <i>conselhos populares</i> nas páginas da <i>Teoria e Debate</i>	
Rafael Saraiva Lapuente	
2.....	157
Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli: aproximações, possibilidades e usos para o estudo da trajetória de lideranças políticas no Brasil republicano	
Rodrigo Dal Forno	
3.....	179
Biscoutos Leal Santos “<i>iguales aos estrangeiros</i>”: uma questão de gosto e de distinção social	
Olivia Silva Nery	
4.....	201
Ironides Rodrigues: a trajetória de um <i>negro atuante</i>	
Gabriel Soares Predebon	
5.....	217
Uma análise acerca do Clube de Gravura de Porto Alegre através de alguns conceitos de Pierre Bourdieu	
Jéssica Tuany Wiadetski	

Apresentação

Luis Carlos dos Passos Martins¹

O livro agora apresentado é composto por 11 capítulos que, apesar dos temas e dos períodos de estudo diferentes, têm uma questão de fundo em comum: pensar os objetos de pesquisa histórico a partir do olhar da sociologia relacional de Pierre Bourdieu – o que está longe de ser fácil, muito menos isento de controvérsias. Outro ponto de semelhança entre os textos aqui reunidos está na constatação de que, por caminhos e em etapas distintas, todos foram elaborados durante o processo de produção da tese ou da dissertação dos seus respectivos autores. Desta forma, apresentam, de um lado, um caráter provisório – pois muitas questões aqui contidas podem e devem ainda ser revisadas – e, de outro lado, reflexões originais sobre a pesquisa em História no processo de interação entre o aporte teórico-metodológico e a realidade empírica estudada, momento importante da investigação na área, mas raramente compartilhado pelos pares. É com referência, então, a este duplo caráter – e por causa deste duplo caráter – que estes textos devem ser lidos e avaliados.

A ideia de publicar estes trabalhos surgiu durante as discussões finais de uma disciplina ministrada por mim no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, durante o segundo semestre de 2016, intitulada *Impressão, apropriação e circulação das ideias: história social dos impressos a partir de uma visão bourdiesana*. Esta disciplina tinha como objetivo abordar a

¹ Professor Adjunto do Curso de Graduação e do PPG em História da PUCRS, coordenador do Curso de História da mesma instituição e coordenador do GT Nacional de História Política ANPUH.

História Social dos Impresses a partir do referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu e sua proposta para uma sociologia da cultura. Procurou-se se, acima de tudo, observar os processos historicamente situados de produção, de circulação e de apropriação de livros, de revistas e de jornais a partir de alguns conceitos bourdianos como: *mercado de bens simbólicos*, *campo de produção cultural* e *campo de produção ideológica*. Após esta análise inicial, os alunos, alguns deles hoje autores neste livro, tiveram como tarefa pensar os seus objetos de pesquisa ou a pesquisa na área da História dos Impresses com base na apropriação do aporte teórico de Bourdieu acima referido. Como o resultado desta empreitada se mostrou de muito boa qualidade e proveitosa para outros pesquisadores na área, decidiu-se pela publicação de parte dos trabalhos, acrescidos de algumas reflexões anteriores que eu havia feito em estágio semelhante de pesquisa sobre o mesmo tema. O que proporcionou a configuração da obra que segue abaixo.

O primeiro capítulo (*História e sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiográfica no segundo governo Vargas*) é uma reflexão promovida na reta final da minha dissertação de mestrado com a qual procuro, a partir de Bourdieu, discutir a relação imprensa e política no Segundo Governo Vargas. O objetivo central era questionar e superar a dualidade de posições que a historiografia usava para enquadrar a imprensa do período: de um lado, a proposta de analisar as tomadas de posição dos jornais de forma isolada da rede de relações em que eles estão inseridos e, de outro lado, a tendência de se reduzir essas tomadas de posição às suas possíveis determinações externas (interesses econômicos ou sociais), tirando toda a especificidade da atividade jornalística.

O segundo capítulo apresenta um texto redigido durante a minha tese de doutoramento (*Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas*). Nele, avalio o emprego do conceito bourdiano de campo jornalístico na análise da imprensa

carioca da década de 1950, discutindo os seus limites e as suas possibilidades como instrumento de interpretação da imprensa no Brasil. Inquietava-me na época – e ainda hoje – o fato deste conceito ser aplicado largamente nos estudos de História e mídia sem a devida reflexão teórico-metodológica, o que é preocupante tendo em vista o próprio estado bastante parcial e embrionário com que Bourdieu deixou este importante instrumento teórico para a área de comunicação.

Ambos os textos acima descritos estão “datados” e, por isto, passíveis de revisão e problematização. Da mesma forma, em certos momentos, alguns temas são retomados e rediscutidos, o que pode tornar a sua leitura menos fluente do que deveria. Entretanto, optei por mantê-los na sua forma original exatamente para dar ao leitor a oportunidade de acompanhar a reflexão sobre a pesquisa no momento em que ela surge ao pesquisador no processo de construção do objeto de estudo e não depois que a investigação, mesmo sem resolver todos os problemas que se propôs enfrentar, estaria formalmente encerrada.

O terceiro capítulo é de autoria da, então, mestranda em Comunicação Social (PUCRS) Cândida Schaedler, que procurou associar o conceito de *campo jornalístico* ao de valores-notícia – ou seja, os princípios que guiam a seleção dos acontecimentos jornalísticos alçados à condição de notícia –, defendendo que os segundos são a chave para compreender as formas de agir dos profissionais do primeiro. Com base neste pressuposto, procurou-se investigar os valores-notícia que orientavam a imprensa interiorana gaúcha, no início do século XX, tendo como objeto de análise o jornal *Gazeta de Alegrete*.

Para o quarto capítulo (*Modas e Bordados e Jornal das Moças: revistas femininas a partir de Bourdieu*), temos a pesquisa da mestranda em História da PUCRS Vitória Almeida Machado, que procurou analisar a representação feminina em dois periódicos: *Jornal das Moças*, no Brasil, e *Modas e Bordados - Vida Feminina*, em Portugal, no período entre 1937 e 1945, momento em que ambos

os países estavam inseridos em um cenário político baseado no autoritarismo. Para isto, utilizou os conceitos bourdianos de *violência simbólica*, *poder simbólico* e *dominação masculina*, com o intuito de compreender a construção do imaginário do “sujeito mulher” e o processo de normatização feminina via imprensa.

O quinto capítulo é resultado da dissertação de Mestrado de Letícia Krilow (*Cidades de papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas - 1951-1954*) orientada por mim e que aborda a possibilidade de utilização do conceito bourdiano de *Campo de Produção Ideológica* como instrumental teórico para analisar as representações sobre as *favelas* durante o Segundo Governo Vargas. Conforme a autora, o período foi de grande crescimento e, ao mesmo tempo, de questionamento sobre estas áreas de habitação no Rio de Janeiro e a compreensão da tomada de posição dos jornais em relação a elas – notadamente, a forma como percebiam a questão e propunham soluções para a mesma – só é possível se considerarmos como os demais *agentes e campos de produção simbólica* (como *acadêmico*, *administração pública*, *religioso*, etc.) abordaram o tema.

O sexto capítulo (*Reflexões sobre a relação imprensa e política e a incorporação da teoria social bourdiana: análise do governo Goulart na imprensa carioca - 1961-1964*) é da mestranda em História da PUCRS Cristiane Mitsue Corrêa que aplica a teoria social de Bourdieu (*campo*, *habitus* e *luta simbólica*) na análise preliminar da *imagem pública* política de João Goulart e seu governo (1961-1964) na grande imprensa carioca. A proposta foi de compreender como as *narrativas* em disputa no cenário político brasileiro foram construídas pela imprensa, considerando o seu papel na desestabilização do governo através da *imagem* elaborada sobre o presidente.

No sétimo capítulo (“*Controlar o estado socialista*”: *Os conselhos populares nas páginas da Teoria e Debate*) temos um texto do doutorando em História também da PUCRS, Rafael Saraiva Lapuente. Nele, procura-se analisar a função da *Revista Teoria e*

Debate como instrumento empregado por intelectuais e por profissionais do *campo político* vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) para definir o perfil dos Conselhos Populares, proposta esta que era uma “ideia-força” defendida pelo PT nos anos 1980 e estava atrelada ao “puritanismo” da legenda naquele contexto.

Já o oitavo capítulo (*Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli: aproximações, possibilidades e usos para o estudo da trajetória de lideranças políticas no Brasil Republicano*) é de autoria do doutorando em História na PUCRS Rodrigo Dal Forno. Com este texto, o autor propõe um exercício de reflexão e de aproximação entre Pierre Bourdieu (principalmente, dos conceitos de *habitus* e de *capital*) e Jean-François Sirinelli (as noções de “estruturas de sociabilidades”, “redes” e “efeitos de idade e de geração”) no estudo de trajetórias de elites políticas no Brasil Republicano, através da análise da atuação das principais lideranças do Partido Libertador (João Baptista Lusardo, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla). Tendo em vista as diferentes matrizes teóricas de cada um dos autores base – o estruturalismo genético de Bourdieu X o interacionismo de Sirineli –, a proposta não deixa de configurar um considerável desafio, o qual Dal Forno, no meu entender, enfrentou com sucesso.

A doutoranda em História da PUCRS, Olivia Silva Nery, é a autora do nono capítulo (*Biscuitos Leal Santos “iguaes aos estrangeiros”: uma questão de gosto e de distinção social*), onde apresenta uma reflexão sobre as questões simbólicas que permeiam o consumo dos biscoitos da Fábrica Leal Santos & Cia durante a primeira década do século XX. Neste caso, ela procurou aplicar o conceito de *distinção social* de Bourdieu a partir do consumo de bens materiais e simbólicos, tendo basicamente como fonte de pesquisa a imprensa e a propaganda que procuravam construir significados sociais para a apropriação dos produtos da fábrica como bens distintivos e legitimadores de determinadas posições sociais dominantes no Sul do Brasil.

Enquanto que o décimo capítulo (*Ironides Rodrigues: a trajetória de um negro atuante*), de autoria do mestrando em História pela PUCRS Gabriel Soares Predebon, aborda os aspectos da vida e da trajetória do jornalista, educador, escritor e militante Ironides Rodrigues (1923-1987), a partir dos escritos de cunho autobiográfico deixados por ele e publicados em fins dos anos 1990. Para tanto, o autor emprega os cuidados teórico-metodológicos apontados por Bourdieu naquilo que ele definiu como “ilusão biográfica”, em especial a ideia de que não podemos pensar uma história de vida como uma sequência cronológica e lógica dos eventos pelos quais um indivíduo passa ao longo de sua trajetória.

O décimo primeiro e capítulo final (*Uma análise acerca do Clube de Gravura de Porto Alegre através de alguns conceitos de Pierre Bourdieu*) da mestranda em História Jéssica Tuany Wiadetski (PUCRS) constitui uma consistente reflexão sobre a aplicação dos conceitos bourdianos sobre os campos de produção cultural (como *habitus* e *campo artístico*) na pesquisa acerca do *Clube de Gravura de Porto Alegre (CGPA)*, entre os anos de 1950-1956. Na sua interpretação, tendo em vista a opção dos artistas da agremiação em combinar o Realismo Socialista soviético com o Realismo Social como tendência artística, não é possível falar em processo de autonomização desta área de produção cultural, como propõe Bourdieu para interpretar, por exemplo, o *campo de produção literário* francês em *As Regras da Arte*.

Por fim, como balanço geral destes trabalhos, considero que temos uma boa série de exemplos dos limites e das possibilidades de aplicação do aporte teórico de Bourdieu no estudo da História Cultural, em especial no que se refere aos “impressos”. A ideia, todavia, não é e nunca foi fazer uma tomada de posição a favor ou contra qualquer teoria ou autor, semelhante às discussões políticas ou mesmo futebolísticas, mas sim promover reflexões sobre a utilidade dos conceitos supracitados na construção do objeto de pesquisa para quem pretende trabalhar com História, Imprensa e/ou Cultura. Espero que a leitura seja útil ao pesquisador iniciante,

inclusive para uma possível decisão de não empregar os elementos teóricos-metodológicos aqui avaliados, caso eles não sejam pertinentes aos respectivos objetivos de estudo.

Capítulo I

Reflexões Introdutórias

História e sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiográfica no segundo governo Vargas¹

Luis Carlos dos Passos Martins²

Introdução

Este artigo visa discutir a produção historiográfica a respeito da relação entre imprensa e política no segundo governo Vargas, a partir do estudo do comportamento dos grandes jornais do Distrito Federal (RJ) no processo de criação da Petrobras (1951-1953). Nosso objetivo está em discutir o emprego da sociologia relacional de Pierre Bourdieu como forma de superar a dualidade em que a análise da imprensa do período é enquadrada: de um lado, pela tendência de se considerar as tomadas de posição dos jornais de forma isolada da rede de relações nas quais estão inseridos; de outro lado, pela forma de se reduzir essas tomadas de posição às suas possíveis determinações externas (interesses econômicos ou sociais), tirando toda a especificidade da atividade jornalística.

¹ Este artigo foi originalmente publicado nos anais do VIII Encontro Estadual de História - ANPUH/RS, realizado em Caxias do Sul, em 2006.

² Professor Adjunto do Curso de Graduação e do PPG em História da PUCRS, coordenador do Curso de História da mesma instituição e coordenador do GT Nacional de História Política ANPUH.

O estado do problema

O processo de aprovação da Petrobras (1951-1953) no segundo governo Vargas configura um interessante tema de pesquisa para quem deseja estudar este período da história brasileira, indo além das interpretações clássicas sobre o mesmo. Com efeito, essas interpretações basicamente procuraram enquadrar os conturbados acontecimentos que levaram à derrocada do governo, em 1954, pela oposição entre “nacionalistas”, defensores de um projeto de desenvolvimento autônomo do país, dentre os quais se encontrava Getúlio, e os “entreguistas”, partidários da entrada do capital internacional no Brasil³. Contudo, quando analisamos os acontecimentos que envolveram a criação da Petrobras, encontramos uma realidade bem diferente.

Originalmente, o projeto da Petrobras (06/12/1951) propunha uma empresa de economia mista e não incluía o monopólio estatal do petróleo. Por isso, o plano do governo foi rejeitado pelos grupos considerados “nacionalistas” que viam no monopólio estatal a única solução para o “problema” dos combustíveis líquidos condizente com os interesses nacionais, como era o caso da Campanha do Petróleo. Além disso, a própria UDN liberal, com o objetivo de tirar proveito político das hesitações de Vargas frente ao tema, adotou a tese do monopólio. Diante desta situação, o programa do governo só foi aprovado quando Getúlio decidiu incorporar o monopólio estatal parcial na Petrobras. Todavia, esta discussão se prolongou por quase dois anos (a empresa só foi aprovada em setembro de 1953), tendo como resultado significativos arranhões na imagem de Vargas como um verdadeiro nacionalista.

Desta forma, a abordagem da maneira como a grande imprensa do Distrito Federal, a mais influente do país, lidou com esta questão tão complicada, na qual interesses políticos e princípios

³ Quanto a estas interpretações, podemos consultar BOITO Jr (1982).

doutrinários entraram necessariamente em conflito, constitui uma boa oportunidade para compreendermos melhor sua relação com o governo Vargas e o próprio universo político-institucional. Esta tarefa, contudo, exige, previamente, uma avaliação criteriosa da literatura especializada no assunto, não apenas porque o tema tem sido, em geral, negligenciado, mas porque as formas de abordagem da imprensa do período merecem algumas considerações críticas.

A imprensa tornou-se um dos objetos preferenciais da análise historiográfica a respeito do segundo Governo Vargas, o que é plenamente justificável pelo papel decisivo que os grandes jornais tiveram na derrocada de Getúlio em agosto de 1954. Apesar dos estudos mais recentes terem avançado muito a compreensão deste processo⁴, a obra clássica de Nelson Werneck Sodré sobre a história da imprensa brasileira, publicada em 1966⁵, ainda é uma referência para grande parte dos pesquisadores.

Vamos começar, então, nossa análise avaliando alguns pontos do trabalho de Sodré. Para esse autor, a grande imprensa da década de 50 teria se oposto ao governo Vargas por ser uma expressão do imperialismo norte-americano no Brasil e, deste modo, defenderia o interesse das grandes corporações internacionais descontentes com a política nacionalista de Getúlio e responsáveis pela maior parte das verbas publicitárias que os grandes jornais recebiam. Sodré sustenta esta interpretação afirmando que a imprensa brasileira já havia passado, desde o início do século XX, por um processo de transição entre duas formas opostas de jornalismo, a saber, o jornalismo político-partidário - cuja mensagem estaria subordinada à lógica da atividade política e cuja função seria a de defender os interesses dos grupos que controlam os jornais - e o jornalismo empresarial ou comercial - cuja mensagem abandonaria a sujeição partidária para se submeter às demandas do mercado e,

⁴ Sem querer ser exaustivo, devo citar os trabalhos de GOLDENSTEIN (1987), ABREU & LATTMANN-WELTMANN (1994 e 1996), LAURENZA (1998), RODRIGUES (1999) e RIBEIRO (2002 e 2003).

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

muito especialmente, dos anunciantes do jornal. Desta maneira, segundo o autor, a grande imprensa brasileira estava submetida aos interesses do imperialismo, via publicidade, porque, na década de 1950, os seus jornais organizavam-se como grandes conglomerados comerciais subordinados ao mercado, em especial à pressão dos anunciantes.

Esta análise de Sodré, embora bastante difundida, merece alguns reparos, especialmente no que se refere ao emprego desses “modelos de jornalismo” como instrumento de interpretação. Nosso objetivo nesse artigo será avaliar o emprego dessas ferramentas conceituais.

A maioria dos trabalhos sobre a imprensa no Segundo Governo Vargas não contesta esta oposição, adotando o emprego desses “modelos de jornalismo” para a interpretação da imprensa nacional. A principal diferença está no deslocamento da passagem de um modelo ao outro, na medida em que, para grande parte dos autores, a “transição” teria ocorrido exatamente durante a década de 1950 e não no início do século XX, como defendia Sodré. Entretanto, esta crítica ainda é insuficiente, na medida em que dá por resolvida uma questão cuja discussão é fundamental é: até que ponto é adequado analisar a imprensa da década de 1950 com base apenas nesses “modelos” de jornalismo?

No caso em questão, estamos trabalhando com um conceito de *modelo* cuja principal função seria a de oferecer referências a partir das quais poderíamos interpretar a realidade estudada, com base nos indicadores oferecidos pelos mesmos, muito próxima àquilo que Weber definiu como o *tipo ideal*⁶.

⁶ Não temos espaço para discutir neste artigo o conceito weberiano de tipo ideal. Sobre isto, recomendo as seguintes leituras: RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. *Max Weber e Pierre Bourdieu: uma aproximação a partir da noção de tipo ideal*. Cadernos do Sociofilo, v. 1, p. 1-17, 2011, Veyne, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998 e Veyne, Paul. *O Inventário das Diferenças: História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Em relação à própria versão weberiana, consultar: Weber, Max. *A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

Entretanto, de modo geral, a literatura que analisa a imprensa na década de 1950 procura enquadrar os jornais estudados em um ou outro desses modelos, dando a entender que o objetivo essencial da pesquisa seria encontrar a efetivação “pura” dos mesmos na realidade abordada. Ao fazer isto, corre-se o sério risco de se confundir os modelos, que são construções abstratas e limites fornecedoras de referências gerais para compreender a realidade, com a própria realidade que se deseja estudar⁷. Em outras palavras, passa-se a empregar os *modelos* não como instrumentos analíticos, mas como fórmulas rígidas nas quais se procura, forçosamente, encaixar a realidade, esquecendo-se que a validade de um modelo deriva de sua capacidade explicativa do fenômeno abordado e, desta forma, deve ser constantemente avaliado, discutido, revisado, em um processo dinâmico (FONTES, 1997, p. 358). Estes cuidados são ainda mais imperiosos quando os modelos empregados foram originalmente desenvolvidos para a análise de realidades histórico-sociais diferentes das que se pretende estudar, como no caso que tratamos aqui.

Outro grave problema desta forma de interpretação está na tendência a uma visão teleológica da História. Com efeito, ao tomar como referência o presente para estudar o passado, a análise sofre o forte risco de pensar este passado apenas como mera etapa necessária ao presente, negligenciando a suas especificidades e particularidades como momento histórico. Associado a esta questão identifica-se um olhar julgador e/ou pejorativamente avaliativo dos períodos anteriores, os quais passam a ser visto como “atrasos” ou realidades “superadas” pela evolução até o presente.

Essas considerações nos levam ao segundo ponto que desejamos abordar, que diz respeito ao próprio “conteúdo” dos modelos empregados na análise da imprensa da década de 1950.

⁷ Devemos aqui ressaltar a recomendação de FONTES: “O modelo jamais é idêntico, por definição à realidade observada. Ele permite captar a dinâmica – movimento de um conjunto – ou a estrutura – formas de articulação de um grupo de fenômenos” (1997, p. 356).

Vimos que a tendência da literatura especializada é situar este período como um momento de transição de um modelo ao outro, ou seja, do jornalismo político-partidário para um jornalismo empresarial. Todavia, é necessário recordar que este processo corresponde à evolução da imprensa anglo-saxônica – em especial, a norte-americana –⁸, não sendo necessariamente universalizável a todas as sociedades. No caso brasileiro, é imperioso considerar que nossos grandes jornais da década de 50 recebiam forte influência do jornalismo francês, inspirado em uma imprensa de opinião que, apesar de publicamente combativa, não apresentava vínculos obrigatórios com partidos⁹.

Desta forma, para entendermos os jornais da década de 50, devemos fazer uma distinção fundamental entre o jornalismo propriamente partidário, ou seja, aquele cuja inserção no debate público se dá sob a autoridade de um grupo e/ou partido político, e o jornalismo doutrinário, cuja inserção na esfera de debates ocorre mediante a identificação do jornal com uma corrente ideológica ou com bandeiras de caráter público, sem vínculos diretos com partidos¹⁰. Esta distinção é essencial, por uma série de fatores. Primeiro, porque os principais jornais (e jornalistas) brasileiros do período representavam sua interação no debate público como instâncias cuja missão seria a de educar e formar a opinião pública em torno daquilo que desejavam fazer crer como a melhor expressão do bem coletivo¹¹, mas sem estarem diretamente

⁸ Quanto a isto ver a obra elucidativa de Michel Schudson: SCHUDSON, M. *Descobrimos a Notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

⁹ Quanto a isto, ver LINS DA SILVA (1991), RIBEIRO (2003), CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana - Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920) © *Media & Jornalismo*, v.1, n.3, p.29-50, 2003 e FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: Plon, 1993.

¹⁰ Sobre isto, para o caso francês, consultar FERENCZI (1993) e POPKIN, Jeremy. *Jornais: a nova face das notícias*. In.: DARNTON, R. & ROCHE, D. *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 195-224. No caso brasileiro, tal distinção é feita nos trabalhos de ALVES sobre os jornais riograndinos (2001).

¹¹ Quanto a isto ver: RIBEIRO (2003).

subordinados a agremiações partidárias. Segundo, porque ela implicava aos agentes jornalísticos a necessidade de construírem simbolicamente na sociedade uma forma institucional própria de intervenção no debate público, da qual deveriam tirar a sua autoridade como interlocutor legítimo neste debate, independentemente da vontade ou da consciência que tivessem disso (LAVINA RIBEIRO, 2004).

Em outras palavras, no caso em estudo, é necessário ultrapassar a dicotomia tradicional e incluir, ao menos, outro modelo, a saber, o de jornalismo doutrinário ou de tribuna, para entendermos o posicionamento dos impressos estudados. Obviamente que não se trata de excluir os demais ou mesmo enquadrar forçosa e exclusivamente os agentes jornalísticos nesse novo modelo, mas oferecer outros referenciais de ação a partir dos quais poderíamos interpretar o fenômeno estudado de forma mais complexa e mais adequada à realidade.

Esta consideração nos leva a outro ponto que gostaríamos de abordar, a saber, como as interpretações acima abordadas estão compreendendo a relação entre os jornais e as demais instâncias sociais, a partir da concepção dos seus modelos interpretativos?

Pelo que vimos em Sodré, a imprensa é basicamente entendida como um mero instrumento da defesa dos “interesses” daqueles que a dominam (políticos e/ou econômicos), no que o autor parece ser seguido pela maior parte da historiografia sobre o tema¹². Entretanto, autores como Abreu e Lattman-Weltman (1994 e 1996) apresentaram uma posição divergente ao contestarem a tendência de se considerar os jornais somente como instância subordinada aos interesses externos e, assim, meros reprodutores de um discurso ideológico dominante.

Na abordagem da cobertura do processo de criação da Petrobras, procuramos superar essas dificuldades através da obra

¹² Quanto a isso, consulte-se os trabalhos de GOLDENSTEIN (1987), LAURENZA (1998) e também de RIBEIRO (2002 e 2003).

de Bourdieu, especialmente pelas noções de *campo de produção ideológica* e de *campo jornalístico*. Não se trata apenas de impor modelos prontos e acabados, mas de construir um modelo geral capaz de dar conta da realidade complexa que pretendemos abordar. Como o próprio autor alerta¹³, a noção de *campo* não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos) e sim um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais¹⁴.

Para isso, procuramos selecionar os elementos do universo conceitual de Bourdieu que consideramos mais pertinentes à pesquisa da realidade estudada, sem temer, ainda, ir além das análises empreendidas pelo próprio autor, na medida em que a nossa pesquisa exigiu.

Como resultado, elaboramos um esboço do modelo aplicado no trabalho empírico, apresentado abaixo de forma bastante sintética. No que se refere à noção de *campo de produção ideológica*, ela nos permitiu uma compreensão mais refinada da relação entre a imprensa e o universo político-institucional. Com efeito, esta noção concebe a arena de debates como um espaço no qual agentes políticos, jornalísticos e outras entidades representativas estão inseridos em uma relação de concorrência para monopolizar a imposição da visão mais legítima sobre os acontecimentos publicamente relevantes (BOURDIEU, 1979, p. 465). O *campo de produção ideológica* funciona como um espaço de desvios diferenciais, no qual aquilo que os agentes e instituições são ou mesmo fazem só será compreendido com base no conjunto daquilo que os demais fazem ou são (BOURDIEU, 1989, p. 179). Desta forma, as pressões externas (econômicas, políticas), mesmo que sejam pertinentes, devem ser balizadas com as pressões internas ao

¹³ Em relação a esta questão, consultar BOURDIEU. Pierre Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989, p. 19-58.

¹⁴ BOURDIEU 1989, p. 27.

próprio *campo de produção*, na determinação das tomadas de posição dos agentes nele envolvidos.

A noção de *campo jornalístico*, por sua vez, indicou-nos que, mesmo ocorrendo alianças táticas entre os agentes jornalísticos e políticos, conforme esta área de atividade atinja um mínimo de especificidade, sua lógica de funcionamento tende a se diferenciar da lógica política e, até, entrar em choque com ela.

Com efeito, Bourdieu nos permitiu constatar que a lógica de disputa no campo político tende a provocar o abandono da pureza e da coerência doutrinárias em favor das demandas imediatas da luta pelo poder do Estado¹⁵. Entretanto, a lógica de um *campo jornalístico* cuja atividade predominantemente se define como doutrinária tende a ser distinta: o fato de os jornais representarem sua intervenção na esfera de debates através da associação com linhas ideológicas ou “bandeiras” pressiona para que mantenham a coerência com as doutrinas que dizem professar.

Esses elementos gerais constituíram, para nós, um esboço das características e necessidades derivadas da inserção institucional de um jornalismo que se diz doutrinário ou de tribuna, com base nas categorias conceituais de Bourdieu, bem como da relação desse universo com o mundo político-institucional. Mas, como alerta o próprio autor, trata-se de um modelo de comportamento, ou seja, de uma construção limite para interpretação da realidade que oferece parâmetros de comparação, mas que não pode ser confundida com esta realidade concreta, normalmente mais complexa e contraditória.

Procuramos empregar esse modelo à análise da cobertura da grande imprensa do Rio de Janeiro sobre o processo de criação da

¹⁵ Segundo Bourdieu, o campo político se constitui mediante duas lógicas distintas: a disputa propriamente eleitoral que pressiona seus agentes a lutar pelo maior público externo, abandonado a pureza doutrinária em favor dos programas com melhor capacidade de mobilizar os eleitores (BOURDIEU, 1989, p.183); a luta interna aos pares pela conquista do capital político institucionalizado (postos, cargos, verbas, etc.) a qual obriga os agentes a constantes acordos e alianças partidárias cujo princípio é a tática política e não necessariamente a afinidade ideológica (BOURDIEU, 1989, p.192).

Petrobras, através do estudo de três jornais: a *Última Hora*, o *Diário de Notícias* (RJ) e o *Correio da Manhã*. Esses jornais, além de representarem, grosso modo, as principais correntes doutrinárias que se debateram sobre a questão¹⁶, também ocupavam polos opostos do jogo político: a *Última Hora* era o principal periódico governista; os jornais *Diário de Notícias* (RJ) e o *Correio da Manhã* são considerados opositores intransigentes de Getúlio, afora terem dado apoio à UDN nas eleições presidenciais de 1945 e 1950. Dessa forma, essa amostra permitiu verificar como jornais importantes da grande imprensa da Capital Federal conciliaram os princípios doutrinários aos quais se identificavam com as demandas dos agentes do *campo político* com quem tinham mais afinidade.

Como conclusão, apresentamos duas considerações sobre os resultados obtidos com a aplicação do modelo acima descrito.¹⁷ Primeiro, com base no conceito de *campo de produção ideológica*, pudemos compreender a complexidade do universo político da década de 50 e sua relação com os principais órgãos da grande imprensa envolvidos no processo de criação da Petrobras. Principalmente, ficou clara a posição central ocupada por Getúlio, cuja linha de ação interferia na tomada de posição dos demais, quer por atração, como a *Última Hora*, quer por repulsão, como o *Diário de Notícias*. O caso deste último jornal é paradigmático: associado tradicionalmente à defesa do monopólio estatal do petróleo, o jornal mudou radicalmente de posição quando Vargas passou a adotar esta tese, na medida em que o *Diário* era um ferrenho anti-getulista. Assim, só podemos compreender a posição deste periódico em relação às tomadas de posição de Getúlio e nunca isoladamente, como tentaram fazer algumas análises (CARVALHO Jr., 2005).

Também podemos constatar a complexidade e a diversidade do *campo jornalístico* da década de 1950, que apresentava diferentes

¹⁶ A *Última Hora*, o nacional-desenvolvimentismo, o *Diário de Notícias*, o “nacionalismo” e o *Correio da Manhã*, o liberalismo.

¹⁷ A análise detalhada desses resultados pode ser consultada no texto da dissertação que deu origem nesse artigo, indicada na nota 1.

e contraditórias formas de inserção no debate público. Diante dessa realidade complexa e transpassada por pressões divergentes, cada jornal procurou uma estratégia própria para atender às diferentes e incongruentes demandas que sobre eles se exerciam. Contudo, em qualquer um dos casos, não foi possível desconsiderar totalmente a forma institucional com que a imprensa construía sua participação na arena de debate, a qual sempre esteve presente nas opções adotadas pelos impressos. Isso ficou mais evidente com o *Correio da Manhã*. Considerado udenista e anti-varguista, o jornal não deixou de defender o projeto de Vargas quando considerou que ele era uma solução adequada do ponto de vista da atração de capital estrangeiro, por exemplo, que tradicionalmente defendia. Da mesma forma, não deixou de fazer as mais severas críticas à UDN, sua suposta aliada, quando esta abandonou o liberalismo em favor da defesa do monopólio estatal do petróleo, a fim de tirar proveito político da situação.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro Relume-Dumará, 1994.
- ALVES (a), Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e se discurso político-partidário*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- ALVES (b), Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo: Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris: Minuit, 1979.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989.

CARVALHO Jr., Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias*. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2005.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana - Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920), *Media & Jornalismo*, v.1, n.3, p.29-50, 2003.

FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: Plon, 1993.

FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.508-535.

GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

LAURENZA, Ana M. A. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LINS DA SILVA, Carlos. E. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

POPKIN, Jeremy. *Jornais: a nova face das notícias*. In.: DARNTON, R. & ROCHE, D. *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 195-224.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, v.1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO. A. P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, Niterói, n. 8, 2002.

- RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço público*. A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. *Max Weber e Pierre Bourdieu: uma aproximação a partir da noção de tipo ideal*. Cadernos do Sociófilo, v. 1, p. 1-17, 2011.
- RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SCHUDSON, M. *Descobrimo a Notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Veyne, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- Veyne, Paul. *O Inventário das Diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Weber, Max. *A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas¹

Luis Carlos dos Passos Martins

Introdução

Neste capítulo iremos avaliar o emprego do conceito de *campo jornalístico*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, na análise da imprensa carioca da década de 1950 e sua posição frente ao segundo governo Vargas. Com base neste caso, pretendemos discutir os limites e possibilidades da referida categoria bourdiana como instrumento de interpretação da imprensa nacional, especialmente em sua relação com o *campo político*. Justificamos nosso tema recordando que este conceito vem sendo aplicado largamente no Brasil, embora tenha sido esboçado apenas parcialmente por seu autor original, dando margens a questionamentos e dúvidas. Ademais, o jornalismo da década de 1950 apresenta grande dinamismo, sendo palco de um processo de transição entre a imprensa doutrinária ou de opinião para uma mais informativa, o que permite caracterizá-lo como um interessante caso de estudo, diante dos objetivos aqui propostos.

¹ Este capítulo foi originalmente publicado nos Anais Eletrônicos do IX Encontro Estadual de História *Vestígio do Passado: a História e suas fontes* – ANPUH - 2008 – UFRGS - Porto Alegre.

Campo jornalístico, um conceito não tão simples

O objetivo destas reflexões é fazer um relato da minha experiência de pesquisa durante a dissertação de mestrado, quando tentei empregar algumas noções de Pierre Bourdieu como alternativa teórica para superar problemas encontrados na realização da mesma. Desta forma, embora não se pretenda abrir mão da apresentação sistemática dos conceitos empregados, o texto não seguirá, como é comum neste tipo de trabalho, uma exposição fechada e acabada dos mesmos, como se o pesquisador sempre tivesse por resolvidos todos os problemas que a teoria lhe permitiu superar. Ao contrário, nossa exposição irá privilegiar o diálogo, muitas vezes tortuoso e contraditório, entre o universo conceitual e a pesquisa empírica, dando ênfase às questões que inicialmente instigaram a delimitação do tema e os impasses que foram surgindo no decorrer do trabalho.

De outra parte, gostaria de salientar, nesta introdução, que meu objetivo aqui não é fazer uma “defesa” do autor e dos conceitos empregados em si mesmos, numa espécie de culto à teoria, que bloqueia a contestação ou até a adaptação de seus princípios à realidade, com receio de macular sua pureza intelectual. Longe disso, pretendo fazer uma reflexão acerca do uso instrumental dos conceitos, avaliando as respostas que os mesmos permitiram aos problemas surgidos no decorrer do trabalho, sem, contudo, esquecer os impasses e limites que eles mesmos implicaram.

A construção do objeto

Abordei na minha dissertação de mestrado a forma como a grande imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República, repercutiu o processo de criação da Petrobras no segundo Governo Vargas, ocorrido entre dezembro de 1951 e outubro de 1953. A escolha deste tema se deu por um conjunto de motivos.

Primeiro, pelo meu interesse em estudar a imprensa brasileira, especialmente na sua relação histórica com a política nacional. Privilegio o enfoque histórico porque a complexa relação entre a política e os meios de comunicação no Brasil não é um fenômeno recente. Quanto a isso, compartilho a tese de Lavina Ribeiro², para quem a imprensa brasileira, mesmo com variações regionais e temporais, construiu em longo prazo uma inserção institucional específica na esfera pública brasileira, até se tornar um ator importante, quando não decisivo, do processo político nacional. Dessa asserção inicial deriva uma das razões que motivaram a escolha do segundo governo Vargas como período específico para a pesquisa. Com efeito, este foi um dos momentos-chaves do processo de institucionalização mencionado acima, sendo que a bibliografia especializada apresenta a imprensa da década de 1950 como tendo forte atuação política, ao ponto de contribuir significativamente para o desfecho trágico e prematuro do governo de Getúlio.

Por fim, no que se refere à preferência sobre a questão da criação da Petrobras, ela se deu pela própria importância do tema - tendo em vista a relevância desta empresa no programa econômico do governo e toda a polêmica que se estabeleceu em torno do “problema do petróleo” desde meados da década de 1940. Mas também levou em conta o fato de este processo ter sido bastante contraditório, apresentando situações políticas que contrariam as visões tradicionais sobre o governo de Vargas, o seu programa econômico e mesmo a atuação da oposição representada pela UDN. Com efeito, por esta interpretação, o governo de Getúlio foi associado ao nacionalismo econômico e ao monopólio estatal do petróleo, à luta contra o imperialismo e contra a entrada do capital estrangeiro no Brasil³. Enquanto que a UDN é vista como defensora

² RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

³Sobre estas interpretações e sua crítica, consultar BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo: Ática, 1982 e VIANNA, Sérgio B. *A Política Econômica no*

do liberalismo econômico e, por isso, atrelada aos interesses do capitalismo internacional e ao setor agrário de nossa economia, ambos interessados em manter o Brasil na condição de exportador de produtos primários e importador de manufaturas.

Contudo, o processo de criação da Petrobras não ressaltou estas características. Inicialmente o projeto do petróleo proposto por Vargas defendia a criação de uma empresa de economia mista, não estabelecendo o monopólio estatal do petróleo e ainda permitindo, mesmo que de forma limitada, a participação do capital estrangeiro na empresa. Tal programa gerou uma forte oposição dos setores “nacionalistas” e deu à UDN a oportunidade de, diante da “timidez” nacionalista de Vargas, abandonar os princípios liberais e propor uma emenda ao seu projeto criando uma nova empresa estatal que estabelecia um monopólio integral do setor petrolífero, estatizando, inclusive, as refinarias privadas já em funcionamento no país. Como consequência, para ter seu programa aprovado, o governo teve que modificá-lo, incluindo o monopólio parcial no mesmo – ou seja, mantendo as refinarias privadas em funcionamento ou já concedidas, bem como o setor de distribuição, fora do controle estatal, o que originou uma outra empresa.

Tendo em vista a complexidade desta situação, o tema acabava se tornando um campo de teste bastante instigador para avaliar algumas hipóteses correntes sobre a relação entre imprensa e política no período em questão.

Para analisar esta relação e tendo em vista os limites estreitos de uma dissertação de mestrado, escolhi três periódicos que fossem qualitativamente representativos das principais posições político-doutrinárias da grande imprensa dos anos 50 no RJ: o jornal *Última Hora* (UH), que se dizia nacionalista e pró-Vargas, o jornal *Correio da Manhã* (CM), definido pela bibliografia como anti-varguista e liberal e o *Diário de Notícias* (DN), do RJ, considerado, ao menos no

caso do petróleo, como também nacionalista como a *UH*, porém, bastante anti-varguista como o *CM*.

Mas o avanço da análise ainda continha desafios significativos. Conforme a bibliografia especializada, a imprensa da década de 1950 apresentava relevantes peculiaridades. Apesar de alguns periódicos, como a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, terem sido criados com o apoio financeiro de grupos políticos específicos, os grandes jornais do período já estavam se constituindo ou em processo de constituição como empresas comerciais que se sustentavam pela venda e pela publicidade oferecida em suas páginas. Apesar disso, eles não seguiam o modelo de jornalismo americano, no qual a imprensa comercial ganhou corpo e força baseada nos princípios formais de neutralidade política e objetividade da informação. Ao contrário, seguiam uma tradição francesa, de jornais de tribuna, pela qual a opinião tinha prioridade sobre o caráter informativo, tendo em vista que esta imprensa se colocava como principal missão a “educação” do público leitor⁴.

Entretanto, no meu entender, a bibliografia especializada sobre esta imprensa não apresentava interpretações condizentes com a complexidade da mesma. Vejamos isso com detalhes.

Discussão conceitual

A visão mais difundida sobre a relação entre a imprensa deste período e a política foi oferecida pela obra, hoje clássica, de Nelson Werneck Sodré⁵ que, apesar de ter sido redigida na década de 1960, ainda tem grande aceitação entre os pesquisadores⁶. Segundo este

⁴Quanto a isso, consultar ALDE, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, set./dez. 1997.

⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

⁶ Como, por exemplo, RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentas da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999 (mimeo) e HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, que aborda o uso do rádio por Vargas e Perón.

autor, os grandes jornais brasileiros fizeram uma forte oposição ao governo Vargas porque este levou adiante medidas que favoreciam a independência econômica do Brasil e contrariavam os interesses do imperialismo internacional. Para o autor, o alinhamento dos nossos grandes jornais aos interesses do capitalismo internacional era uma decorrência de sua organização como empresas capitalistas, na medida em que dependiam da publicidade majoritariamente oferecida pelas corporações internacionais que vendiam produtos no Brasil, o que tornava estes impressos porta-vozes do imperialismo. Essa situação de dependência estrutural determinava o conteúdo da imprensa brasileira, fazendo com que as bandeiras “antinacionais” defendidas por eles não decorressem de suas próprias opções ideológicas, mas fossem impostas pelas agências de publicidade (SODRÉ, 1983, p. 398).

Análises mais recentes sobre a questão, mesmo incluindo novos elementos, ainda não fazem justiça, ao meu entender, às especificidades do objeto em questão. Cito, por exemplo, o trabalho de Ana Paula Goulart Ribeiro⁷, que abordou o processo de transição da imprensa brasileira no período em questão de um jornalismo político para um jornalismo industrial. Para ela, essa passagem foi muito difícil: além do descaso dos mestres da profissão frente aos princípios do jornalismo norte-americano, considerados como um empobrecimento do texto e mesmo um rebaixamento da nobre tarefa de orientar a “opinião pública”, as condições econômicas que permitiram a emergência do jornalismo empresarial nos EUA não estavam plenamente constituídas no Brasil dos anos 50, fazendo com que as mudanças fossem motivadas mais por razões políticas do que empresariais (RIBEIRO, 2003, p.9).

Desta maneira, segundo a autora, isso gerou uma relação muito próxima e promíscua entre os jornais, o Estado e os grupos

⁷ Ver: RIBERIO, Ana P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm> > e RIBEIRO, Ana P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, v.1, n. 31, 2003.

privados, levando a um desvirtuamento do processo de modernização da imprensa brasileira. Para ela, aliás, é apenas a adoção plena do modelo norte-americano que permitiu à atividade jornalística atingir especificidade e autonomia e, desta forma, impor seu próprio regime discursivo sobre seu fazer profissional. De tudo isso, a autora conclui que, dentro do quadro da década de 1950, o jornalismo brasileiro era uma atividade sem especificidade, praticamente indistinto da política e da literatura, com as quais se confundia (RIBEIRO, 2002, p. 285), não havendo diferença significativa entre, por exemplo, os grandes impressos brasileiros do período e os jornais políticos do Império, no que se refere à sua inserção na esfera pública.

Em suma, estas interpretações, apesar de apontarem para elementos interessantes e importantes do fenômeno em estudo, a meu ver, ainda são insuficientes para a compreensão do mesmo em toda sua especificidade. Primeiro, porque compreendem os jornais analisados como simples instrumentos da defesa de interesses gerados fora de sua área de produção, ou seja, como portadores do discurso de poder de outras esferas de atuação social, oriundos dos grupos políticos e/ou econômicos que os financiam. Concepção que é criticada por Lavina Ribeiro (2004, p. 329-330) e, especialmente, por Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1996, p.8) que condenam a tendência de se considerar a imprensa somente como instância subordinada aos interesses externos. Segundo, porque estas interpretações não permitem compreender a forma particular com que a imprensa da década de 1950 pretendia justificar sua inserção no espaço público, na medida em que, na minha percepção inicial, esta forma não se confundia com a exercida pela imprensa partidária.

Em busca de uma alternativa a estas dificuldades, ou seja, no objetivo de tentar manter na análise os compromissos externos dos jornais, mas incluir um mínimo de especificidade à atividade jornalística em questão, recorri à obra de Bourdieu, em especial ao conceito de *campo jornalístico*, tendo em vista que um dos

propósitos dessa noção é exatamente preservar um mínimo de especificidade ao jornalismo como *campo de produção simbólica*.

Contudo, para empregar esta categoria, deparei-me com novas dificuldades importantes. Primeiro, o jornalismo não foi um dos objetos de pesquisa privilegiados por Bourdieu. Em suas obras centrais sobre os espaços de produção culturais, os meios de comunicação são tratados de forma secundária, devido à condição subordinada que ocupariam frente às áreas mais nobres, como a arte erudita e a ciência. O uso da noção de *campo jornalístico*, por sua vez, aparece apenas nos textos mais tardios do autor⁸ e não apresenta o mesmo grau de sistematização de outros conceitos, pois é empregada mais para a crítica contra a hegemonia da televisão comercial no campo cultural francês do que propriamente para a análise científica. Entretanto, conforme o próprio autor nos avisa, a noção de *campo* não pode ser considerada como “o” objeto de análise⁹ e sim como um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais¹⁰.

Desta forma, o emprego da noção de *campo jornalístico* na análise de uma realidade particular como a imprensa brasileira da década de 50 exigiu uma seleção criteriosa dos elementos teóricos desenvolvidos pelo autor a fim de empregar os mais pertinentes à construção do objeto de pesquisa. Além disso, requereu também a exploração de sua obra para além dos textos específicos dedicados

⁸ Ver quanto a isso, os textos reunidos em BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

⁹ Em relação a esta questão, consultar BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989, p. 19-58.

¹⁰ Como afirma BOURDIEU, condenando o “fetichismo dos conceitos e da teoria” que tende a “considerar os instrumentos ‘teóricos’, *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmo, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em ação”: “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona com um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas atividades” (op. cit. p. 27).

ao *campo jornalístico*, na busca dos instrumentos mais apropriados à realidade estudada.

A segunda dificuldade derivou da própria definição que o autor apresenta ao conceito de *campo jornalístico*, cuja emergência histórica ele associa ao surgimento do jornalismo norte-americano. Em suas próprias palavras¹¹:

(o) campo jornalístico constituiu-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais oferecendo acima de tudo as ‘novidades’, preferentemente ‘sensacionais’, ou melhor, ‘à sensação’ e os jornais propondo análises e comentários e procurando marcar sua distinção em relação aos primeiros afirmando os valores da ‘objetividade’.¹²

Desta maneira, muito embora Bourdieu conceba uma divisão interna ao *campo jornalístico* entre uma imprensa “sensacionalista” e uma imprensa de prestígio, na qual a opinião política ainda tem um forte valor de mercado, ele argumenta que a constituição do *campo* em si implica a tendência à neutralização política dos jornais, no mínimo pela necessidade mercadológica de ampliar ao máximo o público consumidor. Em consequência, notamos que o próprio autor não refletiu o suficiente sobre a especificidade de uma imprensa como a francesa, a qual, assim como a brasileira do período estudado, apresentava uma combinação de posicionamento político ativo sem vínculo partidário claro com a tentativa de se sustentar pelo mercado¹³.

A minha alternativa para este impasse foi tentar estender uma reflexão sobre o conceito de *campo*, procurando entender como uma

¹¹ As traduções das citações originais em francês foram feitas pelo autor deste artigo.

¹² BOURDIEU, Pierre. L’Emprise du journalisme. In.: *La Recherche en Sciences Sociales, Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. 1994, p. 04.

¹³ No caso francês, essa condição híbrida e sua especificidade própria foi abordada no trabalho de Ferenczi, Thomas. *L’invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: Plon, 1993. BOURDIEU abordou este tipo de imprensa em poucas oportunidades. A mais significativa pode ser encontrada em A referência mais importante está em BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris: Minuit, 1979, p. 465-541.

imprensa doutrinária poderia construir sua especificidade na esfera pública, sem se valer da noção de neutralidade. Da mesma forma, ainda nos limites das categorias de Bourdieu, pensar como ela estabelecia sua relação com a política, tendo em vista que a sua inserção institucional na arena de debates levaria a uma sobreposição quando não a conflitos com os agentes do universo político.

Esta reflexão acabou dando origem a duas escolhas conceituais específicas que introduzi na minha pesquisa, a fim tanto de construir melhor meu objeto quanto de interpretar os resultados obtidos de maneira mais precisa. A primeira escolha se deveu à necessidade de empregar um conceito mais amplo que o de *campo jornalístico* para dar conta desse espaço de intersecção entre jornais e agentes políticos envolvidos em disputas semelhantes, embora com instrumentos distintos. Para isso, apliquei no trabalho a noção bourdiana de *campo de produção ideológica (CPI)* que o autor define como um

universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis a um momento dado do tempo e onde se define, simultaneamente, o campo do pensável politicamente ou, se se quiser, a problemática legítima (BOURDIEU, 1979, p.465).

Esse conceito apresenta, no meu entender, vantagens em relação à categoria de esfera pública burguesa desenvolvida por Habermas¹⁴, que transita entre o local da pura racionalidade para o local da pura manipulação. Ao contrário, o *CPI* é um *espaço de conflito* no qual se disputa a visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes na arena de debates. Entretanto, este espaço de conflito não corresponde a uma esfera pública

¹⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. N. 76, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

refeudalizada, transformada em instrumento publicitário do poder econômico dominante na sociedade.

Por outro lado, para Bourdieu, o *CPI* não é um espaço monolítico ou mesmo homogêneo, pois dele podem participar um conjunto relativamente extenso de agentes, oriundos de diferentes *campos* ou *subcampos*, como a imprensa, os partidos políticos e outras instâncias representativas, cuja pretensão de se colocarem como porta-vozes de um grupo social ou de toda a coletividade tenha sido reconhecida (BOURDIEU, 1979, p. 465). Mas, a participação desses agentes e instituições no debate público está, contudo, longe de ser equivalente, pois o *CPI* é um *espaço de relações de força* entre aqueles que o compõem, estruturando-se mediante uma hierarquia entre as instituições e os seus integrantes. O valor de um especialista no debate público não depende, desta maneira, apenas de seus atributos pessoais, sendo diretamente proporcional aos recursos materiais e simbólicos que a instituição ou o *campo* ao qual pertence lhe permite dominar em determinado momento (BOURDIEU, 1989, p. 55). Isso faz do *CPI* um *espaço de luta* constante, no qual seus integrantes têm um interesse objetivo em estabelecer historicamente sua competência específica para participar do debate público (como político, jornalista, sindicalista) e valorizar ao máximo a papel dessa competência na determinação da opinião pública legítima, independentemente da vontade ou consciência que tenham disso.

A segunda escolha veio da necessidade de adotar um novo “modelo de jornalismo” alternativo à oposição entre uma imprensa partidária e uma imprensa comercial, que desse conta da especificidade do jornalismo brasileiro da década de 1950 no espaço público que emergia no país. Este conceito foi o de *imprensa doutrinária* ou de *tribuna*, a qual, apesar de tomar de posição explícita em questões políticas, não se confunde com o jornalismo partidário, na medida em que este se insere no debate público mediante a condição de órgão de partido, enquanto que o jornal doutrinário ou de tribuna procura legitimar esta inserção não por

vínculos partidários mas através da sua identificação pública com bandeiras e campanhas políticas discursivamente associadas ao bem da coletividade¹⁵.

Em consequência, mesmo que a atuação de um jornal de tribuna possa coincidir com a linha de ação de um partido com o qual se aproxima ideologicamente, nem sempre a lógica com a qual orienta suas posições converge com as dos agentes políticos: na luta política, o partido está sempre sujeito a ter que transigir com a causa doutrinária ou com as bandeiras que desfralda em virtude das demandas e contingências do jogo pelo poder; na luta do *campo jornalístico*, o jornal de tribuna é objetivamente constrangido a procurar manter a coerência com as ideias e com as campanhas que publicamente diz defender, sob pena de depreciar o seu capital de credibilidade junto aos leitores.

Na realidade concreta, o jornal normalmente se encontrava submetido a demandas de ordens distintas, oriundas dos diferentes interesses e pressões que sobre ele se exerciam (econômicas, políticas, doutrinárias). Essa situação é muito própria do contexto brasileiro da década de 1950, no qual, como vimos, conviviam, de forma contraditória, diferentes modelos do fazer jornalístico. Mas, de qualquer maneira, a distinção continua pertinente, porque, independentemente dos vínculos que prendiam um jornal fora de seu espaço de produção, ele estava obrigado a construir sua autoridade frente aos leitores e aos demais agentes sociais a partir das regras de inserção institucional do *campo jornalístico* e não de outro.

Ademais, o poder do jornal em interferir no debate público dependia da relação de confiança que estabeleceu com seu público, cuja construção e manutenção exigiam e ainda exigem certos

¹⁵ Para este conceito baseei-me, essencialmente, em Lavina RIBEIRO (*op.cit*) e ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001a e ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001b.

compromissos, os quais não podem ser totalmente abandonados sob pena de degradá-la. Não devemos esquecer que a essência do jornal é o texto e a relação com o leitor é a base da sua força institucional e, diferente do agente político, cujo veredicto eleitoral ocorre em interregnos de quatro ou mais anos, o jornal tem que prestar contas à sua clientela diariamente. Por outro lado, em virtude dessas diferentes lógicas de funcionamento, na medida em que a atividade jornalística atinja um mínimo de especificidade e independência da política, a tendência é se gerarem zonas de atrito entre as duas instâncias no *CPI*.

Os elementos expostos acima constituem, grosso modo, um esboço das características e necessidades derivadas da inserção institucional de um jornalismo que se diz doutrinário ou de tribuna, com base nas categorias conceituais de Bourdieu. Mas, como alerta o próprio autor, trata-se de um modelo de comportamento, ou seja, de uma construção limite para interpretação da realidade que oferece parâmetros de comparação, mas que não pode ser confundida com a realidade concreta. Desta forma, usamos esse modelo como referência para compreender o posicionamento dos jornais estudados, levando em conta seus vínculos econômicos e políticos, mas não esquecendo a sua necessidade em manter um mínimo de coerência com a linha doutrinária defendida, diante de uma conjuntura política bastante contraditória.

Em resumo, essas adaptações conceituais permitiram saídas para os principais impasses que a abordagem do tema em questão ofereceu em toda a sua especificidade, permitindo compreender, de forma mais adequada e precisa, a tomada de posição dos diferentes jornais estudados na questão da criação da Petrobras¹⁶.

¹⁶ Os limites dessa comunicação impedem uma exposição específicas sobre os resultados da pesquisa, os quais, contudo, podem ser encontrados em minha dissertação de mestrado: MARTINS, Luis Carlos dos P. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. 2006. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, 2006.

Bibliografia

- ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ALDÉ, Alessandra. Imprensa e política no segundo governo Getúlio Vargas. *Redes*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, n.n. set./dez. 1997.
- ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e se discurso político-partidário*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001a.
- _____. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001b.
- BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo: Ática, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris : Minuit,1979.
- _____. L'Emprise du journalisme. *La Recherche en Sciences Sociales, Actes*, n. 101-102, p. 3-9, mar. 1994.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva,1989.
- FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France*. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle. Paris: Plon, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. N. 76, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- MARTINS, Luis Carlos dos P. *O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas*. 2006. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, 2006.

RIBEIRO, Ana P.G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, v.1, n. 31, p. 147-160, 2003.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, n. 8, 2002.
Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>>

RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004

RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIANNA, Sérgio B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

Capítulo II

A imprensa em análise

Valores-notícia na *Gazeta de Alegrete*: um olhar bourdiano sobre a seleção das notícias no início do século XX

Cândida Schaedler¹

O estudo de valores-notícia – ou seja, os valores que guiam a seleção dos acontecimentos jornalísticos que são alçados à notícia – é chave para a compreensão do campo jornalístico, uma vez que identifica parte dos critérios que os profissionais utilizam na seleção das notícias. Com arcabouço teórico sustentado nas teorias do jornalismo e da notícia, é possível vislumbrar uma parte da história das práticas jornalísticas, no interior do Rio Grande do Sul. Neste artigo, mostramos os valores-notícia que guiavam a imprensa interiorana gaúcha, no início do século XX, tendo como objeto de análise o jornal *Gazeta de Alegrete*. Realizamos uma aplicação desta possibilidade de estudo, com aporte teórico sustentado em conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007, 1997), e em Silva (2005), Traquina (2005) e Wolf (2003).

Algumas dificuldades, durante a elaboração desta pesquisa, concernem a avaliar até onde o conceito de produção de notícias pode ser utilizado para pensar a *Gazeta de Alegrete*, no início do século XX, uma vez que o contexto jornalístico era muito mais artesanal e familiar. Além do mais, o jornalismo brasileiro estava,

¹ Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma instituição de ensino.

segundo alguns autores (BARBOSA, 2007; RÜDIGER, 2003), em fase de transição do jornalismo político-partidário, para um mais focado na informação. Mesmo assim, há divergências, como se apresentam nos estudos de Lattman-Weltman (1996) e de Ana Paula Goulart Ribeiro (2003). Somamos a isso o fato de a imprensa, no interior do Brasil, sempre caminhar mais devagar do que nas grandes capitais, devido ao público e às condições de produção desses jornais. Para complementar, apresentamos questões sobre a relação do jornal com o campo político da época e indícios de seu financiamento. A trajetória da *Gazeta* ainda está sendo levantada por pesquisadores da área – residindo, aí, outro obstáculo: a falta de dados sobre a história de jornais interioranos. Aqueles referentes às capitais, por sua vez, já estão documentados em extensas pesquisas (vide o caso de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

O artigo é estruturado da seguinte forma: primeiro, tecemos alguns comentários sobre a história da imprensa brasileira e gaúcha. Por conseguinte, passamos para uma discussão bourdiana sobre o jornalismo, utilizando os conceitos de campo de produção ideológica e de efeito de imposição da problemática. Em um terceiro momento, explanamos sobre os conceitos de noticiabilidade e de valores-notícia. Por fim, contamos a história da *Gazeta de Alegrete* para, portanto, passarmos à análise preliminar da aplicabilidade de valores-notícia, em conjunto com os conceitos bourdianos.

Nessa parte, a amostra aleatória, para verificar a veracidade do que aqui estudamos, é composta de seis edições de 1905 e de seis de 1908, para mapearmos os valores-notícia, nas manchetes dos respectivos jornais². A intenção não é apenas identificar os valores-notícia, mas apontar os acontecimentos que eram alçados ao patamar de notícia, para entender quais motivações os jornalistas tinham e como se realizava o efeito de imposição da problemática,

² As edições foram consultadas digitalmente, por meio de um projeto, liderado pela professora Dra. Beatriz Dornelles.

bem como as possíveis influências de outros campos sobre o campo jornalístico, entendendo as especificidades históricas do período.

A história da imprensa interiorana possui diversas lacunas, sobretudo em relação às práticas jornalísticas. Com o intuito de preencher os espaços vazios deste período, realizamos o presente trabalho. No contexto brasileiro, especificamente o carioca, a primeira década do século XX foi marcada pela implementação de novas tecnologias, cuja influência mudou o cenário urbano e os periódicos que circulavam na cidade (BARBOSA, 2007). Com a introdução da linotipo, do cinematógrafo, do fonógrafo e do gramofone, por exemplo, o jornalismo praticado na época foi renovado, com a inserção da ideia de rapidez. Os jornais que desejavam se aproximar do público necessitavam, pois, acompanhar essas mudanças.

No mesmo período, também aumenta a importância da figura do repórter, que vai a campo colher as informações estampadas na próxima edição do jornal. Consequentemente, cresce o espaço designado às notícias locais, tanto de crimes – construídas de modo sensacionalista – até de informações que afetem a vida da população. Ainda segundo Marialva Barbosa (2007), por conta da figura do repórter, são lançadas as bases para a construção do ideal de objetividade – como uma espécie de criação de *distinção da classe jornalística* ou *lugar autorizado de fala*, nos termos bourdianos empregados pela autora. Um ideal de modernidade foi, portanto, introduzido entre 1900 e 1910. Não chegou a ser tão profundo e revolucionário como as transformações jornalísticas da década de 1950, mas há alterações técnicas e sociais significativas.

Lavina Ribeiro (2004), por sua vez, concorda com a visão de Barbosa (2007) de que a imprensa começava a tomar contornos comerciais no início do século XX. A inspiração era fortemente política, mas mudanças comerciais foram introduzidas. Foi durante a Primeira República que essa institucionalização ficou clara, embora a estreita vinculação com o Estado impedisse a criação de

uma esfera pública³ no país. Entretanto, no período de 1889 até a década de 1930, os jornais não eram, de maneira obrigatória, totalmente subordinados ao governo, mas procuravam constituir sua autonomia.

Todavia, nem todos os autores são unânimes em cravar a modernização da imprensa, no início do século XX. Ribeiro (2003), por exemplo, marca a transição na década de 1950, afirmando que, antes disso, a imprensa estava tão imbricada com a política, que não era possível falar em um mercado autônomo de produção de notícias, no contexto carioca.

Lattman-Weltman (1996) recorreu ao filósofo alemão Jürgen Habermas para explicar a transição do jornalismo brasileiro entre as fases literária e empresarial. Ao lado das transformações econômicas, o Brasil teria passado do período denominado *jornalismo literário* – marcado pela predominância de temas políticos e opiniões, enquanto o lucro foi deixado em segundo plano – para o período de *jornalismo empresarial*. Este último é marcado por inovações técnicas, com a introdução de maquinário mais potente, maior cuidado no tratamento dos dados, das notícias e da diagramação, com menos artigos de fundo.

No contexto gaúcho, Rüdiger (2003) aponta que, no início do século XX, ainda havia a fase do jornalismo político-partidário. A imprensa surgiu na Província do Rio Grande do Sul junto ao movimento da Revolução Farroupilha. Havia, entre a década de 1830, um público letrado que precisava ser abastecido de informações credíveis sobre os partidos políticos. Assim, desde o início, a prática da imprensa esteve, também em terras sul-rio-grandenses, ligada à defesa de interesses políticos (RÜDIGER, 2003). Entre 1910 e 1940, surgiu uma política mais noticiosa pelos veículos, sobretudo em Porto Alegre. Houve, pouco a pouco, diminuição da dependência da imprensa em relação ao campo

³ Aqui, utilizamos o conceito de esfera pública de acordo com a definição de Habermas (1984), como um espaço de deliberação, no qual as pessoas se reúnem para discutir assuntos, de interesse público, que afetam a coletividade.

político, o que é exemplificado pela trajetória do *Correio do Povo*, jornal que influenciou os veículos gaúchos.

Bourdieu e o campo jornalístico

Com o intuito de refletir sobre as relações entre o campo do jornalismo e da política e de como os jornais selecionam as notícias, buscamos sustentação no sociólogo francês Pierre Bourdieu, para quem os jornalistas enxergam a realidade de uma maneira particular. Segundo Bourdieu (1997, p. 25, grifo nosso), eles possuem “óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma *seleção* e uma *construção* do que é selecionado”. Jornalistas buscam o acontecimento sensacional, que irrompe o esperado. A realidade é, portanto, uma construção social operada pelos jornalistas, que eles defendem ser uma espécie de espelho da sociedade. Nesse sentido, podemos pensar o jornalismo como um campo (BORDIEU, 1987), porque é permeado por disputas e conflitos pela legitimidade e pelo uso de uma linguagem e de técnicas específicas, no exercício da profissão.

Antes de entrarmos efetivamente nos conceitos bourdianos, é importante fazermos uma observação quanto à apropriação das ideias do sociólogo francês e tomarmos alguns cuidados quanto à sua transposição para um contexto social distinto. Nos estudos que utilizam aporte teórico de fora do campo da Comunicação, é preciso uma reflexão do pesquisador, que deve saber distinguir, segundo Ferreira (2005), os conceitos pertinentes e as adaptações necessárias, para que se explique os fenômenos comunicacionais e, especificamente no caso deste artigo, o jornalístico. Portanto, aqui, mais do que utilizar os conceitos bourdianos indiscriminadamente, entendemos que o sociólogo se referia, na maior parte das vezes, aos espaços e exemplos franceses, bem como a outro tempo histórico, situado entre as décadas de 1960 e 1990. Ainda assim, acreditamos

que suas contribuições podem ser utilizadas para pensar nosso objeto.

Em artigo que reflete sobre a contribuição de Bourdieu para o campo da comunicação, Ferreira (2005) afirma que o sociólogo passou por três fases, ao longo de sua produção, que permite explicar a atuação jornalística. A primeira seria marcada pela crítica ao conceito de cultura de massa, na qual houve defesa de pesquisas empíricas e experimentais. A segunda fase é marcada pela reflexão em torno das relações entre os campos político, econômico, jornalístico e científico, com abordagens empíricas sobre pesquisas de opinião, sondagens e enquetes divulgadas pela mídia. O marco dessa fase é o livro *A Distinção*, que utilizamos nesta pesquisa, para abordar o conceito de campo de produção ideológica e de efeito de imposição da problemática.

Na terceira fase, Ferreira (2005) afirma que o sociólogo se alinhou, contrariamente ao que pregava no início, aos pensadores da Escola de Frankfurt, voltando ao conceito de massa e de manipulação – embora Ferreira (2005) pontue que, mesmo essa mudança, é indissociável do caminho percorrido, no período anterior. O primeiro passo para compreender a atuação da imprensa, na última fase de Bourdieu, que tem seu marco no livro *Sobre a Televisão*, é considerar que o campo jornalístico possui autonomia reduzida.

Isso decorre de ausência de regras claras de produção, de proteção contra os desvios, falsificações etc. quanto ao processo e produtos da atividade. A fragilidade dessas regras permite que o campo seja invadido pelo campo econômico e político, com seus interesses e regras específicas, desfazendo qualquer norma de produção midiática em constituição (FERREIRA, 2005, p. 40).

Ferreira (2005) afirma que, em sua última fase, Bourdieu convergiu seus escritos à Teoria Crítica, no sentido de que o jornalismo se aproximava do mercado, subordinando e reduzindo o jogo político à opinião média de algumas pessoas e às regras do

campo jornalístico. Também se aproxima do viés marxista, ao defender que o campo do jornalismo é homogeneizado pelo viés comercial, distanciando-se da intenção inicial de criar distinção.

Neste trabalho, desenvolveremos melhor alguns conceitos, pertencentes às segunda e terceira fases bourdianas. O *campo de produção ideológica* (BOURDIEU, 2007) é definido da seguinte forma:

[...] universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o *campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, a *problemática legítima* (BOURDIEU, 2007, p. 372, grifos do autor).

Os jornalistas seriam agentes que atuam no campo de produção ideológica, utilizando os jornais – e, recentemente, rádio, televisão e internet – para propagarem as ideias e notícias que acreditam ser as mais importantes para o público, com poder de tornar questões morais em problemas políticos, impondo um ponto de vista legítimo pelo qual pensar um assunto – denominado de *efeito de imposição da problemática* (BOURDIEU, 2007).

De acordo com o conceito supracitado, as notícias não são inocentes: há um interesse por trás de sua divulgação e existem modos de torná-las problemas legítimos do ponto de vista político. Para existir o que Bourdieu (2007) chama de *imposição da problemática*, é necessário que haja um monopólio dos meios de produção e de difusão de ideias. Além do mais, os agentes no campo de produção ideológica devem dominar uma linguagem específica, que muitas pessoas sem estudo (agricultores, operários etc.) não dominam, o que faz com que elas não se sintam legitimadas a opinar em muitas pesquisas de opinião, nem se sintam autorizadas a falar sobre determinado tema, por exemplo. Uma vez que o campo de produção ideológica não explicita todas as visões de mundo em circulação, mas apenas a daqueles que têm voz – e daqueles a quem

é dado voz –, é pertinente investigar de que modo isso ocorre no campo jornalístico e de que maneira os jornalistas são agentes no campo de produção ideológica, bem como quais critérios de seleção são utilizados e priorizados, neste processo.

Outra questão a ser levada em consideração é pensar até que ponto o conceito de produção ideológica pode ser aplicado, em um contexto interiorano, no início do século XX. Se considerarmos que, no caso aqui estudado, a *Gazeta de Alegrete* era o único jornal em circulação na cidade, era dirigido à elite intelectual alegretense e abertamente político-partidário – alinhado ao Partido Republicano –, o conceito se aplica para pensar sua atuação. Além do mais, embora se definisse como político-partidário, havia compromisso com o setor comercial, pois o veículo já era constituído como empresa jornalística e obtinha parte da renda dos anúncios. Por ser o único em circulação na cidade, no período, sua influência, junto aos moradores, era elevada.

Patrick Champagne (1998) afirma que existem diversos mecanismos que os grupos sociais conhecem e utilizam para se tornarem notícia e conquistarem espaço na mídia. Por meio de sua profissão, os jornalistas têm a possibilidade de tornarem um problema local, em uma questão de interesse nacional, bem como tornarem um problema considerado, primeiramente, secundário, em algo urgente e prioritário. Por isso, alguns agentes se interessam em aparecer no campo e dominam os mecanismos de aparição.

Embora Champagne (1998) foque nos exemplos de manifestações sociais, com protestos e passeatas pela rua, por exemplo, o que o autor coloca é pertinente, mesmo em outros contextos. Ele enumera diversas características que uma manifestação deve conter para chamar a atenção dos jornalistas: trazer fatos novos, ter boas imagens, ser relevante, conter elementos de conflito. Como veremos mais adiante, essas características não deixam de ser carregados de noticiabilidade e de valores-notícia. Ao operarem o processo de seleção primária, os profissionais impõem valores e assuntos que devem ser considerados mais importantes na

ordem do dia, bem como relegar ao esquecimento aquilo que consideram não conter mais elementos dignos de serem incluídos no jornal. Ainda assim, Champagne (1998) lembra que há acontecimentos que se impõem aos jornalistas e que, sob pena de perderem seu capital de credibilidade, precisam ser publicados.

Não existe, assim, um espaço público aberto a todos, “mas um sistema mais ou menos diferenciado de agentes que têm uma definição social do que é digno de entrar no universo dos fatos que merecem ser tornados públicos” (CHAMPAGNE, 1998, p. 228). Os jornalistas decidem, em função de leis próprias do campo, o que merece, ou não, ser alçado ao patamar de notícia e o que será discutido publicamente, pelos leitores e pela população, em geral. A própria definição de público, admite Champagne (1998), é abstrata, pois pode se constituir como um grupo familiar, social, de estudantes, dos leitores de um jornal etc. Assim, ao apresentarem os acontecimentos sob determinado enfoque, os jornalistas formam a opinião pública – geralmente, reforçando o que pensam seus leitores –, mesmo que, ingenuamente, acreditem mostrar os acontecimentos de maneira objetiva.

Há uma convergência entre as ideias apresentadas por Bourdieu (1997, 2007) e Champagne (1998), ao refletirem sobre o poder do campo jornalístico e de suas relações com a política. Além do mais, ambos se referem à capacidade do jornalismo de definir um ponto legítimo pelo qual pensar uma questão. Ambos também convergem nos mecanismos necessários para que grupos sociais apareçam na mídia e na influência do jornalismo na opinião pública – ou no que se pensa ser uma opinião pública. Nesse sentido, entram os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia, como fundamentais no processo de seleção dos acontecimentos e do que ganha as páginas dos jornais.

Valores-notícia: os óculos que os jornalistas utilizam

Durante o processo de produção da notícia, há diversos fatores que influenciam na rotina profissional, que podemos definir como *critérios de noticiabilidade*. Eles incluem a relação do jornalista com as fontes, com a cultura organizacional, com o espaço ou o tempo limitado para apuração, com a qualidade do material, etc. Os valores-notícia são as qualidades dos eventos, que os fazem ser selecionados, dentre uma multiplicidade de informações que chegam às redações, diariamente. É comum haver confusão no emprego dos conceitos de critérios noticiabilidade e valores-notícia. A noticiabilidade é, contudo, um processo maior, no qual os valores-notícia estão contidos.

No estudo dos valores-notícia, sobretudo a partir da perspectiva de Traquina (2005), os conceitos bourdianos são aplicáveis. O pesquisador português cita, recorrentemente, o sociólogo francês, segundo o qual os valores-notícia seriam os óculos que os jornalistas utilizam e pelo qual decidem quais acontecimentos devem ser alçados ao patamar de notícia. Os valores-notícia estão internalizados e são compartilhados pelos profissionais (TRAQUINA, 2005).

Utilizamos os critérios elencados por Traquina (2005) por acreditarmos que a lista do pesquisador português é completa. Segundo o autor, os valores-notícia se dividem em três tipos: 1) valores-notícia de seleção substantivos (que se referem, portanto, ao profissional que opera a escolha dos acontecimentos que serão alçados ao patamar de notícia); 2) valores-notícia de seleção contextuais (relativos ao processo de produção da notícia); 3) valores-notícia de construção (elementos que são acrescentados na elaboração da notícia).

Traquina (2005) inspirou-se, em parte, em um trabalho elaborado por Mauro Wolf (2003), que já estabeleceu uma divisão entre os valores-notícia, afirmando que eles estão difundidos durante todo o processo de produção, não apenas na seleção. Para

Wolf (2003), os critérios de seleção da notícia são relativos aos caracteres substantivos da notícia (o conteúdo), a disponibilidade do material e critérios em relação ao produto, o público (meio) e a concorrência. Consideramos apenas o primeiro grupo de valores-notícia elencados por Traquina (2005) – os de seleção substantivos –, por ser mais fácil de verificá-los, no contexto histórico. Criamos uma adaptação e elencamos os valores-notícia que consideramos os mais gerais, uma vez que há similaridade entre os valores-notícia elencados pela bibliografia, ao longo da história. São os seguintes, conforme os tópicos abaixo:

- Proximidade: considerada em termos geográficos e culturais, de acordo com a região de abrangência do veículo.
- Inóspito: tudo o que for curioso, raro, inesperado.
- Morte: considerados os assassinatos, suicídios, morte natural etc. Deve sempre aparecer em combinação a outros valores-notícia.
- Conflito: brigas, guerras, conflitos em geral, até no âmbito familiar.
- Efemérides: datas comemorativas.
- Entretenimento: tudo que se referir a entretenimento e cultura, na cidade ou região de abrangência.
- Progresso: descobertas ou invenções da ciência ou obras e melhorias implantadas na região de abrangência do jornal, ou mesmo estadual, nacional e internacional. Tudo que, de algum modo, melhorar a vida das pessoas.
- Relevância: aquilo que é capaz de exercer efeito sobre o cotidiano e a vida dos leitores.
- Polêmica: o que é controverso, o escandaloso.
- Política: tudo o que diga respeito ao governo brasileiro, gaúcho ou municipal e tiver influência sobre os interesses nacionais, estaduais e locais.

É com base na tabela acima que elaboramos a análise a seguir, entendendo que nem todos precisam aparecer nas manchetes do jornal. Queremos compreender, portanto, quais predominavam e o porquê.

Análise da Gazeta de Alegrete

A *Gazeta de Alegrete* foi fundada em 30 de outubro de 1882, por Luís de Freitas Valle, o Barão de Ibirocaý, e foi comprada, em 1891, por José Celestino Prunes, cuja família administrou a publicação por 54 anos, até 1945. É o jornal mais antigo ainda em circulação no Rio Grande do Sul. Foi criada com fins abolicionistas e se manteve alinhada ao Partido Republicano, durante todo o período que foi administrada pelos Prunes. Em 1945, foi vendida a integrantes do Partido Liberal (DORNELLES, 2017).

A *Gazeta* sustentava-se financeiramente, no início do século XX, com anúncios e com os serviços da gráfica, que operava junto ao jornal. Os Prunes não tinham empregados para o jornalismo e quem fazia as matérias era sempre a família (DORNELLES, 2016)⁴. A população de Alegrete, no início do século XX, era de, aproximadamente, 10.000 habitantes, sendo que 70% estavam na área rural. Segundo Araújo Filho (1985), a principal atividade econômica era a pecuária, com um extenso rebanho de gado composto por mais de 200.000 cabeças. A cidade contava com 32 fazendas no ano original de publicação da obra. O comércio de Alegrete também era profícuo e as cidades com as quais mais mantinha relações comerciais eram Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana e Quaraí. A *Gazeta* atingia, majoritariamente, a elite intelectual da cidade, que era composta por fazendeiros mais jovens, com curso superior, que haviam ido estudar em São Paulo,

⁴ Este subitem foi embasado em uma entrevista com a Prof. Dra. Beatriz Dornelles, orientadora da autora, que conduz uma pesquisa envolvendo a história da *Gazeta de Alegrete* e a trajetória dos irmãos Prunes, no jornalismo gaúcho.

Bahia, Rio de Janeiro e Coimbra. A tiragem da *Gazeta* era, na época, de cerca de 400 exemplares.

Segundo Dornelles (2016), a relação da *Gazeta de Alegrete* com o campo político era muito grande, embora os Prunes não almejassem cargos, junto à prefeitura, por exemplo. Todos tinham função política, eram os líderes republicanos dos municípios onde estiveram, inclusive em Alegrete. Porém, mesmo assim, a *Gazeta de Alegrete* não pode ser classificada apenas como um veículo político-partidário, uma vez que não havia só a questão ideológica, mas um teor noticioso e de cobrança em relação a quem estava no poder. Na *Gazeta*, os Prunes criticavam e cobravam, o tempo inteiro, pela população, sobretudo no que dizia respeito à saúde, à educação e a questões trabalhistas, principalmente nos 20 primeiros anos do século XX.

Vários jornais tentaram fazer frente à *Gazeta*, mas não vingaram por questões pecuniárias, uma vez que a elite cultural e intelectual estava junto aos republicanos. A oposição era composta de comunistas, federalistas e anarquistas, o que mostra que, em Alegrete, havia um jornal dominante.

Para o presente artigo, optamos por pesquisar os valores-notícia em uma edição por mês nos meses de janeiro (edição número 29), março (ed. n. 47), maio (ed. n. 60), julho (ed. n. 77), setembro (ed. 95) e novembro (ed. 15) de 1905 e de fevereiro (ed. 36), abril (ed. 53), junho (ed. 72), agosto (ed. 90), outubro (ed. 9) e dezembro (ed. 22) de 1908, dois anos cujas edições estão completas. Pesquisamos os valores-notícia contidos nas manchetes. Como, naquela época, a diagramação era diferente do que é hoje, consideramos como notícia principal aquela que, na capa, ocupava mais espaço, em detrimento dos outros conteúdos. Por conseguinte, elaboramos a tabela abaixo, com os valores-notícia encontrados e sua frequência.

Tabela 1 – valores-notícia da *Gazeta de Alegrete* em 1905 e 1908

Valor-notícia	Frequência (número de vezes)
Proximidade	3
Relevância	5
Notoriedade	9
Progresso	1
Efeméride	2
Entretenimento (cultura)	2
Conflito ou controvérsia	1
Política	2
Inóspito	2

Fonte: a autora

Com base nas edições analisadas e na observação da tabela acima, podemos perceber que há predominância dos valores-notícia de notoriedade, relevância e proximidade. Embora a *Gazeta de Alegrete* carregasse a frase “jornal independente” abaixo do título, os Prunes valorizavam, entre 1905 e 1908, personalidades políticas e culturais, como pessoas notórias. Entretanto, o tom político, embora predominante, não era o único.

Em janeiro de 1905, por exemplo, a manchete era uma notícia sobre a redução no preço da carne. O jornal havia reclamado, em edições anteriores, que o valor estava muito elevado e que os pobres não podiam comprá-la. Devido à grande quantidade de gado gordo, o dono do açougue local atendeu às reclamações do jornal e baixou o preço. A final do texto, escreveram que a *Gazeta*, “que continuamente bate-se em prol da coletividade onde vive, envia parabéns ao digno amigo Feliciano F. Rodrigues, pela iniciativa do seu apreciável procedimento”.

Em março do mesmo ano, na edição de número 47, o jornal reclama, sob a manchete *Lei Iníqua*, que “o governo federal acaba de aniquilar, com garra tigrina, o futuro desenvolvimento das artes gráficas do país”, por conta de uma lei que criou um imposto de 30 réis para estampilhas em anúncios e cartazes, impressos ou manuscritos, fixados em lugares públicos ou distribuídos avulsos. Os donos da *Gazeta* provavelmente se importaram porque tinham

uma gráfica e temiam que, por conta da lei, os artistas deixassem de imprimir com eles.

Um exemplo de efeméride ocorreu na edição de 14 de maio de 1905, quando a *Gazeta* lembrou da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888. O jornal exaltou a abolição da escravatura e afirmou que o evento era um orgulho para a própria *Gazeta*, que nasceu com ideais abolicionistas.

Em julho de 1905, houve uma edição especial que abordava a inauguração da ponte Júlio de Castilhos, no município de Alegrete. A primeira página do jornal estampava as imagens de Julio de Castilhos, do intendente de Alegrete Coronel Manuel de Freitas Valle Filho e do engenheiro civil Julio Proença. A maior parte do texto da manchete é dedicado à importância de Julio de Castilhos e dos motivos que fizeram com que Freitas Valle Filho nomeasse a ponte com o nome do já então falecido líder republicano.

A atuação de repórteres pode ser vislumbrada em duas ocasiões, que envolvem notoriedade e política. Em novembro de 1905, a *Gazeta* descreve, minuciosamente, o espírito e a atmosfera de um “passeio campestre” organizado pelo comandante do 30º batalhão de infantaria, tenente-coronel Onofre de Magalhães. No último parágrafo, a *Gazeta* agradece o convite para participar da festa e “envia aos seus amigos do 30º batalhão de infantaria calorosos parabéns”. Descreveram, em espécie de resenha da festa, o clima de amizade e concordância com que os convidados se portaram, descrevendo nominalmente alguns deles. Em abril de 1908, em uma combinação dos valores-notícia de política e notoriedade, descreveram, minuciosamente, a chegada e a recebida calorosa que o intendente de Alegrete, coronel Freitas Valle, recebeu na cidade, cujos amigos e admiradores compõem, segundo a *Gazeta*, “a totalidade dos alegretenses” e é descrito como “íntegro”. Muitos alegretenses o receberam na estação de trem e, segundo a matéria, a maior parte eram pobres. Embora se coloque como jornal independente, é visível o teor elogioso à administração da cidade.

A importância dedicada à cultura é visível em duas manchetes de 1908, em fevereiro e em agosto. Em fevereiro, o jornal publica uma resenha do concerto de uma violinista de nove anos, chamada Olga Fossati, o que combina os valores-notícia de notoriedade, inóspito e cultura. O redator chama a menina de gênio “na arte que imortalizou Paganini”. Em agosto, a manchete é ocupada por uma resenha do livro de Luiz Araújo Filho (utilizado como referencial teórico de nosso artigo), contando sobre a obra e sobre a recepção e divulgação dela em outros jornais. Nesse caso, enfocam a recepção do *Diário Popular*, de Pelotas, para o qual a *Gazeta de Alegrete*, que imprimiu a obra em sua gráfica, enviou um exemplar de luxo.

Em uma edição de dezembro de 1908, a manchete é uma reportagem sobre o político Joaquim Murtinho e sua paixão pelos cães. Ele chega a ter, segundo a reportagem, em seu palacete, mais de 170. Em certo trecho, o redator escreve: “Se o Dr. Joaquim Murtinho fosse homem que se deixasse entrevistar, seria importante essa entrevista, na aparência frívola, mas de fundo tão importante: porque ‘ama o Dr. Murtinho os cães’”. Já é possível notar o interesse humano que carrega o jornalismo, a partir do enfoque de características raras, inóspitas, presentes em pessoas notórias, que podem fazer com que o cidadão comum se identifique. O texto é uma espécie de perfil de Murtinho e seu amor pelos cães, a maneira como os trata e como construía, inclusive, lápides em uma espécie de cemitério para eles. A matéria não é assinada, nem há indicação de como eles conseguiram essas informações, uma vez que o político, em questão, vivia no Rio de Janeiro. A *Gazeta de Alegrete* tinha o costume de republicar informações de outros jornais, mas, quando o fazia, identificava a procedência.

As notícias disputavam muito espaço, na capa, com anúncios privados e oficiais e com crônicas e romances-folhetim. No período, ainda trazem um caráter mais opinativo. A título de conhecimento, também encontramos, por vezes, na capa, uma seção intitulada “Pelo Mundo”, com pequenas notas, de uma a duas frases, sobre acontecimentos em países como Portugal, Espanha, Rússia, Índia,

Filipinas e Estados Unidos. Disputando espaço com a manchete, também havia informações sobre aniversários de pessoas notórias e eventos sociais do município.

Considerações finais

Neste capítulo, buscamos trazer uma perspectiva bourdiana sobre os valores-notícia utilizados pelo jornal *Gazeta de Alegrete*, no início do século XX. Os conceitos de campo de produção ideológica e de efeito de imposição da problemática se aplicam, em conjunto com valores-notícia, porque pressupõem o papel ativo de jornalistas na escolha do que é noticiado, fazendo disso um trabalho também ideológico.

O conceito de produção de notícias pode ser aplicado já na imprensa do interior do Rio Grande do Sul, no objeto aqui estudado, porque, embora a *Gazeta de Alegrete* fosse um jornal republicano, as questões políticas não eram as únicas a serem noticiadas, e os Prunes já podiam ser considerados jornalistas. Havia ênfase na política, sim, mas nem sempre com teor claramente opinativo. Os Prunes, que comandavam o jornal na época estudada, tinham preocupação de informar os leitores de questões relativas ao mundo todo, como foi visível ao longo do texto, bem como queriam construir uma imagem de jornal independente e de defensores do povo.

O capítulo em questão não encerra esta pesquisa, mas abre caminho para outros estudos. Até hoje, há poucos registros sobre a história da imprensa do interior – e, nas faculdades de Jornalismo, os alunos, muitas vezes, têm preconceito com esses veículos. Por meio da pesquisa, buscamos trazer à luz alguns aspectos ainda inexplorados, que averiguem o jornalismo praticado em cidades afastadas das capitais do estado.

Enfrentamos obstáculos com a bibliografia, que se concentra, com demasiada ênfase, nos veículos de capital. Mesmo assim, retomando a construção teórica do aporte bibliográfico, percebemos

que os veículos já davam espaço ao repórter, à diversificação de notícias e que havia um mercado de produção de notícias, mesmo que incipiente, no interior do Rio Grande do Sul. Embora fosse um jornal republicano, divulgar as ideias do partido não era seu único objetivo.

A construção assentada em Bourdieu permite-nos observar, criticamente, os “óculos” que os jornalistas, já no início do século, utilizavam, ao valorizarem a proximidade (valor-notícia muito importante, em jornais do interior), notoriedade e relevância. Já havia, de maneira internalizada, a aplicação dos valores-notícia e do conceito de noticiabilidade.

Referências

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Porto Alegre: Corag, 1985.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Cultura e Política. In: _____. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 371-433.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DORNELLES, Beatriz. A influência da variável familiar na ampliação da imprensa interiorana no Rio Grande do Sul: o caso Prunes. **Comunicação e inovação**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 36, jan./mar. 2017, p. 95-133. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/viewFile/4203/2092>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. **Entrevista sobre a história da Gazeta de Alegrete** [21 nov. 2016]. Entrevistadora: Cândida Schaedler. Porto Alegre: PUCRS.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087>>. Acesso em: 21 maio 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves e outros (Org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.157-187.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>>. Acesso em: 1 maio 2017.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 41, p. 97-114, jan./jun. 2004.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005, p. 95-107. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

Modas e Bordados e Jornal das Moças: revistas femininas a partir de Bourdieu

*Vitória Almeida Machado*¹

Percebe-se que a história das mulheres e os estudos de gênero se fazem cada vez mais significativos em diversas áreas. A História, a Filosofia e as Ciências Sociais são campos de estudos nos quais esses temas, além de se encaixarem perfeitamente, podem ser analisados com a profundidade merecida. Diante disso, o presente ensaio se dá a partir das obras de Pierre Bourdieu, a fim de analisar a representação feminina em dois periódicos: *Jornal das Moças*, no Brasil, e *Modas e Bordados- Vida Feminina*², em Portugal. É importante ressaltar que o contexto desta análise se dá entre 1937 e 1945, em que ambos os países estavam inseridos em um cenário político baseado no autoritarismo dos Estados Novos de Getúlio Vargas e António de Oliveira Salazar. Com o intuito de compreender a construção do imaginário do “sujeito mulher”, seu papel social e sua representação, percebe-se que as revistas eram utilizadas como

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Para compreender como se dava a classificação entre revistas e jornais, Buitoni explica: [...] jornal para cadernos sem capa dura, impressos em papel mais barato, e revistas em formatos mais trabalhados – capa dura, miolo em papel melhor, geralmente com mais fotos. Não existe só essa diferença material: geralmente, o conteúdo é tratado de modo diverso. No passado, o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual” (BUITONI, 1990, p. 17). Portanto, apesar do título ser *Jornal das Moças*, o periódico era considerado uma revista.

meio de propagação de uma normatização feminina, indo ao encontro do discurso dos regimes autoritários.

Para este ensaio, utilizou-se conceitos desenvolvidos por Bourdieu como: violência simbólica, poder simbólico e dominação masculina. Ainda que de maneira rápida, outros conceitos e categorias permeiam este estudo. *Habitus*, poder e capital cultura estão presentes. Embora Bourdieu não tenha se debruçado na missão de conceituar a categoria gênero, procurou analisar a divisão social estabelecida entre os sexos e, por isso, suas obras podem dialogar claramente com as revistas aqui trabalhadas. É válido lembrar que as revistas utilizadas como fonte deste ensaio eram voltadas às mulheres, com um discurso bem evidente e delimitado. O discurso das revistas estudadas só reforçava a ideologia dominante, em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente.

As relações de gênero são, acima de tudo, relações de poder. As revistas femininas, inseridas em sociedades patriarcais, conservadoras e católicas, como a sociedade brasileira e portuguesa, no Estado Novo, não seriam diferentes: elas mostram, em diversos momentos, essas relações de poder. A letrista Dálete Heitor de Albuquerque³, que analisa o discurso estabelecido na revista *Jornal das Moças*, apresenta:

Pensar a revista feminina *Jornal das Moças* é pensar um discurso feminino, é pensar no suprimento das necessidades da mulher, é também descobrir, é descortinar um espaço de disseminação do discurso da classe dominante, da disseminação de um discurso ideológico de época (ALBUQUERQUE, 2014, p. 5).

Para compreender como essas relações de gênero ocorrem é necessário, inicialmente, conceituar a categoria gênero. Para Scott (1990, p. 21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações

³ ALBUQUERQUE, Dálete Heitor. *O discurso estabelecido na revista Jornal das moças*. VII Simpósio Nacional de História Cultural Anais do Evento, Universidade de São Paulo: USP, 2014.

sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

[...] talvez o adequado não seja simplesmente dizer que gênero esteja relacionado à noção de poder, mas sim que gênero é fundado nesta relação: gênero deve ser concebido como uma relação de poder e não uma posição fixa atribuída às pessoas. E ainda ressaltamos que ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida (LIMA; MÉLLO, 2012, p. 191).

O estudo de representações permite uma compreensão de mecanismos que um grupo dominante procura atribuir sobre o outro, criando normas sociais, valores pré-estabelecidos e sua visão de mundo. São reforçadas, nas revistas pesquisadas, as relações de poder citadas por Albuquerque, através dos estereótipos criados e propagados pelos periódicos.

Para Roger Chartier⁴, a representação diz respeito ao modo como a realidade social é construída, através de tempos e lugares diferentes, por meio de classificações, divisões e delimitações. Neste estudo, essa construção se dá através dos impressos. O autor acredita que, apesar de naturalizados e compartilhados há muito tempo, esses padrões e sentidos podem mudar, uma vez que são construídos historicamente pelas relações sociais e de poder com conflitos de interesse. Para Sandra Pesavento⁵, assim como para Chartier, percebe-se as representações também pelos discursos. É importante notar que, em sua teoria, a representação se baseia na soma de dois fatores: o discurso ali inserido e a produção de sentido que fará ao leitor devido à sua construção histórica. É interessante pensar nos periódicos estudados a partir dessa concepção, pois, com

⁴CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

⁵PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

a abrangência das revistas, consegue-se perceber o sentido que as leitoras atribuíam ao texto.

Utilizando a teoria de Bourdieu⁶ e seu conceito de poder simbólico:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionaryforce» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2007, p. 14-15).

Para o sociólogo, é através dos sistemas simbólicos como a língua, a arte, a religião que o poder simbólico se estabelece. Esse poder é uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que recebem esse poder. Focando nas revistas analisadas, podemos perceber que o discurso ali inserido colabora para difusão de ideais de condutas femininas. Apesar de existir uma dificuldade para a análise de recepção, pode-se considerar que a profissão mais estimulada para que as mulheres seguissem era o magistério. Deve-se considerar que as crianças, destacando-se as meninas, passavam boa parte do dia na escola. Assim, sua visão de mundo e seus habitus eram formados no espaço escolar.

Karl Mannheim utiliza o conceito *de visão de mundo* em sua obra e serve para auxiliar a análise das fontes, uma vez que, segundo

⁶ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

o autor, são socialmente construídas e incorporadas as ações de indivíduos, fazendo parte de uma absorção das relações sociais. O autor também trabalha com a ideia de que o contexto histórico define a análise da documentação, visto que ele interfere direta e indiretamente na produção de sentido e de discurso dos periódicos. Pode-se utilizar, como exemplo, a aproximação da Igreja Católica, tanto com Vargas quanto com Salazar, que passam a ter um discurso de retorno ao lar para as mulheres. Consegue-se perceber, nas fontes, o quanto o contexto histórico influenciou o discurso dos periódicos. Com isso, é possível pensar que a leitura das matérias das revistas, tanto brasileira quanto portuguesa, chegava, direta ou indiretamente, em diferentes faixas etárias e sociais.

O conceito de *habitus* possibilita pensar a relação entre as vivências sociais exteriores e a complexidade dos sujeitos. É um conceito que, embora baseado no passado, orienta ações do presente – porém, em constante construção. *Habitus* é um conceito que auxilia a pensar nas identidades sociais e orientações conscientes ou inconscientes. “Sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável.”⁷ As matérias que se limitam a ensinar as mulheres a serem boas esposas corroboram para a propagação desse discurso e, em consequência, do poder simbólico. É relevante ressaltar que para Bourdieu o poder simbólico só opera graças à convivência dos subordinados – nesse caso, as mulheres.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação), quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Entrevistado por Maria Andréa de Loyola*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; [...] resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 1999, p. 46-47).

É a partir do poder simbólico que outras relações de poder vão se estabelecer. Entre elas, está a violência simbólica. Para o sociólogo, essa violência está embasada em imposições de significados considerados como legítimos, mas não uma manipulação. Não se deve ver a violência simbólica, apesar de extremamente enraizada nas sociedades em estudo, como algo intencional. Deve-se levar em conta, assim como coloca Mannheim, que o contexto cria ideias. A mulher, no período estudado, era considerada inferior, inclusive legalmente. Essa inferioridade era tida como natural e o espaço público não ser considerado feminino era mais um mecanismo de retornar com as mulheres para o espaço privado.

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tentar fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que *sempre* e em *todos os lugares* as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos "*naturais*" destas funções. (SAFFIOTI, 1987, p. 9, grifo da autora).

A dominação masculina, outro conceito desenvolvido pelo francês, seria uma forma específica de violência simbólica, e compreende que o poder vai determinar significações. A

manutenção do poder fica implícita nas relações presentes em nossa concepção de mundo e pensamento. Para o autor, o corpo é um espaço em que as desigualdades entre os sexos são naturalizados.

A divisão sexual está presente, em seu estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, no habitus, onde ela funciona como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação. [...] É o acordo entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre as expectativas anteriores e o curso exterior do mundo que fundamenta a experiência dóxica. Excluindo todo questionamento herético, esta experiência é a forma mais absoluta do reconhecimento da legitimidade: ela apreende o mundo social e suas divisões arbitrárias, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, inelutáveis (BOURDIEU, 1999, p. 137).

A Constituição portuguesa de 1933, por exemplo, assegurava a igualdade de todos perante a lei, mas apresentava uma exceção sobre a mulher, justificada por “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”.⁸ Porém, essa legitimidade se deu a partir de uma seleção arbitrária de significados a fim de que os dominados se assimilassem. Essa violência simbólica produz consciências impostas – mas não reconhecidas como tal – que são tidas como legítimas. Usando esse conceito para analisar o objeto de estudo, pode-se dizer, em outras palavras, que as mulheres passam a acreditar que devem se reduzir ao espaço privado. Isto é, que sua natureza é pertencer ao lar.

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim,

⁸ Na Constituição de 1933, afirmava-se que não havia distinção entre as pessoas em função do sexo, mas, logo a seguir, acrescentava-se: "salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família."

segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Para Bourdieu⁹, essa violência simbólica é a:

Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 1999, p. 7).

Essa dominação passa a ser institucionalizada e reproduzida por agentes e instituições que contribuem para sustentação do discurso estabelecido. No caso das mulheres, a Igreja, o Estado, a família e a instituição escolar atuaram com finalidade de manter a estrutura conservadora, ao se referir aos papéis das mulheres na sociedade da época. Utilizando o conceito de Bourdieu, o historiador Roger Chartier¹⁰ faz uma análise da questão da mulher e da violência simbólica.

[...] retomando a tese de Bourdieu, afirma que a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (CHARTIER, 1995, p. 42).

As passagens de Pierre Bourdieu e Roger Chartier permitem, além da maior compreensão dos conceitos escolhidos, demonstrar a

⁹BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹⁰CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n.4, p.40-44, 1995.

aplicabilidade da teoria bourdiana, nos estudos de gênero e na história das mulheres.

Ao analisar as revistas, *Jornal das Moças e Modas e Bordados*, pode-se perceber que os discursos utilizados pelos regimes autoritários eram, muitas vezes, reproduzidos pelos periódicos e possuíam como propósito e ideologia a normatização de condutas femininas para um mesmo fim: a mulher devota, mãe, esposa e do lar.

Todo discurso é ideológico, porque não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Então, é possível afirmar que os gêneros jornalísticos, dentre eles as reportagens, veiculam ideologias diversas, funcionando como grandes instrumentos de difusão ideológica que têm como função "naturalizar" os sentidos e também homogeneizar as diferenças sociais, pretendendo difundir a ideia de homogeneidade e naturalidade das relações sociais (HEINE, 2015, p. 65).

Uma vez que as revistas são vistas como veículos de propagação ideológica chega-se a considerá-las não como campo de produção ideológica, mas inseridas em um campo já pré-estabelecido e existente. Entretanto, percebe-se o surgimento de matérias críticas e combativas, a partir da entrada de Maria Lamas¹¹, na edição da revista *Modas e Bordados*. Para o sociólogo francês, todo campo é um local de conflito, onde a luta é constante por legitimar seu discurso ideológico.

Ao trabalhar com impressos, torna-se importante, porém difícil, compreender a recepção que o público tinha com as revistas. O jornal apresenta um discurso referente às mulheres, mas como esse discurso é absorvido e assimilado pelas leitoras é um problema de outra esfera. Porém, uma estratégia para perceber essa recepção

¹¹ Maria Lamas, poetisa portuguesa, nasceu em 1893. Filiada ao Partido Comunista Português, foi uma determinada feminista que lutava pelos direitos das mulheres em uma sociedade autoritária. No período em que fora integrante do corpo editorial da *Modas e Bordados – Vida Feminina*, buscou informar as mulheres trabalhadoras de seus direitos, além de fazer denúncias severas ao governo salazarista.

é analisar o próprio jornal. Bourdieu trabalha com o conceito de autonomia para os impressos. Quanto menor a publicidade de um jornal ou revista, por exemplo, maior autonomia, pois o jornal ou revista não precisam se submeter aos desejos publicitários. As revistas aqui trabalhadas apresentam publicidades diversas. Quase todas para as donas do lar, como material de higiene, de limpeza de casa, eletrodomésticos etc. Outro nicho de propaganda eram os produtos de beleza, que, segundo as revistas, faziam com que as mulheres ficassem mais jovens. Entretanto, apesar de carregarem um grande número de publicidade, é importante analisar certos pontos a partir da edição dos impressos.

A revista *Modas e Bordados Vida Feminina* foi lançada, em Portugal, em 1912, e teve seu término em 1977, como um fascículo do jornal *O século*. Com longevidade de 65 anos, a revista contou com a direção de Maria Lamas e foi o primeiro impresso a publicar um poema de Florbela Espanca¹². Um dos principais espaços da revista era para publicação das leitoras, que enviavam suas dúvidas, inclusive sexuais, e recebiam respostas. O espaço chamado *O correio de Joaquina* era destinado a milhares de jovens moças que gostariam de se comunicar com a revista para tirarem dúvidas e pedirem sugestões. Essa coluna era respondida somente por Maria Lamas com o codinome Tia Filomena, a qual criou, junto de suas leitoras, uma enorme cumplicidade. A coluna fez tanto sucesso que permitiu que, em 1938, a revista se tornasse independente do jornal *O Século* e passasse a ter tiragem própria. Em 1976, criou-se a o Movimento de Ação Juvenil Joaquina que, influenciado pela coluna da revista, unia jovens de todo o país.

O *Jornal das Moças*, que circulou de 1914 a 1964, era de tiragem semanal, com cerca de 70 páginas, e abrangia todo o território brasileiro. A maior revista feminina brasileira do período teve um grande número de leitoras de diferentes faixas etárias. Com

¹² Nascida em 1894, em Portugal, a poetisa Florbela Espanca foi um dos grandes nomes do feminismo português. Com poemas carregados de erotização, feminilidade e panteísmo, era considerada por muitos como uma contraventora dos costumes e normas portuguesas.

um posicionamento mais conservador, se comparado à revista portuguesa (visto que a revista portuguesa, com a entrada de Maria Lamas na direção começa a caminhar em sentido de autonomia feminina), a revista carioca possuía uma editora própria. Com diversos tipos de publicidade, representava as mulheres como donas do lar e boas esposas. Todavia, em determinadas colunas, mostrava as mulheres que frequentavam a sociedade fluminense do período em situações contrárias às dos discursos. Mulheres frequentando jantares importantes, fumantes, com bebidas, elegantes, mas sempre acompanhadas dos maridos. O espaço para as leitoras era importante no período. Contudo, menor que o espaço da revista portuguesa.

Os dois impressos estudados permitem pensar a recepção das leitoras, pois jornais são sintomáticos. Impressos com mais de cinquenta anos de duração, com diversas publicidades importantes do período e um grande vínculo com suas leitoras (perceptível graças ao número de correspondências enviadas), permitem perceber que seus discursos, independentemente de qual impresso, ganhavam o espaço privado das sociedades. As mulheres portuguesas e brasileiras apropriavam-se dos discursos estabelecidos pelas revistas e, por isso, as publicações faziam sucesso.

Bourdieu procura entender como os sujeitos se relacionam com as regras impostas socialmente. As revistas espelham as normas sociais dos Estados Novos, apesar de o periódico português trazer algumas “contravenções” e as leitoras, em sua maioria, se relacionavam com esses discursos. Para Renato Ortiz¹³, a comunicação de Bourdieu se dá a partir da interação estruturada:

Para Bourdieu, a comunicação se dá enquanto interação socialmente estruturada, isto é, os agentes da fala entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é o “tu” que escuta o

¹³ ORTIZ, Renato. Introdução. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

“outro” numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global (ORTIZ, 1994, p. 13).

É interessante pensar as mulheres como agentes individuais. Não se pretende mostrá-las como influenciadas de maneira “cega”, como agentes submissas que aceitam as imposições sociais. Ainda de Ortiz, pode-se compreender que não existe neutralidade nas ações, pois elas pressupõem uma série de relevâncias que faz com que o agente, nesse caso as mulheres, escolha suas ações (ORTIZ, 1994). Porém, deve-se considerar que o discurso pré-estabelecido pelo Estado e inserido em diversos meios de comunicação, inclusive nas revistas femininas, faz com que a apropriação de certos conceitos e normas sociais acabem inseridas no cotidiano feminino.

Para Bourdieu, a imprensa possui um papel fundamental na propagação dessa ideologia, já que faz parte do campo de produção ideológica, uma vez que contribui para a definição de políticas e opiniões públicas. Além da imprensa, os líderes religiosos e outros profissionais estão nesse campo. Como dito anteriormente, essas instituições corroboraram para que o discurso fosse aceito e propagado.

Ao fazer a análise desses impressos, principalmente da revista *Modas e Bordados – Vida feminina*, pode-se perceber claramente essa luta constante pela legitimação do discurso. Se de um lado há o Estado, a Igreja e a Escola utilizando de seus poderes simbólicos e também reais para sujeitar as mulheres ao espaço privado, do outro lado se tem intelectuais como Maria Lamas indo de encontro com o discurso estabelecido. A importância da imprensa é enorme no campo de produção. Porém, percebe-se que ela pode estar atuando em duas posições diferentes. Ao mesmo tempo em que há jornais combativos (apesar de retificar diversos discursos da época), utilizando de seus profissionais para a produção de ideais, há também os que ratificam o discurso ideológico das instituições de normatização feminina.

Um ponto significativo é que, nas revistas femininas, a maioria dos jornalistas eram homens. A direção do periódico brasileiro foi durante diversos anos comandada por um homem, diferentemente da revista portuguesa, que, em toda a existência, esteve sob o comando de mulheres. Por isso, ao se falar em imprensa feminina¹⁴ deve-se entender como uma imprensa baseada no sexo feminino, ou seja, dirigida a mulheres; onde o sexo é o público-alvo e não feita por mulheres. Envolto em uma série de representações, o universo feminino era retratado com intuito de, além de entreter, orientar, informar, também “formar” mulheres com regras sociais impostas explícita ou implicitamente. Os padrões dominantes e os modelos femininos, consolidados no início do século XX, são reforçados na imprensa.

As revistas ensinam, aconselham, propõem, indicam condutas (o que fazer ou vestir, como agir ou se portar, do que gostar, o que é bom ou mal tom em situações específicas). Cumprem, dessa maneira, funções pedagógicas e podem influir no processo de constituição do indivíduo, na maneira como este se autopercebe e se relaciona com o mundo a sua volta. Assim, nem sempre a leitora percebe que o destinatário ideal dos periódicos femininos é, no mais das vezes, a mulher branca, com capacidade de consumo e heterossexual, a quem se atribui como objetivo máximo de buscar ou manter seu *príncipe encantado*, para o que deve se preocupar com a manutenção da juventude e de um corpo esbelto, esforçar-se por estar em sintonia com as tendências da moda e beleza, regimes e tratamentos alternativos, isso para ficar no tópico dominantes. A revista, amiga que acompanha a mulher, desde a pré-adolescência até a maturidade, oferece modelos de conduta, formas de viver a feminilidade e masculinidade, tidas como “normais” (LUCA, 2012, p. 463-464).

A imprensa como objeto de estudo permite uma análise profunda de uma determinada sociedade e de suas especificidades.

¹⁴ Para maior compreensão do conceito indica-se BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

A imprensa feminina, por sua vez, possibilita maior compreensão da situação da mulher em determinado recorte histórico.

A aplicabilidade dos conceitos bourdianos na análise de objetos históricos, principalmente a imprensa, é enorme e complexo. Como dito anteriormente, poderiam ser utilizados outros tantos conceitos de Bourdieu, visto sua enorme contribuição nas ciências humanas. Os conceitos escolhidos com intuito de analisar a imprensa feminina no Estado Novo permitiram uma maior compreensão e percepção de aspectos antes não vistos. Utilizando os conceitos de poder simbólico, violência simbólica e campo de produção ideológica, percebe-se a sutileza com que eles aparecem, mas de maneira determinante na normatização feminina.

A sociologia de Pierre Bourdieu permite uma análise profunda da realidade feminina do período, a partir dos impressos aqui estudados. Notar as sutilezas existentes nos discursos e a maneira como agiam na sociedade do período contribui para perceber a efetividade dos periódicos. O Estado, tanto português quanto brasileiro, utilizava sua legitimidade para propagar um ideal de mulher, uma construção do sujeito mulher, esquecendo suas especificidades sociais, etárias e de classe. A revista portuguesa *Modas e Bordados Vida Feminina* possibilitou maior abrangência nesses pontos, uma vez que trazia matérias para jovens, para mulheres do interior e da cidade. A abrangência nacional dos dois impressos possibilita perceber que a posição deles era importante na sociedade, principalmente para o seu público-alvo: as mulheres.

Referências

ALBUQUERQUE, Dálete Heitor. *O discurso estabelecido na revista Jornal das moças*. VII Simpósio Nacional de História Cultural Anais do Evento, Universidade de São Paulo: USP, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. *Entrevistado por Maria Andréa de Loyola*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2007.
- BUTTONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n.4, p.40-44, 1995.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- HEINE, Palmira. Corpo e discursivização da mulher na revista *Jornal das moças*. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 62-72, 2015.
- LIMA, Maria Lúcia Chaves; MÉLLO, Ricardo Pimentel. As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 1, jan./jun. 2012.
- LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-468.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (Org). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- ORTIZ, Renato. Introdução. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, p.71-99, jul./dez. 1990.

Campo de Produção Ideológica: uma possibilidade teórica para a análise de representações sobre as favelas

Leticia Sabina Wermeier Krilow¹

Introdução

Neste capítulo, abordaremos a possibilidade de utilização do conceito de *Campo de Produção Ideológica* de Pierre Bourdieu como instrumental teórico para a construção do objeto histórico, no caso, a análise das representações sobre as *favelas*, construídas por agentes oriundos de diferentes *campos*, com ênfase no estudo das representações difundidas pela chamada “grande imprensa carioca” durante o Segundo Governo Vargas. Salientando que este texto foi escrito durante a realização da minha dissertação de mestrado. Assim, apresenta uma proposta de "enquadramento" da análise dos jornais dentro de um contexto maior de "ideias" sobre o tema a ser estudados na imprensa. Para dar conta destes objetivos, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: iniciamos com uma pequena retomada do contexto histórico do período, seguido de um estudo historiográfico sobre a imprensa, então efetuamos uma síntese do conceito de *Campo de Produção Ideológica (CPI)*, para, por fim, expormos um esboço do que poderia ser considerado o

¹ Mestranda em História - PUC-RS, bolsista do CNPq.

debate sobre as *favelas* no *CPI*, frente aos quais os jornais analisados – *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* – deveriam se posicionar. Entretanto, tendo em vista o estágio da pesquisa em que o artigo foi redigido, não apresentaremos ainda os resultados referentes aos jornais.

Montando um quadro

O Brasil, em aproximadamente trinta anos (1940 – 1970), passou por intensas, rápidas e profundas transformações tanto em relação ao econômico, como ao político, ao social e ao cultural. Nesse período, ocorreu a consolidação da industrialização do país, com a passagem do sistema agroexportador para o industrial (BAER, 1996, p.55)². Mas, segundo Leopoldi, essa industrialização acelerada desenvolveu-se baseada no forte intervencionismo estatal (LEOPOLDI, 2000, p. 222-223),³ sendo resultado de uma política de Estado baseada no aporte teórico do que a bibliografia classificou de desenvolvimentismo de inspiração cepalina (MARTINS, 2016, p.157-159)⁴. Entretanto, tal processo não recebia unanimidade, mas possuía forte oposição, especialmente da corrente que defendia que o desenvolvimento do país deveria ocorrer pela especialização agrária (MARTINS, 2016, p.119), estabelecendo-se um verdadeiro “conflito entre projetos de desenvolvimento”.

² Entre os anos de 1950 e 1964, a economia nacional apresentou um significativo crescimento geral, chegando perto de 6% ao ano, com a indústria sendo o polo motivador, pois enquanto a agricultura alcançou a média anual de 4,6%, o setor manufatureiro apresentou resultados mais significativos (9,1% a.a.), o que a tornou o “mais dinâmico da economia” brasileira. BAER, 1996, p. 73, nota 4). BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

³ LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

⁴Para maiores informações ver: BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000; MARTINS, Luis C. P. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

No universo político, de 1945 até 1964, identificou-se uma significativa ampliação da população com direito ao voto, que passou de um contingente de 1.466.700 votantes em 1934, para 7.459.849 em 1945, chegando a 15.543.332 em 1960⁵. Em termos brutos, isso equivale a uma ampliação em mais de 10 vezes o número de eleitores. Salientando que esse aumento favoreceu especialmente a incorporação das camadas populares ao sistema político eleitoral (LIMA Jr., 1981, p.26)⁶. O que poderia ter alterado as formas de arregimentação e mobilização eleitoral desses grupos da sociedade e, com isso, a relação dos partidos com o eleitorado. Questão que pode ser reforçada quando observamos que, a partir de 1930, há um intenso aumento geral da população, ao mesmo tempo em que se intensifica a concentração de pessoas no meio urbano, completando-se, na metade da década de 1960, a transição do Brasil de um país rural para um país relativamente urbanizado⁷. Fatores que interferiram na composição do voto, especialmente pelo ganho significativo que o eleitorado urbano terá sobre o eleitorado rural.

Em decorrência dos elementos acima mencionados, as grandes cidades, especialmente o Rio de Janeiro, modificaram-se sensivelmente. Mas nem todas as alterações foram positivas. Segundo Paul Singer, a maior parte da população que migrou para os grandes centros urbanos acabou encontrando empregos nos setores de serviço ou mesmo nos setores informais da economia e não na indústria, o que geraria a “hipertrofia do setor terciário” (SINGER, 1973)⁸. Aliados a este aspecto, ocorreram “estrangulamentos da infraestrutura urbana” (MORAES, 2011,

⁵TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Dados Estatísticos. Departamento da Imprensa Nacional. Vols. I, II, III (parte2) e V.

⁶ LIMA Jr., Olavo B. Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições legislativas Estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

⁷ Em 1940, segundo os dados do IBGE, o país estava dividido em 68,77% de habitantes rurais e apenas 31,23% de urbanos, na década de 1950, esses valores eram 63,85 e 35,15 respectivamente, em 1960, 55,33% e 44,67% e, já em 1970, 44,08 eram rurais e 55,82 eram urbanos.

⁸ SINGER, Paul. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

p.160)⁹, decorrendo daí a classificação do processo como uma “urbanização desordenada” por Milton Santos (SANTOS, 1996)¹⁰.

Desta maneira, não surpreende que um dos fenômenos mais impactantes desses processos foi a intensa ampliação das áreas de habitação precárias, especialmente as zonas urbanas chamadas *favelas*. Em função disso, Valladares pontua que a década de 1950 é tradicionalmente classificada pela historiografia como o período de “expansão descontrolada das favelas” (VALLADARES, 2005, p.23)¹¹.

Neste contexto de grandes mudanças sociais, de “conflito entre projetos de desenvolvimento” e de ampliação do contingente de eleitores, a questão das *favelas* e dos *favelados* assume uma posição central, pois, sua significação - como um “problema”, “um sintoma do crescimento econômico” etc. - serve de arma para a luta pela (des)legitimação do processo de industrialização acelerada em curso. Da mesma maneira, o debate em torno das *favelas* e dos *favelados* pode oferecer elementos para identificarmos alguns aspectos do pensamento político - como a possibilidade de incorporação sócio-política das camadas mais despossuídas da sociedade e até as possíveis consequências para a democracia do período dessa incorporação. Por fim, ainda possibilita que se identifique quais políticas públicas foram defendidas e/ou legitimadas em relação às chamadas *favelas*, a partir daí possíveis modelos de organização do espaço urbano.

Dentro desse contexto, as *favelas* não passaram despercebidas nas publicações dos diversos diários da capital federal. Assim, considerando a grande capacidade de abrangência social e espacial - acesso ao “grande público” - que o discurso da mídia possui, o seu

⁹ Como: colapso no fornecimento de energia, água, rede de esgoto, crise nos transportes e carências no abastecimento de alimentos das grandes cidades. MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX - início do século XX). In.: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2011.

¹⁰ SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1996.

¹¹ VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

estudo se torna um objeto privilegiado para identificarmos as representações sociais que efetivamente circularam por determinada sociedade e que podem ser utilizadas para (des)legitimar políticas públicas, por exemplo. Ainda mais, não se pode esquecer que, no período aqui analisado, a imprensa se constitui em um importante agente social, com grande capacidade de intervenção nos acontecimentos políticos (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994)¹². Entretanto, quando se utiliza a imprensa com fonte/objeto de estudo, são necessários diversos cuidados. Inicialmente, é preciso que se conheça os periódicos analisados, coletando todas as informações possíveis, tais como: quem seria(m) seu(s) proprietário(s), que público(s) visavam, a existência de vínculos econômicos e políticos, formas de financiamento, etc. Essas informações, porém, não devem ser concebidas como determinantes de tomadas de posição, mas sim como elementos que podem auxiliar na compreensão do conteúdo discursivo. Posteriormente, faz-se necessário uma reconstrução da história da imprensa no período que se deseja estudar, por exemplo, no presente objeto de estudo, preciso considerar as transformações, já mencionadas, que estão ocorrendo na sociedade, mas também atentar para as mudanças que estavam se desenvolvendo na própria imprensa.

Abreu e Lattman-Weltman¹³ compreendem a década de 1950 como período de transição do chamado “jornalismo literário”¹⁴, pautado no modelo francês, para o “jornalismo empresarial”, baseado no modelo norte-americano de objetividade e neutralidade da notícia¹⁵. O que implicaria não apenas em uma reformulação do

¹² ABREU, A. ; LETMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹³ ABREU; LETTMAN-WELTMAN. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁴ Também chamado de “jornalismo político-literário”.

¹⁵ Embora, o autor saliente que desse o início do século alguns dos principais jornais brasileiros já estavam constituídos como autênticas empresas (ABREU; LETTMAN-WELTMAN, 1996, p.158-160). Segundo CHALABY, no modelo anglo-americano “o formato do relato jornalístico implicava a

fazer jornalístico, mas levaria a uma modificação na forma de autoconstrução dos jornais perante a sociedade. Este processo de transformação implicou a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial da imprensa do Rio de Janeiro nos anos 50. Convergindo com Abreu e Lattman-Weltman, Ana Paula Goulart Ribeiro destaca que, a partir da introdução do modelo discursivo norte-americano, o jornalismo passou a ser idealmente concebido como um lugar “neutro” e “independente”, tendo como discurso autolegitimador a ideia de constituir um “espelho da realidade” (RIBEIRO, 2003, p.148)¹⁶. Entretanto, quando a autora afirma isto, ela não está defendendo a neutralidade e a objetividade dos jornais, mas que, para se tornar legítimo, o texto jornalístico que pretendesse intervir na cena pública deveria seguir, ao menos discursivamente, as regras acima apontadas (RIBEIRO, 2003; 2007).

De modo geral, a década de 1950 é considerada como um momento impar para a imprensa carioca¹⁷. A forma como esse processo foi interpretado, porém, remete-nos a questão de como a

dissociação entre factos e opiniões”. No interior do jornal a informação e a opinião começaram a ser separadas em dois gêneros jornalísticos distintos. “Na medida em que os juízos de valor começaram a estar confinados a líderes, os factos eram reportados num formato discursivo – o relato jornalístico – destinado apenas a esse objetivo. [...] Em contraste, a tradição do jornalismo francês não estabelecia uma linha tão estrita entre factos e comentários, e muitos artigos misturavam livremente notícias e opiniões” (CHALABY, 2003, p. 29-50). CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana - Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920) © *Media & Jornalismo*, (3) 2003.

¹⁶ Assim, para Ana Ribeiro a objetividade ganhou forma de técnica, observada na elaboração de um código linguístico, na criação de manuais de redação, na estruturação da notícia pelas técnicas do *lead*, na incorporação da “pirâmide invertida”, na instituição do *copy-desk*, na nova maneira de conceber o *design*, bem como no surgimento do novo conceito de fotojornalismo. Para maiores informações ver RIBEIRO, A. P. G. “O que exatamente mudou no fazer jornalístico?” In.: RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p.29-36 e RIBEIRO, A. P. G. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003.

¹⁷ Contudo é importante salientar, assim como o faz Marialva Barbosa (2007) que ao trazer depoimentos de Nelson Rodrigues demonstra que as transformações não foram aceitas unanimemente ou sem resistência. Nelson Rodrigues critica a forma de organização introduzida pelo *copy-desk* e pelo critério da objetividade e neutralidade, pois, estas seriam “na verdade uma estratégia de poder”, elemento que tirava toda liberdade do autor (BARBOSA, 2007, p.150).

relação entre imprensa e política é compreendida. Nesse sentido, a frankfurtiana Gisela Goldenstein, ao analisar a criação dos jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, afirma “que em sua primeira fase tiveram técnicas da indústria cultural, mas não se regeram pela lógica da indústria e sim pela lógica política” (GOLDENSTEIN, 1987, p.153)¹⁸. Para ela, a fundação desses periódicos ocorreu em função da luta política do período (GOLDENSTEIN, 1987, p.154), que opunha o populismo¹⁹ (representado pelo *Última Hora*) e o antipopulismo liberal²⁰ (cujo expoente era o *Notícias Populares*). Concepção reforçada por Ana Ribeiro, quando afirma que a imprensa não conseguiu autonomia em relação ao político, pois o modelo norte-americano sofreu adaptações e neutralizações (RIBEIRO, 2007, p.27). Assim, os jornais haviam se transformado em empresas capitalistas, porém, ainda serviam a poderes tradicionais, pois, mesmo adotando uma estrutura industrial, “continuavam atrelados aos interesses da sociedade política, que moldavam o conteúdo das suas publicações”. Sendo que a maioria dos periódicos, em graus variados, adotou técnicas modernas para ganhar maior legitimidade e, com isso, se fosse o caso, tornaram-se armas mais eficazes de luta política (RIBEIRO, 2007, p.40).

Ambas interpretações, por um lado, reverberam a concepção clássica de Sodré de que a disputa pelo poder no universo político é transposta direta e imediatamente para as tomadas de posição dos jornais (SODRÉ, 2011, p.406-407)²¹, sintetizando a noção de que, de um modo ou de outro, o universo jornalístico está a serviço e/ou é submisso ao universo político. Por outro, sustentam a tendência de

¹⁸ GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

¹⁹ Segundo Gisela, esse grupo “recorre ao apoio massivo das classes populares, que usa estas classes como aliados, mas não permite sua emancipação” (GOLDENSTEIN, 1987, p.38).

²⁰ Esse grupo “que se pretende democrático, mas está também indelevelmente marcado pelo espírito oligárquico e que, ao enfrentar o populismo, torna-se cada vez mais subversivo e antipopular” (GOLDENSTEIN, 1987, p.38).

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

reduzir todas as opiniões e visões de mundo dos jornais aos valores, preconceitos e “interesses” de seus proprietários – não que isso seja falso, mas é preciso ser relativizado. Assim como reforçam a ênfase na distinção recorrente na historiografia sobre a imprensa carioca do período entre o jornalismo político e o jornalismo empresarial, sendo o primeiro tomado como “arcaico” e o segundo como “moderno”.

Destoando desta visão, temos o trabalho da professora Lavina Ribeiro, que defende a existência de uma “especificidade interna às práticas de comunicação, que as qualifica como um espaço particular” (RIBEIRO, 2004, p.10)²². Perspectiva que relativiza as interpretações que concebem os jornais simplesmente como “‘meios’ ou ‘canais’ por onde as demais instituições sociais, grupos e indivíduos fazem seus jogos e tecem suas teias de poder e interação social” (RIBEIRO, 2004, p.12).

Lavina Ribeiro ainda critica as interpretações, como as de Sodré (2011) e Goldenstein (1987), que sobrevalorizam a dimensão material. Para ela, a força política da imprensa, na década de 1950, “não pode ser interpretada como mera reprodução da lógica produtivista do capital investido em suas estruturas objetivas de produção” (RIBEIRO, 2004, p.297). Segundo a autora, essa abordagem não permite compreender adequadamente o fato de que o Estado, durante toda a primeira metade da década de 1950, foi um importante – se não o principal – investidor na estruturação material dos jornais (com empréstimos, isenções de taxas, facilitação na importação, subvenções etc.), mas, mesmo assim, a maioria dos diários fez uma ostensiva oposição a Vargas, então presidente da República. Assim, endosso a perspectiva de Lavina Ribeiro que compreende os jornais como “agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas,

²² RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004.

diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação” (RIBEIRO, 2004, p.358), o que se torna uma alternativa às explicações que insistem em separar os jornais entre “político” e “comerciais”, através do conceito de “imprensa doutrinária” ou de “tribuna”. Esse jornalismo se caracteriza por, apesar de tomar posições sobre questões políticas, não se inserir no debate público como órgão de partido, mas com base em seu compromisso institucional com bandeiras e/ou doutrinas. Geralmente, esses periódicos legitimam a sua participação no debate público se construindo como instituição necessária à manutenção da democracia, ou seja, como os intermediários entre a sociedade e o Estado ou mesmo como o “quarto poder”²³.

Marialva Barbosa também compreende o período de reformas nos jornais cariocas de forma mais dinâmica. Seguindo o aporte bourdiano, essa autora defende que “a mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao *campo* lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p.150)²⁴. Assim, o jornal passaria a ter o reconhecimento do público como lugar emblemático de difusão da informação, mesmo que “a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações”.

Sem descartar a ligação entre imprensa e o *campo político*, Barbosa utiliza como exemplo a campanha de 1954 que culminou no suicídio de Vargas para demonstrar o reconhecimento da imprensa “como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas” (BARBOSA, 2007, p.151). Neste caso, não se pode afirmar que a política subordina o jornalismo, muito pelo contrário, Barbosa defende que, em muitas oportunidades, os jornais foram mais

²³ Uma discussão sobre este ponto, que aborda a questão da construção de um universo próprio ao jornalismo na década de 1950 no debate público sobre os principais temas ligados ao desenvolvimento econômico, pode ser encontrada em MARTINS, 2016.

²⁴ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

determinantes nos desfechos políticos do que as próprias instituições partidárias.

Apesar da relevância das questões acima, não são apenas essas perspectivas deterministas que precisam ser superadas, mas também há necessidade de ultrapassar um problema comum aos estudos de história e imprensa, especialmente quando as pesquisas buscam analisar as tomadas de posições ou visão de mundo expressas nos jornais, isto é, isolar o jornal do seu contexto de ideias, analisando, assim, apenas o que está presente em um ou mais periódicos. Desta forma, defendo que, para se compreender adequadamente as tomadas de posições dos jornais, é preciso que se considere as manifestações, no debate público, de outras instituições, frente as quais estes diários também estão se posicionando.

Nesse sentido, propomos uma abordagem alternativa, baseada no conceito de *Campo de Produção Ideológica* que identifica a imprensa como um produtor/reprodutor fundamental de “visões de mundo”, mas que está inserida em um campo maior, no qual diversos e distintos agentes disputam - em certos momentos em competição, em outros em cooperação - a definição sobre a "problemática legítima", ou seja, o que pode ser dito e como pode ser dito sobre determinado tema da agenda pública.

Campo de Produção Ideológica: possibilidade analítica

Diante desta discussão acerca da dinâmica dos jornais nos anos 50, como Bourdieu entende a relação entre os diferentes campos de produção simbólica no debate público em uma sociedade?

Na sua obra *A Distinção*, o autor desenvolveu um conceito específico para abarcar a dinâmica de conflito entre os diferentes campos de produção simbólica e sua capacidade de interferir no debate público que ele nomeou de *Campo de Produção Ideológica*. Este é um espaço de conflito onde ocorre a disputa pelo

estabelecimento e produção da visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes no debate público. Um espaço onde entram em disputa diversos agentes, provenientes de diversos *campos*, como o jornalístico (jornais), religioso, político (partidos políticos) etc. Nas palavras do sociólogo, o *CPI* é um

universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima (BOURDIEU, 2015, p.372)²⁵.

Nesta passagem, observa-se que o *CPI* não é apenas um espaço de elaborações políticas, mas da criação da visão mais legítima sobre o mundo social, por isso, pode-se dizer que o *CPI* possui o monopólio de produção das opiniões autorizadas sobre o mundo social. Mas, para que isto seja possível, por um lado, é necessário que haja profissionais especializados, ou seja, agentes que controlam os recursos suficientes e necessários para produzir visões autorizadas sobre a sociedade e sobre as formas de agir coletivamente em seu nome. Por outro lado, é preciso “criar” um público para seus produtos, na medida em que, em se tratando de bens culturais/simbólicos – como a arte erudita e mesmo comentários políticos em um jornal –, o seu consumo não é uma “necessidade natural”, logo, não tem uma demanda previamente estabelecida.

Por fim, deve contar com instâncias de consagração para conferir e regular a legitimidade aos bens e serviços e às instituições e agentes encarregados de sua produção e difusão (BOURDIEU, 1987, p.100)²⁶. Em seu conjunto, estes elementos constituem aquilo

²⁵ BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

²⁶ BOURDIEU, P. O mercado de Bens simbólicos. In.: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. (Org. MICELI, Sérgio). São Paulo: Perspectiva, 1987.

que Bourdieu definiu como o *mercado de bens simbólicos*²⁷, condição indispensável para a emergência dos *campos de produção culturais* (BOURDIEU, 1987).

Neste sentido, pode parecer difícil falar na constituição de *campos de produção culturais* no Brasil, tendo em vista exatamente a dificuldade de se constituir um verdadeiro *mercado de bens simbólicos*. Renato Ortiz abordou este tema para o período aqui em estudo e argumentou que, apesar dos limites, tal “mercado” começou a emergir no país a partir de 1945, com a progressiva consolidação de um projeto de industrialização, a intensificação da urbanização e a ampliação da alfabetização (ORTIZ, 2011)²⁸.

Dessa forma, se observarmos que dois dos elementos indispensáveis para a constituição de um *mercado de bens simbólicos* – industrialização e urbanização – são os principais fatores que geraram a grande ampliação das áreas habitacionais chamadas *favelas* no período estudado, percebe-se que tanto a formação deste “mercado” quanto a ampliação e consolidação das favelas fazem parte de um mesmo processo. O que tona cada vez mais lícito indagar como diversos *campos de produção culturais* representaram tal processo.

Importa ainda destacar que, para Bourdieu mesmo que os agentes do *CPI* possam satisfazer os interesses dos grupos dominantes do *campo do poder*²⁹, isto não ocorre diretamente. Pois,

²⁷ No “mercado de bens simbólicos”, os bens que estão em circulação – que podem ser materiais ou não – não tem o seu valor estipulado a partir dos custos econômicos de produção, mas adquirem um valor que é simbólico no seu contexto de produção, nas relações sociais (BOURDIEU, 1987).

²⁸ ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In.: ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

²⁹ Segundo Bourdieu, os *campos* relacionam-se entre si, entretanto, esse relacionamento ocorre de forma assimétrica e hierárquica, ou seja, mesmo entre tais espaços existem os *dominantes* e os *dominados*. O *campo do poder* é o lugar no qual se dá o embate entre diversos poderes como o econômico, o político e o simbólico, sobretudo é um espaço social no qual se estabelecem as dominações entre os *campos*, por isso, toda autonomia é relativa, pois são dependentes das disputas do *campo do poder* (BOURDIEU, 1990, p.174; 1996, p.144). BOURDIEU, P. Três estados do campo. In.: BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. In.: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: brasiliense, 1990.

suas tomadas de posição, em primeiro lugar, seriam orientadas pelas lutas internas ao seu *campo de produção*, atendendo aos interesses externos em um segundo plano, muitas vezes como forma de intervir “de fora” nas disputas contra os pares. Dessa forma, a partir do conceito de *Campo de Produção Ideológica*, tem-se uma alternativa teórica à visão que compreende a imprensa apenas como porta-voz da classe política e economicamente dominante³⁰.

Salientando que cada *campo* integrante do *CPI* possui suas regras próprias, seus princípios, sua hierarquia e certo grau relativo de autonomia diante das demais áreas de saber. Sendo que essa autonomia varia de acordo com o peso que as forças internas possuem para definir o que é legítimo ou ilegítimo no *campo*. Dessa forma, quanto menos autônomo ele for, mais estará sujeito às interferências externas dos poderes econômicos e políticos, por exemplo (BOURDIEU, 1996, p.77-78). Lembrando que, para Bourdieu, a questão da autonomia pode variar de acordo com as épocas de uma sociedade, mas também de acordo com as sociedades (BOURDIEU, 1990, p.175).

Isto é extremamente relevante para a análise da forma como a imprensa brasileira procurou inserir-se legitimamente no debate público, tendo em vista as relações de proximidade entre o que poderia ser chamado de *campo político* e *campo jornalístico* no Brasil ao longo do século XX. Desta maneira, mesmo defendendo a ideia de que, pelas transformações ocorridas nos anos 50, a imprensa brasileira procurou e até alcançou certo grau de especificidade frente aos “outros poderes”, é necessário admitir que sua possível “independência” sempre foi muito limitada. Isto decorre tanto pelo que diz Bourdieu sobre a fraca autonomia do

³⁰ Também permite contrapor ou relativizar as pesquisas que, mesmo implicitamente, trabalham apenas com a perspectiva da manipulação (como forma de modificar *conscientemente* as informações em prol de algum objetivo) para interpretar o conteúdo de um jornal. Na ótica de Bourdieu, as opiniões e tomadas de posição dos agentes são, em boa parte, resultados de seu conjunto de crenças, muitas vezes inconscientes, e que se originam na posição que este ocupa no mundo social e no seu *campo de produção* (BOURDIEU, 2015, p.105).

campo jornalístico no geral – que, para fugir da influência dos “patrocinadores”, acaba tendo que se submeter à “lei do maior número” – quanto porque, no caso do Brasil, as condições econômicas (mercado de leitores e de anunciantes) e as condições culturais (nível de escolarização, valorização da cultura letrada, etc.) sempre foram muito restritas para permitir esta “autonomia estrutural”.

Semelhante às disputadas no interior de um campo de produção simbólica, as tomadas de posição no *CPI* se dão essencialmente por conflito e oposição tanto entre os agentes de um campo específico, quanto frente às distintas áreas do saber. Isto dá origem ao que o autor chama de *luta simbólica*, isto é, a luta para a imposição da visão mais legítima sobre o mundo, que, também, é um conflito pela construção e pela capacidade de intervenção neste mundo (BOURDIEU, 2008, p.107)³¹. Daí a importância do *CPI* e das lutas em seu interior, onde os agentes aí inseridos investem todos os seus recursos, ou melhor, todas as formas de capital³² que dispõem para vencer esta luta e, assim, impor sua visão de mundo como a mais apropriada.

Feito este apanhado geral sobre o conceito de *Campo de Produção Ideológica*, podemos questionar, ao situar o tema *favela* na discussão no *Campo de Produção Ideológica* no Brasil, de 1945 a 1955³³, quais agentes estariam envolvidos nesse debate? Quais representações foram criadas e/ou difundidas? Quais “visões de mundo” elas expunham? Quais políticas públicas poderiam ser des(legitimadas)?

³¹ BOURDIEU, P. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

³² Bourdieu destaca que na luta simbólica o capital com maior peso é justamente o capital simbólico.

³³ Inicialmente no morro Pavão/Pavãozinho e pouco depois no Cantagalo e Babilônia. Esclarecendo que na minha dissertação, que está em andamento, irei analisar as representações sobre as *favelas* na “grande imprensa” carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Mas para mapear o debate em andamento no *CPI* sobre as *favelas*, no qual os jornais escolhidos – *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* –, irão tomar suas posições, foi preciso ampliar o recorte temporal.

Debatendo a *favela*

Em 1945, os habitantes das áreas classificadas como *favelas*, como forma de resistência a um possível projeto da prefeitura de remover todos os moradores para parques proletários, criaram as Comissões de Moradores³⁴. Experiência incrementada após a restauração da ordem democrática, quando essas comissões passaram a formular pautas sociais referentes a problemas de infraestrutura em suas localidades, fazendo com que, segundo Burgos, os “moradores das favelas” começassem “a constituir-se em ator político” (BURGOS, 2006, p.30).

Como forma de fazer frente a esse “impulso organizativo” dos moradores das *favelas*, surge, em 1947, a Fundação Leão XIII, tomada aqui como a representante do *campo religioso (católico)* no debate sobre a *favela* no *CPI*.

A Fundação Leão XIII tem origem pela articulação entre o Estado (prefeitura do Distrito Federal) e a sociedade civil (hierarquia da Igreja Católica), com o objetivo de promover a “assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro”, para, assim, combater a entrada e o avanço do comunismo, intenção que fica explícita no que, posteriormente, tornou-se o *slogan* da instituição: “É necessário subir o morro antes que deles desçam os comunistas”³⁵. Arelado às ações da FLXIII estava um projeto civilizacional de recuperação dos “pobres”, a partir da assistência social (OLIVEIRA, 2014, p.67), expressando uma visão de acolhimento e “salvação” destes pobres da condição de miserabilidade material e moral. Por isso, segundo a Fundação, era necessário modificar a *cultura* do morador das *favelas*, pois esta não

³⁴ Inicialmente no morro Pavão/Pavãozinho e pouco depois no Cantagalo e Babilônia.

³⁵ A presente frase tornou-se o *slogan* da Fundação, amplamente difundida após o Relatório da SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, ter sido publicado pelo jornal o *Estado de São Paulo* em 1960 (ROBAINA, 2012, p.6). ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *Diferentes conflitos, poderes e disputas territoriais: o papel da Igreja Católica no espaço das favelas na cidade do Rio de Janeiro (1947-1962)*. In.: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

se enquadrava no modo de vida urbano, na ideia de “civilização”, de organização, isto é, no modelo da Capital Federal como símbolo da nação brasileira como civilizada.

Esta instituição teve grande atuação nas *favelas* cariocas, intervindo em 33 localidades classificadas nesta categoria na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1947 até 1962. Além das ações objetivas, os integrantes da Fundação produziram diversos textos onde descreviam as *favelas* e seus habitantes, incluindo nessa produção um livro intitulado “Morros e Favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatório de 1947 a 1954”, publicado em 1955. Entretanto, as atividades da Fundação não impediram que os *favelados* continuassem se organizando politicamente, bem como não conseguiram evitar que o Partido Comunista (PC) estabelecesse suas bases e estreitasse seus vínculos com os moradores das *favelas*³⁶, especialmente no pós-1945.

Neste contexto, Carlos Lacerda, em 1948, promoveu uma campanha chamada “Batalha do Rio”. Lacerda, utilizando as páginas do jornal *Correio da Manhã*, conclamava “a sociedade para combater a expansão das favelas”, defendendo políticas remocionistas e não a urbanização das mesmas (COSTA, 2015, p.156)³⁷. A campanha -que teve repercussão em outros periódicos - acabou gerando como resposta a formação do “Plano Geral para a Solução das Favelas” do Distrito Federal. Mesmo que o plano municipal não dialogasse “com todos os aspectos levantados na campanha jornalística”, aproveitou “o mote da ‘batalha’ para operar com a ideia de uma rápida

³⁶ Voltando à legalidade no início do pós-guerra, o Partido Comunista do Brasil passa a desenvolver ações nas *favelas*, como a criação de Comitês Democráticos Populares. Posteriormente, mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista conseguiu organizar, em 1952 a Associação dos Favelados do Morro do Borel e em 1954 a União dos Trabalhadores Favelados (ROBAINA, 2012, p.4; VALLADARES, 2005, p.76).

³⁷ COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. 2015. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

intervenção militar que eliminasse as favelas no período de um ano” (OLIVEIRA, 2014, p.72)³⁸.

Após essa movimentação inicial, a ação municipal ficou restrita ao levantamento de dados, que gerou a elaboração do *Censo das Favelas* realizado pela Prefeitura do Distrito Federal entre o final de 1947 e início de 1948 e publicado em 1949. Com isso, identificamos o segundo agente, este proveniente do *campo da administração pública*, falando sobre as *favelas* no *CPI*.

Segundo Valladares, o objetivo da Prefeitura ao realizar esse recenseamento era “justificar o retorno a uma política prioritariamente de erradicação para as favelas” (VALLADARES, 2005, p.66), afirmativa que poderia explicar a existência, neste documento, de tons eugenistas nas representações sobre os *favelados*. Elemento identificado quando lê-se que “não é de surpreender o fato de os pretos e pardos preponderarem nas favelas”, pois, são “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem, as criaturas dessa cor, em quase todos os nossos núcleos urbanos, os maiores contingentes para as baixas camadas da população” (PDF, 1949, p.8)³⁹. Por seu turno, na década de 1950, percebe-se que a administração pública em nível federal também coloca a questão das *favelas* em sua agenda política, iniciando com o Recenseamento Geral das Favelas elaborado pelo I.B.G.E em 1950 e publicado em

³⁸ Tal Plano foi elaborado pelos Poderes Públicos federais e municipais, no período em que o General Dutra era presidente da república e como prefeito do rio o Marechal Ângelo *Mendes de Moraes*. Segundo Samuel Oliveira “o plano era dividido em três fases: na primeira, realizar-se-ia o estudo estatístico da “Fase Preparatória” para conhecer as favelas; na segunda, far-se-ia uma “Apreciação dos ‘meios’”; na terceira, a municipalidade desencadearia uma ação final, O “Dia D”, que se prolongaria por um ano. (...) Seguindo um vocabulário e uma lógica de ação de guerra, o plano realizaria vários “expurgos”, num plano de interdição da vida nas favelas e seleção dos moradores através de várias categorias de exceção e acusatórias” (OLIVEIRA, 2014, p.72)

³⁹ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANÇA. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo das Favelas: aspectos gerais*. Departamento de Geografia e Estatística/Secretaria Geral do Interior e Segurança, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1949.

1953. Assim, tem-se o segundo agente proveniente do *campo da administração pública* se pronunciando sobre as *favelas* no *CPI*.

Neste documento, acompanhando os dados brutos sobre as *favelas* e seus moradores, há um texto elaborado por Alberto Guimarães, onde afirma-se que a formação das *favelas* deve ser compreendida como o entrelaçamento complexo de fatores, decorrente do “desnível entre a evolução do poder aquisitivo e a valorização imobiliária” (GUIMARÃES, 1953, p.6)⁴⁰. Por isso, o autor do texto argumenta que, antes de serem encaradas como “simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social”, deve-se considerar que “as favelas são uma solução de emergência, imposta às pessoas desprovidas de recursos, para a suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho”, uma solução encontrada em diversos pontos do país (GUIMARÃES, 1953, p.10).

Não por acaso que, ao serem analisadas as características econômicas dos habitantes presentes nas 58 *favelas* levantadas, é demonstrado que “ali se encontra uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal”. Assim, conclui, “não se trata, pois, de uma população composta de ‘marginais’, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social” (GUIMARÃES, 1953, p.23).

Quando compararmos as perspectivas do Censo da Prefeitura (1947/48) com as do Censo do I.B.G.E (1950), observa-se diferenças importantes. Se o primeiro, utilizando-se de explicações eugenistas, defende a “erradicação das favelas” em prol da estética e da moral, por seu turno, o texto do Censo do I.B.G.E (1950), quando oferece uma definição do que seria a *favela*,⁴¹ acabou institucionalizando

⁴⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. I.B.G. E - Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos Censitários. Série C - Número 9. Rio de Janeiro, 1953.

⁴¹ *Favela* considerada: um “aglomerado humano” que deveria possuir, “total ou parcialmente, as seguintes características”: ser composta de “agrupamentos prediais ou residenciais formado por unidades de número geralmente superior a 50”, possuir “predominância, no agrupamento, de

essas áreas habitacionais, simbolizando um período em que as “soluções” para as *favelas* não mais enfatizem sua erradicação, mas sim sua consolidação como local habitacional dentro do urbano (PANDOLFI e GRYSZPAN, 2002, p.239)⁴².

Prática intensificada durante o Segundo Governo Vargas, quando a *questão das favelas* foi inserida em uma política habitacional de nível nacional. Segundo Samuel Oliveira, o pano de fundo dos planos de habitação popular previa “uma conjugação entre o controle social, por meio do Serviço Social, para formar o *ethos* do ‘trabalhador ordeiro’, e a conquista da casa própria como sinal de ascensão social dentro do projeto de desenvolvimento urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2014, p.157).

Dentro deste contexto, possivelmente as representações que legitimariam a incorporação das *favelas* nesta política habitacional são as que constroem o *favelado* como um trabalhador e a *favela* como “funcional” para a cidade, uma vez que, com o desenvolvimento da industrialização acelerada, torna-se cada vez mais perceptível que nessas áreas habitacionais existia uma parte da mão de obra barata importante para a economia do Rio de Janeiro e mesmo atividades lucrativas como a especulação, venda e loteamento de terrenos (ABREU, 1987⁴³; COSTA, 2015). Não é de estranhar, então, que esta forma de ver a questão acabe concluindo pela necessidade do saneamento e não da extinção dessas áreas habitacionais.

Ainda referente aos diversos grupos que produzem representações sobre as *favelas* no *CPI*, tem-se as primeiras

casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, taboas ou materiais semelhantes”, com “construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida”, com ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada”, por fim se localizar em “área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento” (GUIMARÃES, 1953, p.18).

⁴² PANDOLFI, Dulce e GRYSZPAN Mario. Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidades: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁴³ ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

produções acadêmicas sobre essas áreas habitacionais⁴⁴, nomeadamente do Serviço Social, Sociologia e Arquitetura/Urbanismo. Lembrando que foi a partir da década de 1930, por iniciativa da Prefeitura, que assistentes sociais passaram a atuar nas *favelas*. Então, para formar tais profissionais, a municipalidade criou o Instituto Social - atual Departamento de Serviço Social da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob a organização de duas religiosas: uma francesa e uma italiana (VALLADARES, 2005, p.57). Mas, foi a partir da década de 1950 que ocorreu a intensificação da atuação desses agentes nas áreas de moradias precárias, o que pode explicar o aumento de publicações do que consideramos o *campo acadêmico*, especialmente do Serviço Social sobre as *favelas*.

Entre 1950 e 1955, os textos do Serviço Social e alguns da Sociologia, produzidos pelo *campo acadêmico*, possuem algumas características comuns: 1) apresentam diversos dados sobre aspectos socioeconômica e traços gerais da população e/ou *favelas*, evidenciando a busca por conhecer as *favelas* e os *favelados*; 2) a solução passa basicamente pela construção de parques e vilas operárias/proletárias, próximas da antiga *favela*; e, 3) para que a solução seja efetiva, é necessário o contínuo trabalho de assistência social nos locais, o que implica na instalação de um sistema de Serviço Social tanto nas *favelas* como nos novos conjuntos residenciais.

Outro elemento relevante é que não é raro encontrarmos nas interpretações dos dados coletados uma visão moralista, que acaba gerando uma caracterização negativa da “população quanto aos hábitos morais, condições higiênicas e sistemas de organização social, como os sindicatos” (VALLADARES e MEDEIROS, 2003, p.50). Elementos que poderiam reforçar a necessidade da atuação do assistente social nas *favelas*, pois este seria o único profissional

⁴⁴ O texto que marcou o início desse período é o Trabalho de Conclusão de Curso de assistente social realizado por Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em 1942, com o título de *Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela*. (VALLADARES, 2005, p.56-63).

capaz de “criar hábitos” adequados nos *favelados*, para que, então, possam ser removidos para as vilas operárias. O que reforçaria e justificaria a implantação de um órgão socializador – Centro Social -, para cristalizar esses hábitos nas novas residências (BARCELOS, 1951, p.113).

Por seu turno, a tese do arquiteto Benjamin de A. Carvalho centra-se no que o autor chamou de “inconvenientes higiênicos” das *favelas*, “inconvenientes estes de alta significação, no atentado contra à saúde do habitante da favela e contra o estado sanitário da cidade”. Ainda esclarece que não irá debater nem propor soluções, “uma vez que não está na esfera da higiene a sua solução e sim nos domínios da sociologia” (CARVALHO, 1951, p.7).

Então, como podemos compreender as tomadas de posição destes agentes no debate sobre as *favelas* a partir do conceito bourdiano de *CPI*? Inicialmente, considerando que as tomadas de posição dos agentes que integram o *CPI* ocorrerem, em primeiro lugar, a partir das lutas internas ao seu *campo de produção*, pode-se apreender de modo mais dinâmico a inserção do *campo acadêmico* no debate sobre a *favela* no *CPI*. Para isso, é relevante lembrar que, a partir da década de 1950, as disputas internas ao *campo acadêmico* intensificam-se, pois diversas áreas buscam se consolidar como disciplinas e, para isso, é fundamental a delimitação e construção de seus temas de estudos, assim como a definição de metodologias próprias. Neste sentido, as *favelas* tornar-se-iam um objeto privilegiado de atuação e de estudo do Serviço Social, ao mesmo tempo em que o discurso do Serviço Social procura igualmente construir a necessidade do produto que oferece: a assistência social a um *favelado* pobre, carente e necessitado da assistência estatal. Dessa forma, os assistentes sociais também se constroem como os agentes que possuem a fala mais legítima sobre as *favelas*. Ainda mais, a partir dessa crescente delimitação dos *subcampos acadêmicos*, pode-se entender a posição do arquiteto Benjamin de A. Carvalho quando este afirma que a tarefa de debater e de propor soluções para a questão das favelas está nos domínios da sociologia.

Já no que se refere ao *campo da administração pública*, a perspectiva bourdiana compreenderia, no caso do Censo do IBGE, que a utilização de explicações macroestruturais para se referir às causas das *favelas* – complexo entrelaçamento de fatores - revela um discurso mais técnico, expondo as marcas do seu *campo* de origem. Esse discurso técnico, oriundo de agentes ligados a tal Instituto, ao eleger as causas como macroestruturais e as *favelas* como uma solução habitacional encontrada em todo o Brasil, acabaria expondo que a instituição com a fala mais legítima sobre essas áreas habitacionais seja em nível nacional e que consiga apreender os elementos estruturais da questão. Dessa forma, estes agentes a partir do seu lugar de fala estão se construindo como aqueles que possuem a fala mais legítima sobre as *favelas*, conseqüentemente os mais aptos a intervirem, elaborando políticas públicas para essas áreas. Deslegitimando os discursos de agentes que pautam sua argumentação em uma perspectiva mais localista, como, por exemplo, os textos do Serviço Social, da FLXIII e mesmo dos poderes públicos municipais (Censo da Prefeitura). Bem como, ao construir o *favelado* como um trabalhador “integrado na vida social”, colocá-lo como merecedor de amparo dos poderes públicos, o que nos leva a argumentar que o texto desse documento dialoga com o que seria uma política getulista, isto é, com a proposta do grupo que está em posição dominante no *campo político*.

Por fim, as grandes diferenças nas tomadas de posição dos agentes do *campo da administração pública* podem ser interpretadas como lutas internas entre os próprios poderes públicos, opondo as instâncias municipais e federais, cada qual buscando se construir como o agente com a fala mais legítima sobre as *favelas*, o que lhe gera maior poder de ação nestas áreas habitacionais.

Contudo, embora não seja exaustiva, a análise acima permite um panorama geral dos debates sobre as *favelas* no *Campo de Produção Ideológica*, sendo que é dentro deste contexto que os jornais irão se posicionar. Assim, a análise das tomadas de posição

dos periódicos precisa considerar que esses diários estão inseridos em um debate mais amplo, onde diversos agentes estão em disputa para estabelecer a “problemática legítima” e assim, definir sua capacidade de construir a sociedade e de agir sobre ela.

Fontes

BARCELOS, Fernanda A. V. F. *As Favelas: estudo sociológico*. Niterói: Livraria Universitária, 1951, 109p.

CARVALHO, Benjamin de Araújo. *O Problema Higiênico das Favelas*. Tese (Livre-Docência em Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades). 1951. 40 f. Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1951.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. I.B.G. E - Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos Censitários. Série C – Número 9. Rio de Janeiro, 1953.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamentos Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950.

_____. Censo demográfico de 1950. Rio de Janeiro Conselho Nacional de Estatística - Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

_____. Censo demográfico de 1960. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Departamento de Estatística de População.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANÇA. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo das Favelas: aspectos gerais. Departamento de Geografia e Estatística/Secretaria Geral do Interior e Segurança, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1949.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Dados Estatísticos. Departamento da Imprensa Nacional. Vols. I, II, III (parte2) e V.

Referências

ABREU, A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

_____. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Três estados do campo. In.: BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In.: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. O mercado de Bens simbólicos. In.: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. (Org. MICELI, Sérgio). São Paulo: Perspectiva, 1987.

- BURGOS, Marcelo B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In.: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana - Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). © *Media & Jornalismo*, n. 3, p. 29-50, 2003.
- COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. 2015. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra: 2000.
- LIMA Jr., Olavo B. Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições legislativas Estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MARTINS, Luis C. P. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX – início do século XX)*. In.: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Samuel Silva R. de. *“Trabalhadores Favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte*. 2014. 331 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

- ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In.: ORTIZ, R. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN Mario. Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidades: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *Diferentes conflitos, poderes e disputas territoriais: o papel da Igreja Católica no espaço das favelas na cidade do Rio de Janeiro (1947-1962)*. In.: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.
- RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- _____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.
- RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- SINGER, Paul. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES, Lícia do Prado; MEDEIROS, Lídia. *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906 – 2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.

Reflexões sobre a relação imprensa e política e a incorporação da teoria social bourdiana: análise do governo Goulart na imprensa carioca (1961-1964)

*Cristiane Mitsue Corrêa*¹

O presente estudo tem como proposta apresentar uma reflexão sobre os conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu, incorporando-os à análise preliminar da imagem pública política de João Goulart e seu governo (1961-1964) na grande imprensa carioca. Procura-se compreender como narrativas em disputa do cenário político brasileiro foram construídas pela imprensa e seus diferentes posicionamentos políticos. Nesse caso, ao se ter conhecimento do desfecho do período, com os acontecimentos do golpe civil-militar (1964), é possível considerar a imprensa como um dos principais fatores para a desestabilização do governo e da imagem elaborada sobre o presidente. Utiliza-se o conceito de campo, para entender a relação de força entre as esferas política e jornalística, e os conceitos específicos que compõem cada campo ou agente pertencente a ele: *habitus*, capital e luta simbólica.

João Goulart, em sua carreira política, seja desde a sua atuação na presidência do PTB (1952), como Ministro do Trabalho no governo Vargas (1951-1954), e vice-presidente dos governos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela PUCRS.

Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Jânio Quadros (1961), esteve responsável em reduzir os conflitos e disputas internas de seu partido. Passa a dialogar com trabalhadores e organizações sindicais, com postura de intermediador e negociador. Goulart acabou inaugurando um novo estilo de relação entre o Estado e os sindicatos, tendo em vista seu incentivo à participação de trabalhadores na vida política do país (FERREIRA, 2011). O resultado foi de grande prestígio de João Goulart nos meios sindicais, tornando-se figura central do trabalhismo brasileiro. Entretanto, sua proximidade com trabalhadores, sem formalidades, cada vez mais agravou os conflitos na vida política do país e os ataques da oposição ao trabalhismo.

A luta pela realização das reformas de base, em especial a reforma agrária, marcou sua atuação como presidente da República (1961-1964). As reformas foram medidas nacionalistas e populares, que visavam a ampliação das liberdades democráticas, conferindo cidadania às camadas populares e trabalhistas do país. A política reformista e conciliatória de Goulart foi vista por setores conservadores como uma ameaça a estrutura de privilégios. Esses setores – identificados por latifundiários, empresários, políticos da UDN, membros da grande imprensa etc. – conferiam uma imagem negativa ao presidente, que o identificavam como subversivo, demagógico, mal político e governante, fraco e ambíguo. As adjetivações depreciativas foram construídas através das sucessivas crises econômica e militar que o país sofrera durante seu governo, mas também através do diálogo que o presidente estabelecia com trabalhadores e camadas populares desde o início de sua carreira política. Esse foi o motivo pelo qual, segundo conservadores, o presidente poderia estar alinhado ao comunismo, ideologia temida e em voga em termos globais pela Guerra Fria, que dividira o mundo e igualmente o país. Tais caracterizações negativas marcaram sua imagem pública política, tendo o jornalismo brasileiro como um dos campos que construíram tal imagem.

Campos jornalístico, político, social e de produção ideológica como conceitos bourdianos

O campo jornalístico da década de 1960 foi de emergência de uma indústria cultural e da informação no país, estando inserido nela os meios de comunicação de massa. Esse processo iniciou nos anos 1940, ganhando força a partir dos anos 1950. Isso associa a produção cultural e ideológica como parte da lógica mercadológica e do campo econômico, que passa a exercer força sobre o novo funcionamento da produção em massa. A indústria cultural, como define Renato Ortiz (2001), estabelece, aos meios de comunicação - e, neste caso específico, aos jornais e impressos -, o funcionamento como empresas e indústrias de informação, que, cada vez mais, detém poder econômico. A “dominação” da economia sobre a produção intelectual, cultural e jornalística interfere no próprio funcionamento do campo político, na medida em que este passa a atuar a partir de uma lógica mercadológica da imprensa e de como esta se dedica a construir imagens públicas sobre a política, considerando o campo midiático como detentor do poder de visibilidade pública. Ocorre, assim, a existência de um conflito entre os campos jornalístico e político, e do próprio campo econômico como integrante do jogo de forças atuantes.

Quando as instituições que produzem comunicação de massa passam a funcionar como empresas, obedecendo à lógica do seu mercado, descubrem que podem produzir capital econômico e não apenas capital político, que podem oferecer aos seus consumidores informação, cultura e entretenimento independentes, imparciais, objetivos e verdadeiros a prescindir do seu significado para as lutas que se processam na arena política (GOMES, 2004, p. 130).

A lógica de mercado da indústria cultural reverberou no espaço jornalístico, ocasionando algumas mudanças. O contexto do início da década de 1960 faz parte de um processo de transformação da imprensa brasileira, que se efetivou a partir dos anos 1950. As

mudanças ocorreram desde o tratamento em torno da informação, até a crescente autonomia do campo, com o processo de profissionalização, com o objetivo de conquistar um público leitor mais amplo e diversificado. O meio jornalístico passou a enfatizar o papel dos seus agentes, junto à objetividade da informação: a linguagem que compunha a narrativa estava, então, pautada em aspectos objetivos e de caráter neutro. Assim, houve maior destaque à informação e sua correspondência “fiel” com a realidade, do que a opinião parcial. Contudo, essa motivação objetiva e neutra nunca é completa em sua totalidade, visto que há posicionamentos políticos definidos e determinadas visões sobre a realidade que são impostas - em decorrência da forma em que a notícia e a informação sobre o mundo político e social são transmitidas - carregadas de sentido e opinião pela seleção e enquadramento do real.

Essas transformações também estão relacionadas ao processo de profissionalização e consolidação do jornalismo, à capacidade de “estabelecer valores, princípios, deontologias e distinções que orientam as escolhas, rotinas e tudo o mais que compõe as atividades” do campo jornalístico (GOMES, 2004, p. 130). Quando ocorre a construção do campo específico do jornalismo, forma-se o que Wilson Gomes afirma ser a “proteção contra a injunção dos interesses políticos e contra a intromissão dos interesses econômicos na produção e estruturação dos materiais e conteúdo que circulam na esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2004, p. 130).

Ao deter o “poder” da visibilidade pública, através do manejo das informações, por meio dos processos de seleção e de divulgação, os agentes atuantes no campo jornalístico estão em constante tensão com o campo político, na medida em que constroem “imagens públicas” e acabam por estabelecer a agenda política². Para isso,

² Esse processo é conhecido como teoria ou hipótese do agendamento (*agenda-setting*), onde a agenda midiática ou jornalística pauta as agendas pública e política. Sobre o assunto, ver: MACCOMBS, M. & SHAW, D. A Função do Agendamento dos *media*. In.: TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000.

jornalistas e editores passam a dominar a linguagem do campo político e, gradativamente, fazem parte de seu jogo. Torna-se interessante estabelecer tais relações e refletir em torno do fato de que o campo, com suas próprias regras, valores, hierarquias e lógicas específicas, e determinado por certo grau de autonomia, posições de seus agentes e o capital de que dispõem, entram em conflito quando se deparam com valores e lógicas de outro campo, na busca por uma imposição mais legítima dentro do campo social. Acabam sendo “relações de poder e a imposição de uns sobre os outros depende do capital simbólico acumulado pelos agentes envolvidos” (BARBOSA, 2006, p. 14). Ao referenciar Bourdieu, Alexandre Rossato Augusti (2010) define o campo jornalístico como:

O campo jornalístico é, para o autor, o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido àqueles que reconhecem esses “valores” e princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, ouvintes ou espectadores, na cifra de venda e no lucro (AUGUSTI, 2010, p. 7).

Os campos jornalístico e político estão inseridos no campo social, caracterizado “como um espaço multidimensional de posições”, no qual os

Agentes distribuem-se nele (...) segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 1989, p. 135)

Assim, os agentes ou seus grupos “são definidos pelas suas posições relativas neste espaço [social]” (BOURDIEU, 1989, p. 134). O capital, - seja cultural, econômico, simbólico, social - e seu volume determinam a posição do agente no espaço social. Aqui, lida-se com a atuação profissional do jornalista ou com a postura dos agentes políticos, frente a atuação do jornalismo sobre a política. Bourdieu (1989, p. 134) afirma que a posição de um determinado agente no

espaço social é definida por seu posicionamento nos diferentes campos ou “distribuição dos poderes que atuam em cada um deles”, levando em conta seu capital econômico, cultural, social e simbólico. Segundo o autor, cada campo tem sua lógica e hierarquia própria.

A posição do agente no campo social está relacionada com seu volume de capital simbólico acumulado, que lhe dá prestígio, títulos, reconhecimento e implica em poder social. Além disso, é importante considerar o agente social de um campo como o indivíduo com menos consciência de sua ação, na medida em que age conforme a sua realidade, seu *habitus*, que é anterior à ação. Bourdieu relaciona a dicotomia estrutura e indivíduo, através da ação, e a prática dessa ação, que ocorre através do agente. O *habitus*, nesse sentido, é a estrutura incorporada sobre o indivíduo (BOURDIEU, 1989).

Define-se o conceito de campo de produção ideológica de Pierre Bourdieu como um campo de elaboração de distintos discursos que estão em conflito e disputa. De acordo com o autor, o campo de produção ideológica:

[...] enquanto tal, ou seja, o universo das relações objetivas, automaticamente reduzidas em tomadas de posição definidas em seu conteúdo pelo lugar de onde provêm, entre as posições ocupadas e defendidas nesse campo pelos agentes e pelas instituições em concorrência para o monopólio da produção e da imposição da representação legítima do mundo social e da ação legítima sobre esse mundo (BOURDIEU, 2015, p. 402).

Nesse sentido, os jornais fazem parte desse campo, enquanto espaços sociais e simbólicos que impõem uma visão de mundo sobre a realidade política. Essa realidade se situa em um campo de forças – considerando suas disputas políticas –, entendido como “um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 134). O jornalismo tem por objetivo fazer parte da arena política, possuir um capital político, bem como

autoridade e legitimidade frente à sua visão “objetiva e neutra” da realidade política, impondo representações sobre ela. O texto jornalístico torna-se estratégico pela disputa de espaço nos jogos de poder e de interesses que compõem o universo político.

Um jornal possuirá maior legitimidade perante suas considerações sobre a política conforme alguns fatores importantes do campo e dos agentes que o compõem: trajetória, *habitus*, posicionamento ideológico, capital simbólico, econômico, cultural, social e político que dispõe, perfil de seu público leitor, seu alcance e circulação, (relacionado ao número de exemplares impressos e distribuídos por dia). O conceito de *habitus*, proposto pela teoria bourdiana, é o princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas”, sem que, por isso, sejam o produto da obediência de regras. Orienta a ação social e é o produto das relações sociais, que tende “assegurar a reprodução das mesmas relações objetivas que o engendram” (ORTIZ, 1983, p. 15). São conjuntos de valores e predisposições que o indivíduo incorpora em sua vida, ao longo das suas experiências. Há condições objetivas a serem consideradas, como nível de renda, escolaridade, gênero, origem social e experiências pessoais. Tais fatores interferem no modo de ver a realidade e representá-la, sendo, também, condições que agem de forma mediada pelas percepções.

O conceito de campo de produção ideológica poderá ser empregado na acentuada relação entre imprensa e política, constituída no campo social. Nesse sentido, insere-se o contexto de uma frequente articulação do recurso jornalístico, frente as atitudes políticas do governo, proporcionando funções políticas para a imprensa. A imprensa, como um espaço formador de opinião, participa da luta política, na medida em que sua produção ideológica acaba por ter o “poder” de pautar parte do campo político. Sobre este campo, Bourdieu afirma:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequências das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Imagem pública, jornalismo e disputas simbólicas

A narratividade e as estratégias enunciativas, utilizadas por jornalistas e editores, se relacionam ao conceito de imagem pública, quando passam a caracterizar aspectos de agentes sociais e políticos, instituições ou partidos políticos. Conforme Wilson Gomes (2004), as imagens públicas se fazem com ações e discursos e há diversos fatores que as influenciam, principalmente no campo político: a existência de disputas simbólicas mediadas pela linguagem; processos estratégicos discursivos; construção de representações positivas ou negativas; e a construção de uma personagem política, seja a um regime ou uma pessoa (GOMES, 2004). De acordo com o autor, “a imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens públicas são concepções caracterizadoras” (GOMES, 2004, p. 193). São propriedades representacionais, que permitem a atribuição de valores e um lugar narrativo ao sujeito. Designa “posições, juízos, teses, hipóteses a respeito de coisas, estados de coisas, relações, circunstâncias, pessoas, fatos, questões, instituições e suas respectivas classes” (GOMES, 2004, p. 193).

A imagem pública dos sujeitos é formada a partir da combinação entre representações visuais e mentais (WEBER, 2004, p. 261). Segundo Maria Helena Weber, a imagem pública é resultado da “imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de

poder”, na combinação de “imagens abstratas” com as “imagens concretas”. Em seu sentido geral, as imagens têm a capacidade de representar algo. O termo “imagem pública” refere-se a um fato cognitivo e conceitual. Enquanto as imagens visuais fragilizam-se sem uma associação à imagem conceitual, as imagens públicas ou conceituais subsistem sem o aspecto visual (WEBER, 2004, p. 269).

As disputas ocorrem entre diferentes imagens públicas dentro do campo jornalístico, que caracterizam comportamentos de um mesmo ator político. Ou seja, conflitos entre jornais e suas respectivas representações, concepções e narrativas. Neste caso, a imprensa como espaço de elaboração de imagens, ainda que seja um processo inconsciente da produção jornalística, reforça representações sobre um agente social e político, na construção narrativa em longo prazo, e acaba por determinar concepções.

A elaboração de uma imagem positiva de João Goulart pelo jornal *Última Hora*, marcado pela aproximação ideológica junto ao trabalhismo, entrará em conflito com as imagens negativas construídas ao longo do seu período presidencial – ou mesmo ao longo de sua carreira política – pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Além disso, considerando a imagem pública imprecisa e mutante, conforme os acontecimentos e comportamentos políticos e períodos de maior radicalização, as imagens públicas políticas construídas no ano de 1961 são diferentes das elaboradas em 1964, por exemplo. Segundo Gomes, as imagens são “mutáveis, com limites imprecisos, retroajustáveis e complexos” (GOMES, 2004, p. 195). Além disso, o autor aponta a dificuldade de “fixar uma imagem de um ator social, porque este ator é um constante produtor de atos e expressões que sempre podem ser lidos de modo diferente do que costumava ser, gerando, portanto, uma outra imagem” (GOMES, 2004, p. 196).

Além das disputas de imagem presentes em uma mesma esfera, ocorre o conflito entre representações elaboradas em campos distintos. Enquanto o meio jornalístico detém o poder da visibilidade pública, o político não possui o controle da produção de imagens.

Nesse sentido, o campo político acaba por se tornar dependente do campo jornalístico, sobretudo quando este impõe pautas e determina visões de mundo sobre aquele. Dessa maneira, de acordo com Barbosa (2006, p. 23), “na competição entre os agentes de um e de outro campo, o jornalismo possui uma vantagem de controlar a esfera da visibilidade pública, fundamental à atividade política contemporânea”.

As imagens elaboradas pelo campo político tendem a ser positivas, pois promovem, por meio da propaganda, uma boa imagem pública de candidatos ou partidos em épocas de campanhas eleitorais ou ao longo de mandatos políticos. As imagens formadas pelo campo midiático e jornalístico, por sua vez, são resultado da interpretação de jornalistas e editores sobre as imagens construídas pelo meio político. Por dominar a linguagem política, tais profissionais possuem legitimidade para criar tensões, disputas e conflitos, sendo parte das lutas simbólicas pelo poder.

Contudo, o campo político procura configurar seu poder sendo detentor de um capital político que o campo jornalístico não possui em sua totalidade. A luta simbólica envolve disputas, relações de força entre campos distintos, que possuem valores e regras específicas de seu meio. De acordo com a teoria bourdiana, “lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos” (BOURDIEU, 1989, p. 133). A disputa política seria identificada como a “luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos, bem como da competição pela produção da percepção pública dos interesses e pretensões que se apresentam na cena política” (GOMES, 2004, p. 239).

Dentro do campo jornalístico, há certa disputa entre os veículos comunicacionais com posicionamento ligado ao governo e aqueles que são contrários às decisões governamentais. A relação entre o campo político e o campo jornalístico é conflitante na medida em que são espaços que disputam legitimidade frente suas ações,

sejam elas políticas ou midiáticas. Para isso, representações do mundo social construídas pela imprensa, para enfatizar ou deslegitimar ações, posturas e comportamentos políticos, indicam o interesse de profissionais do jornalismo em promover e conferir notoriedade ao seu campo em “denunciar” ações políticas duvidosas. A utilização de uma narrativa anticomunista na imprensa, crescente até a deposição do presidente em 1964, é um exemplo. Tal narrativa vem sendo construída anteriormente à década de 1960, o que reforça e estabelece estigmas e pré-conceitos sobre um “imaginário do mal” presente na política.

Considerar as imagens públicas como discursos e representações sobre a figura política do presidente e seu governo nos direciona a entender essas imagens como pertencentes a um espaço de disputa e luta política. A investigação em torno da representação midiática da figura política de João Goulart - tendo em vista sua relação com diversos segmentos da sociedade civil e militar, tanto com os trabalhadores quanto com setores conservadores - é importante para avaliar aspectos da disputa de imagens políticas e suas diferenciações, ao longo do período de 1961 a 1964, e como estes são capazes de alterar a realidade social do país.

No governo João Goulart, houve crescente radicalização dos setores da sociedade, marcada pela articulação e interferência da mídia impressa sobre estes setores. Por vezes, ainda mais ligada aos seus próprios interesses, a grande imprensa de posicionamento menos favorável ao governo, como os jornais *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, criou uma imagem negativa, tanto em torno do governo, como do próprio Goulart, possivelmente sendo elaborada desde a época em que o ex-presidente foi Ministro do Trabalho do segundo governo Vargas (1951-1954), em 1953. Os setores de oposição ao governo, ligados às camadas mais altas da sociedade, elegeram algumas características que passavam a desconsiderar sua imagem, acusando-o de ser uma figura contraditória, com um projeto de poder “populista” definido, interessado em instituir uma república sindicalista, a partir de uma postura radicalista e

despreparado para o cargo. Soma-se a isso o uso de adjetivos pejorativos como demagogo, comunista e perigoso agitador (FERREIRA, 2006; TOLEDO, 1984).

Entretanto, parte da imprensa esteve dedicada em apresentar e difundir uma imagem mais positiva, como foi o jornal *Última Hora*, cujo discurso se baseava em um posicionamento favorável ao governo, possivelmente maior defensora das posições do PTB entre os jornais brasileiros da época. Elaborou-se, assim, outra imagem pública sobre o presidente Goulart, que acabava por concorrer com aquela construída pelos jornais tradicionais de alinhamento contrário ao governo e de caráter conservador. A imagem pública política que favorecia o presidente esteve alinhada ao debate iniciado pelo governo sobre as propostas reformistas e avanços básicos direcionados às camadas populares da sociedade brasileira.

Os jornais comerciais, marcados pelo campo jornalístico e produção ideológica, são justamente espaços que fornecem opiniões, sentidos, códigos e representações sobre o mundo social. Eles são caracterizados como um universo autônomo, capaz de fazer parte de uma mobilização ao público consumidor e interferir, ainda que indiretamente, na realidade política do país, entra em conflito com o campo político. As linhas editoriais e políticas vendem determinada visão de mundo. A isso, se soma o nível e o grau de legitimidade da produção ideológica, presente nos jornais, que podem repercutir no campo político. A dominação da linguagem política e de um discurso articulado, pelo campo jornalístico estão, de alguma forma, ligados com a imposição de uma determinada representação do mundo social, como a imagem negativa ou positiva do presidente da República, interferindo na legitimidade do campo de produção ideológica sobre o campo político.

Fundamental identificar quais são as instâncias de consagração dos diferentes jornais e como isso pode influenciar nos seus discursos, bem como a identificação do público, linguagem, pertencimento ao polo popular ou erudito, em que espaço social está inserido e qual seu capital (econômico, cultural, social, simbólico).

Alguns pontos tornam-se essenciais para entender as relações entre o campo de produção ideológica, o campo jornalístico e o campo político: autonomia, legitimidade, capital simbólico, prestígio acumulado dentro do campo, processo de produção, representação e expressão frente ao seu próprio campo e outros campos. Essas questões variam para cada jornal e cada contexto do período. Além disso, há, ainda, o resultado das imagens públicas percebidas pelos agentes que consomem os veículos comunicacionais que as divulgam – seja pela propaganda política ou pelas construções narrativas do jornalismo. É preciso considerar os fatores que envolvem os agentes consumidores e suas percepções, como classe social a qual pertence, escolaridade, capital econômico, político e cultural de que dispõem, bem como *habitus* pessoais e profissionais instituídos e incorporados, para interpretar a realidade política do país oferecida pelos meios de comunicação de massa.

O campo de produção ideológica liga-se ao campo jornalístico e ao campo político. A imprensa e os jornais comerciais acabam por estar inseridos na relação do campo de produção ideológica e do campo político. Logo, a imprensa, como um campo de produção ideológica, acaba por interferir, por vezes diretamente, na composição e em acontecimentos políticos. Assim, considera-se o jornalismo e o campo midiático como espaços capazes de exercer força decisiva para o direcionamento tanto da sociedade brasileira como do campo político. De acordo com Silva (2015):

A imprensa não só emite uma opinião, como atua e delimita espaços, demarcando temas, mobilizando opiniões para constituir a adesões e consensos. A imprensa em diferentes conjunturas assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais e também se constitui como espaço privilegiado de articulação desses projetos. (...) A imprensa pode ser concebida também como importante vetor social responsável pela reprodução, difusão e socialização de determinada cultura política (SILVA, 2015, p. 12).

Acredita-se que o campo de produção ideológica deve ser inserido em um diálogo recíproco, ainda que conflitante, entre o campo político e o jornalístico. Sendo categorias propostas pela teoria social bourdiana, essa relação implica graus de hierarquia e dependência. O discurso sobre João Goulart, nas páginas dos jornais, e a elaboração de imagens públicas sobre sua figura, realizada por jornalistas (produtores de um discurso ideológico e formadores de opinião pública), repercute nas decisões do campo político, na medida em que o campo jornalístico acaba por ser, de certa forma, um mediador entre o público consumidor e a esfera do poder político. Considera-se o discurso sobre a realidade social e as representações que são elaboradas sobre o Presidente e seu governo, isto é, sobre o meio político, que impulsiona a narrativa de uma imprensa que tem como finalidade obter um poder. Ou seja, a interação do campo jornalístico, juntamente com o político, deve ser vista como uma relação de poder. A disputa ocorre pela forma mais legítima de poder e dominação. Destaca-se o trecho de Simão Alves Tannous (2009), ao se referir ao período final do governo Goulart:

Os jornais impressos da época são um bom demonstrativo da disputa pela memória que se quer preservar. A maioria dos editores e donos de jornais associava-se aos interesses de grupos conservadores, e num contexto de exacerbação do comunismo, deram mais atenção às notícias relacionadas à crise do Executivo do que as conquistas e tentativas de reformas (TANNOUS, 2009, p. 6).

Considerações finais

O período caracterizado pelo governo Goulart estava inserido em uma conjuntura internacional de intensa bipolarização, tendo em vista o forte embate conferido pelas ideias de alinhamento à esquerda e alinhamento capitalista. O contexto histórico da Guerra Fria também acabou por interferir e repercutir nas decisões políticas, sociais e econômicas do cenário brasileiro do início da

década de 1960. A ideia de combate ao comunismo esteve presente no discurso contrário às posições governistas. Nessa linha discursiva, a imprensa fez-se presente como um instrumento que se impôs a participar ativamente do jogo político. A articulação entre essas duas esferas e campos vai ser, portanto, uma relação de dominação, constante embate e determinada pela busca de legitimidade política e social. Ao atuar como mediador entre a sociedade e o político, o campo jornalístico - através de estratégias, discursos e narrativas - elabora representações sobre a realidade, enfatizando sua participação na luta política e o esforço para predominar sua perspectiva.

As críticas conferidas ao presidente na imprensa - de maneira discreta entre 1961 e 1963, e com maior ênfase em 1964 - reverberou no espaço político, na medida em que atuou como reforço à insatisfação de setores conservadores, que contemplava a direita e foi ganhando respaldo entre militares. Mesmo considerando que não foi o discurso midiático que levou o país à ruptura democrática, este contribuiu consideravelmente quando passou a divulgar uma imagem pública negativa do presidente, o que influiu e reforçou ainda mais as decisões do campo político e militar. Considera-se que, no caso do jornal *Última Hora*, não foi suficiente por parte desta imprensa, que apoiou o presidente, divulgar imagens positivas de Goulart ou do seu governo. Ou seja, "a disputa era desigual", já que *Última Hora* seria um dos poucos jornais a apoiar João Goulart (FERREIRA, 2011, p. 109).

A imprensa alinhada ao trabalhismo e conseqüentemente à esquerda, não obteve respaldo entre suas próprias bases, quando no episódio do golpe civil-militar não houve forte resistência das esquerdas. O discurso com viés esquerdista de *Última Hora* não foi suficiente para unir forças de apoio ao presidente. No caso do outro lado do espectro político, os setores conservadores empenhados em derrubar Goulart do poder obtiveram o "apoio" da imprensa tradicional, que com seu prestígio em meio à formação de opinião pública do país pôde servir de legitimação às decisões políticas e

militares golpistas. No caso de Última Hora, mesmo conferindo prestígio entre setores trabalhistas, por seu diálogo e sua linguagem que aproxima a imprensa às camadas populares do país, não teve amplo poder para “interferir” no campo político e militar.

A produção jornalística, nesse sentido, é considerada como um significativo espaço de expressão e difusão de representações públicas. Nela há diversas relações de disputas, desde o que compete ao espaço público e ao privado, conflitos entre a produção jornalística e o campo político, a articulação dos jornais entre si e do conteúdo que divulgam, e tensão entre imagens dicotômicas, fazendo com que narrativas políticas entrem em conflito.

Referências

- AUGUSTI, Alexandre Rossato. As relações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social. *REBEJ - Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Ponta Grossa, v.1, n. 6, p. 5-32, dez. 2009/mai. 2010.
- BARBOSA, Diana Teixeira. *Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti*. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- _____. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. 2.ed. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

- MACCOMBS, M. & SHAW, D. A Função do Agendamento dos *media*. In.: TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SILVA, Renato Pereira da. *Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964)*. 2015. 199f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- TANNOUS, Simão Alves. A imprensa na derrubada do governo presidencialista de João Goulart (1963-1964). *Caderno Caminhos da História* (Universidade Severino Sombra), Vassouras (RJ), v.5, p. 1-14, 2009.
- TOLETO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- WEBER, Maria Helena. Imagem pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004, p. 259-307.

Capítulo III

Bourdieu entre gosto e trajetória

“Controlar o estado socialista”
Os conselhos populares nas páginas da
Teoria e Debate

Rafael Saraiva Lapuente¹

1. Introdução

Neste artigo, nosso propósito é estudar como a revista *Teoria e Debate* abordou o tema dos *conselhos populares* durante suas cinco primeiras edições, entre o período de dezembro de 1987 a março de 1989. Levamos em conta, aqui, o fato de o Partido dos Trabalhadores, naquele contexto, levantar como uma de suas principais bandeiras a defesa da participação direta nas decisões do Estado, e não somente pelo meio representativo.

Contudo, antes de aprofundarmos as questões teóricas nesta primeira parte do capítulo, ressaltaremos alguns aspectos norteadores que motivaram a escolha deste tema de pesquisa, e que servem a título de contexto.

A *Teoria e Debate* é um periódico que ainda se encontra em circulação, vinculado ao Partido dos Trabalhadores. A revista foi fundada em 1987 sendo, desde o início de sua circulação até 1997 editada pelo Diretório Regional do PT/SP. Posteriormente, aumentou sua abrangência e veio a ser editada pela Fundação

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Perseu Abramo, que era vinculada ao PT mas tinha abrangência nacional. A partir de 2011, ela passou a estar disponível *online*. Dizendo-se um periódico *não acadêmico* e não limitada a “iniciados”, a revista se auto intitula como “formadora e como tal leva em conta o acúmulo de experiências no PT, o debate de ideias e a existência de tendências de opinião diferenciadas no partido”, visando tratar “dos temas da agenda do campo progressista com profundidade e estimulando ainda mais o debate, uma vez que as ferramentas disponíveis permitem a participação e interação do público leitor”.²

Além disso, se leva em conta o fato de o PT não ter, historicamente, um bom relacionamento com a grande imprensa. Alguns exemplos ilustram essa relação inamistosa. José Dirceu e Eduardo Jorge, lideranças do partido na década de 1980, após o primeiro pleito do PT em 1982 acusaram os meios de comunicação e jornalistas de terem candidatos, preferências e fazerem campanhas eleitorais em defesa de seus interesses. Eles também defenderam que o PT não dependesse de debates na televisão e rádio nos próximos pleitos. Junto a isso, o partido travava disputas contra a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) A primeira pela defesa do espaço obrigatório gratuito para os partidos políticos, e, a segunda, contra a cobertura dada pelos veículos midiáticos a um movimento grevista com mortos e feridos, julgando as reportagens veiculadas como “tendenciosas”.³ Estes são apenas alguns exemplos, entre inúmeros, de enfrentamento do PT aos sindicatos e associações patronais vinculadas a grande imprensa brasileira.

Outro ponto importante é pelo PT não ter conseguido estabelecer um eficiente meio de comunicação próprio. Isso não foi possível, tanto naquilo que concerne a uma comunicação voltada aos

² Teoria e Debate. A Revista (site - on line). Disponível em: <http://www.teoriadebate.org.br/index.php?q=a-revista>, acesso em 05.10.2016.

³ *Jornal dos Trabalhadores*. Janeiro de 1983. Acervo CSBH/FPA; *Carta da Comissão Executiva Nacional*, agosto de 1983. Acervo CSBH/FPA; *Boletim Nacional do PT*, julho de 1986. Acervo CSBH/FPA.

“profanos”⁴ como para sua rede de militantes e membros do partido. Seu primeiro jornal, o *Jornal dos Trabalhadores*, teve efêmera duração: com periodicidade quinzenal, circulou apenas por cerca de um ano, em 1983. Pode-se afirmar que, no caso dos primeiros anos do PT, predominaram as redes *informais* de comunicação, especialmente fora de São Paulo. E a estrutura de comunicação interna de um partido não é um ponto irrelevante, pois, conforme Ângelo Panebianco, ela pode desequilibrar os jogos de poder no interior de sua instância.⁵

As direções locais produziram, em sua maioria, folhetos que se encontram dispersos, já que a Direção Nacional não mostrou maior interesse na organização de uma rede estruturada e bem constituída de comunicação aos filiados do PT. Como dissera Lincoln Secco, o PT sempre foi fraco no campo editorial e descuidou de sua produção. Com isso, deixou o debate teórico desorganizado. Para ele, criou-se um duplo efeito: o partido tinha uma imagem forjada pelo que chamava de “imprensa burguesa”, e carecia de uma formação política mais estruturada. Como consequência, para Secco, o PT acabou deixando sua militância desarmada teoricamente.⁶

No entanto, a *Teoria e Debate* seria, como se diz popularmente, um “ponto fora da curva”. Ou seja, uma exceção, pelo fato de se constituir em um periódico com longo período de circulação e focado no debate de ideias entre intelectuais e militantes petistas e de esquerda, trazendo textos de pensadores brasileiros e, por vezes, também do exterior.

⁴ “Profanos”, aqui, é um conceito *bourdiano* que designado para definir aqueles que estão fora do Campo Político. O Campo Político, por sua vez, não é totalmente autônomo destes “profanos”, haja vista que as disputas em torno deste campo nada mais eram do que a procura por falar e agir em nome destes. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, arrolado na bibliografia deste capítulo.

⁵ PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1982; KECK, Margareth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

⁶ SECCO, Lincoln. *História do PT*. SP: Ateliê, 2016.

Dado brevemente o contexto de surgimento da revista e do PT, voltemo-nos agora para um diálogo teórico, visando enquadrar o objeto de pesquisa aqui estudado.

2. A teoria e debate inserida no campo de produção ideológica

Em *O Poder Simbólico*, para Pierre Bourdieu, a relação entre o campo⁷ político e jornalístico é calcada em uma dependência mútua e na disputa para falar em nome dos profanos, ambos buscando definir e delimitar o que é pensável politicamente. Deve-se considerar que a demanda não preexiste quase nunca à oferta do discurso político, o que é mais acentuado nas classes dominadas.⁸ Ou seja, esta é uma nuance que reforça a condição de fala em nome dos profanos por parte de políticos, imprensa, associações de representação etc., que disputam espaço para demarcar a legitimidade de sua posição.

No caso da *Teoria e Debate*, trata-se de uma imprensa específica. Para Luís Martins, este é um tipo de periódico em que os partidos controlam as redações. Sua inserção no debate público ocorre mediante a condição de representantes destes partidos. É disso que retiram a autoridade para falar publicamente.⁹ Portanto,

⁷ Segundo Ortiz, “campo” pode ser entendido como um *locus* onde se trava uma luta entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Dentro desta perspectiva, todo ator age no interior de um campo socialmente predeterminado. O campo se particulariza como um espaço onde se manifestam as relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio, denominado de *capital social*. A estrutura do campo é dividida em dominantes, que possuem um máximo de capital social, e dominados, que se definem pela ausência ou raridade do capital social. Bourdieu compara um campo a um jogo. No entanto, enquanto que, no jogo, há uma série de regras explícitas, no campo as normas são implícitas. Há, no campo, regularidades imanentes, sanções, censuras, repressões e recompensas, sem que nada disso tenha sido instituído. Cf. ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: Ortiz, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 e BOURDIEU, Pierre; Chartier, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

⁹ MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A grande imprensa ‘liberal’ da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2010, p. 60.

é uma publicação quase sem margem de autonomia frente ao campo político, sendo algo não muito diferente de uma “porta voz” da agremiação partidária a qual está vinculada.

Vale destacar que a *Teoria e Debate* não é uma revista de circulação somente interna, voltada exclusivamente para filiados. Conforme Bourdieu, o efeito político de um periódico “não se avalia pela orientação política de seu discurso propriamente político tal como ela pode ser apreciada no *campo de produção ideológica* e menos ainda pelo número de centímetros quadrados dedicados diretamente à política”, mas pela “relação que os leitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser *ignorada* por eles e cuja ação política mais importante pode ser o fato de não atribuir importância à política”.¹⁰ Já para Marialva Barbosa, o poder de um periódico é proporcional ao seu alcance. Quanto maior for sua abrangência, aumenta “seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder”.¹¹

Neste ponto, infelizmente não conseguimos algumas informações importantes, como tiragem, financiamento e circulação por região e classe social. Isso daria um bom ponto para sabermos sobre o público que ela circulava e qual seu alcance, em especial fora dos círculos vinculados ao *petismo*. Com a ausência de maiores dados, trabalhamos com a hipótese de que ela não tinha uma alta circulação fora do PT, mas tinha prestígio entre os petistas militantes e filiados. Um indicativo disso é o fato de ela ainda ser editada pelo partido. Mas deve-se ressaltar que a *Teoria e Debate* era – e é – voltada para um público específico com objetivos doutrinários e de formação de quadros, *ainda que* a revista, ao traçar seu próprio perfil, renegasse essa condição.

No que diz respeito aos periódicos, deve-se relevar que há uma afinidade eletiva que liga o jornalista ao jornal e, através deste,

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 413, grifo meu (1º) e do autor (2º).

¹¹ BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em questão*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun-dez 2006, p. 225.

ao seu público, possuindo o tom que convém ao se dirigir aos seus leitores. Assim, eles acabam passando a falar a linguagem do jornal e ser o seu leitor típico.¹² Por isso, é importante conhecer as características da linguagem transmitida ao seu público. O fato de ela possuir espaço para a indicação de livros acadêmicos e resenhas deixa implícito que sua publicação circulava entre um público específico, militante e com alto grau de capital cultural. Nela, nota-se a presença frequente de noticiários internacionais, textos de membros importantes do PT e de intelectuais ligados ao partido ou de figuras relevantes para a esquerda de modo *macro*.

A lógica comercial possui um valor menor aqui do que se for pensado nos grandes jornais comerciais, sendo a revista financiada pelo próprio PT. Analisando dentro de uma perspectiva mais abrangente, nos anos 1980-1990 já podemos falar, no Brasil, de um contexto com relativa autonomia política e econômica, com o fim da censura e repressão dos *anos de chumbo*. No Rio de Janeiro, por exemplo, são vendidos dentro de uma perspectiva regional mais de um milhão de exemplares nos domingos entre todos os periódicos, e mais de 700 mil durante os dias de semana. Ou seja, a produção não era mais restrita. Ela era comercial, com um consolidado mercado de bens culturais, haja vista que essa expansão foi acompanhada também pela diversificação entre públicos (“clientela”).¹³

Isso mostra que o campo jornalístico já não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos, estando subordinado à prova dos vereditos do mercado, por meio da sanção direta da clientela. Para Bourdieu, o campo jornalístico é o lugar de uma lógica particular, “propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado

¹² BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

¹³ BARBOSA, 2006; ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional”.¹⁴

Isso fica claro, em especial, aos jornais *para todos*, onde se busca a expansão de leitores visando o aumento da circulação e do valor aos anunciantes. Nestes casos, evita-se metodicamente o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração do público atual ou potencial. Este é um imperativo mais presente quando ocorre o crescimento da clientela, seja em periódicos, filmes, partidos políticos – cujas mensagens passam a ser mais “despolitizadas” (*catch all*), tentando ser aceitável a todos os gostos. Por outro lado, os jornais que desempenham o papel de princípios geradores de posição são voltados somente para os membros da classe dominante.¹⁵

Os pontos principais para analisar esta revista são o fato de ela anteceder o pleito municipal de 1988, quando o partido passa a governar importantes capitais, e pelo PT ter como grande bandeira a introdução dos *conselhos populares* nos anos 1980. Queremos conhecer como a revista abordou a bandeira de participação direta no período em que antecedeu à eleição de 1988. Em síntese: se quer compreender a atuação dela, pautando os *conselhos populares*, enquanto integrante do *campo de produção ideológica* em um contexto importante para os atores envolvidos no *campo político*. A partir de março de 1989, como o enfoque do partido passou a ser o pleito presidencial, optamos por excluir essas publicações da análise. Essa escolha considerou a delimitação para a escrita do texto, tornando a análise exequível para os limites deste capítulo.

Todavia, se faz necessário buscar uma definição mais complexa do conceito de *campo de produção ideológica*. Para Pierre Bourdieu ele é definido como um universo relativamente autônomo onde se elaboram, por meio da concorrência e conflito, instrumentos de pensamento do mundo social disponíveis em

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 105.

¹⁵ BOURDIEU, 1997.

determinado momento e, ao mesmo tempo, se delinea o campo do pensável politicamente. Isto é, da *problemática legítima*.¹⁶

Assim, a *Teoria e Debate* servia como mobilizadora de diferentes *ideias-força* dentro do PT. Isto é, procurando se inserir na concorrência e nos conflitos pelo domínio do *campo de produção ideológica*, em contraponto tanto frente as *ideias-força* mobilizadoras de outras agremiações partidárias, como em relação aos outros órgãos de imprensa que viessem a defender pontos distintos daqueles que eram defendidos pelo PT. Além disso, como ficará evidenciado neste texto, a revista também servia como espaço de disputa entre os projetos do próprio partido, que eram defendidos entre as diferentes tendências internas e seus intelectuais, que escreviam para o periódico, como ficará explícito na questão dos *conselhos populares* no próximo tópico.

Portanto, por meio dela, as diferentes tendências internas do PT disputavam o que se deveria pensar politicamente enquanto projeto para o partido.

Qual o papel de um periódico cujas *ideias-força* estão ligadas explicitamente com a defesa das ideias partidárias de uma determinada agremiação e é por ela financiada e mantida? A conexão entre o periódico e as disputas em torno do *campo político* são mais *explícitas* neste caso do que aquelas presentes no jornalismo comercial. Até porque, não há, no contexto aqui analisado, uma grande imprensa subordinada a partidos, embora o jornalismo comercial comumente crie ligações com determinadas pautas políticas, tomando lado em sua defesa sob diferentes meios. Essas ligações ocorrem com os periódicos quase nunca se subordinando ou vinculando-se a alguma agremiação partidária. Neste ponto, destacamos que é diferente da *Teoria e Debate*, cuja ligação e dependência ao PT é aberta.

Bourdieu ressalta que a luta política, no campo político, é uma forma *sublimada* de guerra civil, e a produção das *ideias acerca do*

¹⁶ BOURDIEU, 2007, p. 372, grifo meu.

mundo social é subordinada à lógica da conquista do poder, que se dá pela mobilização do maior número de adeptos.¹⁷ Desta forma a representação legítima é submetida à aprovação de um grupo, e só podem ser impostas por *profissionais* capazes de *manipular ao mesmo tempo ideias e grupos*. Isto é, de lançar ideias, capazes de produzir grupos que mobilizem elas. Ou seja, garantindo-lhes a adesão de um grupo, através da retórica do conhecimento ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redação, de manipulação, que permitem o fazer passar de uma moção.¹⁸ Além, também, de dominar os procedimentos e processos que controlam diretamente a própria produção do grupo.

Dito isto, devemos observar que “a política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as *ideias-força*, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização”. Bourdieu complementa: “se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão”.¹⁹ É por isso que o campo político pode ser descrito como um jogo no qual ocorrem concorrências intelectuais.

Ou seja, no campo político ocorre uma disputa pela legitimação da imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social, de classificação, o que é uma ação intelectual e política. Sintetizando, ele menciona: “as disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes”.²⁰ Nestas, estão as disputas intelectuais *metapolíticas* (confrontos ideológicos, e não eleitorais). Para

¹⁷ BOURDIEU, 2001, p. 175, grifo meu.

¹⁸ BOURDIEU, 2001.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista brasileira de Ciência Política*. Brasília, n° 5, 2011, p. 203.

²⁰ BOURDIEU, 2011, p. 206.

Sirinelli, as lutas *metapolíticas* possuem uma defasagem em relação aos conflitos políticos.²¹

De todo modo, estes conflitos se dão com o objetivo de conquistar cargos públicos a partir da chegada ao poder pela mobilização eleitoral de uma maioria de cidadãos em torno da mesma representação do mundo social, utilizando-se de uma luta simbólica para impor uma visão do mesmo, fixando seu ponto de vista ao maior número possível de pessoas. Assim, a política se consolida como uma luta simbólica na qual cada ator político tenta monopolizar a palavra pública ou fazer triunfar sua visão de mundo, impondo-a como verdadeira para o maior número possível. E se utiliza do capital acumulado pelo político, tanto individual como coletiva, feito por meio de crédito e confiança. Uma combinação variável de crença em sua competência e moralidade.²²

Neste sentido, nosso objetivo será o de compreender a inserção dos *conselhos populares* na Revista *Teoria e Debate*. Isto é, analisando-a como uma porta-voz na “luta para a imposição de uma representação legítima” dos *conselhos populares*. Buscamos compreender o uso dessa categoria pela revista e da defesa, por ela, do projeto de participação direta de setores “populares” no processo decisório do Estado, a partir da luta simbólica travada nesta e das significações atribuídas pelo periódico vinculado ao PT.²³ Até porque, o jogo político cada vez mais estaria estruturado em torno da opinião pública e das batalhas para conquista-la.

²¹ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: Rémond, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

²² CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

²³ CHAMPAGNE, 1996.

3 Os conselhos populares na teoria e debate: visões do projeto em disputa

A primeira edição da *Teoria e Debate* surge em meio aos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, mas não dá exclusividade a essa pauta, que ocupava com grandes espaços o noticiário da grande imprensa e motivava as articulações partidárias naquele contexto. Ao contrário daquilo que se poderia, em um primeiro momento, esperar, a edição é variada em temas, e reflete a pluralidade do próprio PT naquele contexto, tanto em relação à suas tendências como vertentes que compunham o partido (esquerda revolucionária, intelectuais, membros ligados à Igreja Católica, sindicalistas e outros grupos).²⁴

No primeiro volume, a *Teoria de Debate* pouco se dedicou a temas diretamente relacionados ao PT, exceção dada ao artigo de Eduardo Jorge²⁵, voltado à política de alianças do Partido dos Trabalhadores, onde aborda brevemente os *conselhos populares*. Defendendo a ampliação das alianças “sociais”, afirmava que o partido deveria criar métodos de “cooptar” a “pequena burguesia” e os assalariados que eram equivalentes, concebendo o PT como um “partido mais amplo”. Naquilo que concerne às eleições de 1989, Eduardo Jorge dissera que o PT não deveria apoiar nenhuma candidatura no segundo turno se não fosse o próprio partido para o pleito, nem mesmo os “chamados candidatos progressistas da burguesia, Covas e Brizola”²⁶, ressonando a pouca expectativa em relação à candidatura Lula disputar o segundo turno naquele ano.

Ele defendia uma aproximação com a dita “pequena burguesia”, afirmando que esse setor poderia ser utilizado para o “socialismo, como forma complementar de desenvolvimento das

²⁴ SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

²⁵ JORGE, Eduardo. As alianças e o Partido dos Trabalhadores. *Teoria e Debate*. Edição 01. Dezembro de 1987. Ressaltamos que a ausência do número da página nas citações se deu pelo fato de a edição digital não constar essa informação.

²⁶ JORGE, 1987.

forças produtivas, suplementando a capacidade produtiva do Estado, pode estar na base dessa visão ‘democrática e popular’ de construir o socialismo”. Mas que “o mercado não pode ser o instrumento mais importante de combate à paralisia burocrática do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção socialistas”. Contudo, para Eduardo Jorge, “a principal forma de evitar esta paralisia é a mobilização política para, através de *Conselhos Operários* e *Conselhos Populares*, impulsionar a produção, as relações sociais socialistas e controlar o Estado socialista”.²⁷

Neste sentido, podemos perceber o caráter “messiânico” dos *conselhos populares*, vistos por Eduardo Jorge como a via mais adequada para a mobilização política em caminho ao “socialismo”. Ele não detalha de que maneira ocorreria este processo, nem aprofunda o debate acerca de sua formação. Mas, por meio de um tema pouco consensual no PT naquele período, que era a política de alianças, o deputado constituinte defendia a abertura do partido para uma faixa social mais ampla do que os “trabalhadores” para viabilizar a consolidação dos *conselhos populares* e, por tabela, a construção do “socialismo”.

Outro ponto interessante de sua assertiva é que podemos perceber que Eduardo Jorge fazia a defesa dos *Conselhos Populares* visando o debate interno do PT, ou seja, voltando-se mais diretamente para aqueles que eram membros do partido, revelando um posicionamento direcionado para um público específico, isto é, para os membros que compunham o partido. Travando, portanto, uma luta concorrencial em relação a outros projetos de PT, até porque temas como a política de alianças frutificavam grandes disputas internas no partido.

Já na segunda edição, lançada em março de 1988, o tema dos *conselhos populares* voltou a ocupar espaço na *Teoria e Debate*. Ele foi retomado por Celso Daniel, que seria eleito no mesmo ano prefeito do município de Santo André. No texto, Daniel afirmaria

²⁷ JORGE, 1987.

que “uma gestão local comprometida com a participação popular pode e deve contribuir para o florescimento de uma cultura política socialista, alternativa à cultura política dos dominantes”. Para isso, ele tocava de novo na polêmica da política de alianças, definindo que estas deveriam ter desdobramentos estratégicos e táticos “para o questionamento da dominação”. Por isso, para Daniel as alianças deveriam ter

[...]. limites claramente definidos: trata-se de abarcar, dentre os moradores do município, aquele conjunto de assalariados – da classe operária e das classes médias – e mesmo os donos de pequenos negócios locais, cujos interesses sejam distintos daqueles expressos pelo poder econômico, administrativo e das elites locais.²⁸

Celso Daniel problematizou extensamente os *conselhos populares*, pois havia uma discordância profunda no partido, que era a de como concebê-los. Se a existência dos *conselhos populares*, enquanto um projeto político petista, praticamente não possuía oposição *dentro do PT*, seu perfil foi alvo de disputas entre as tendências internas do partido. As tendências do PT se dividiam entre aquelas que defendiam que os *conselhos populares* teriam caráter deliberativo, pauta esta geralmente sustentada por alas mais radicais do partido, ou se eles teriam um perfil meramente consultivo.

O impacto dessa dualidade entre as relações internas do PT não era pequeno. Tanto que foi definidor, no mesmo ano da publicação de texto de Daniel, nas prévias em São Paulo para a candidatura ao pleito municipal. Luiza Erundina venceu Plínio de Arruda Sampaio, candidato de Lula, nas internas com a bandeira *deliberativa dos conselhos populares*, enquanto o segundo o defendia como um órgão consultivo.²⁹ Ou seja, isso foi determinante

²⁸ DANIEL, Celso. Participação popular. *Teoria e Debate*. Edição 02. Março de 1988.

²⁹ COUTO, Cláudio G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. A lógica deste debate estava entre ter os conselhos o poder de *decidir*, isto é, deliberar, ou apenas sugestivos, portanto, consultivos.

para a derrota do candidato apoiado pelo maior nome nacional do PT, dando dimensão do nível de importância e disputa desse projeto no interior do Partido dos Trabalhadores.

O texto publicado por Daniel reconhece as ambiguidades dos *conselhos populares* e afirma que o debate sobre ele no PT ganhou um “caráter genérico”. Assim, defendia a distinção dos *conselhos* em relação aos movimentos sociais ou de qualquer comparação com os *soviets* da URSS. Ele também criticava a hipótese levantada por núcleos dentro e fora do PT de serem os *conselhos populares* “poderes duais”, em função de sua existência junto ao legislativo, asseverando serem ambos complementares, e não concorrentes.³⁰ Sua assertiva procura direcionar o debate colocando em pauta a complexidade que envolve a criação do conselho, tendo em vista a quantidade de atores que deveriam ser envolvidos nele. Até porque, a ideia era de que ele representasse de forma ampla os setores populares. Além disso, Daniel se posicionava contra os núcleos do partido que enxergavam nos *conselhos* um poder duplicado em relação ao parlamento.

Em função dessa complexidade, ele defende que a construção do “poder popular supõe que o governo local abra mão do poder de tomar decisões. Supõe dotar os *conselhos populares* – canais de participação popular – de caráter deliberativo, nas questões a ele atribuídas”. Entretanto, admitia que não havia experiência acumulada no PT para dar aos *conselhos* um caráter deliberativo, excetuando em casos “onde convém desde logo fixar ao próprio Conselho o poder de deliberar, sobretudo, em áreas de atuação nas quais a experiência ou a reivindicação dos movimentos sociais indica esse caminho”, mas, em outros, “pode ser mais prudente estabelecer canais com caráter apenas consultivo, para evitar a fixação de fórmulas que podem-se chocar com a pretendida participação popular independente”.³¹

³⁰ DANIEL, Celso. Participação popular. *Teoria e Debate*. Edição 02. Março de 1988.

³¹ DANIEL, 1988.

Assim, vemos que Celso Daniel é prudente em relação aos *conselhos populares*, defendendo sua institucionalização enquanto órgão deliberativo moderadamente, pela própria inexperiência *petista* no tema. Até porque, vale destacar, o PT havia administrado poucas cidades, como Fortaleza – onde a prefeita foi expulsa e ingressou no PSB –, Santa Quitéria – onde o eleito saiu do PT e filiou-se ao PSD –, e Diadema.³² Essa inexperiência era reconhecida no texto como um percalço à administração e colocada em pauta no debate.

Podemos perceber na extensa assertiva de Celso Daniel a defesa de projetos ligados ao PT e a tentativa de buscar delinear a maneira de seu funcionamento e implantação. Provavelmente, ele estava mirando não somente o pleito de 1988, mas também a criação dos *conselhos* a partir de vitórias em grandes cidades, como ocorreu naquele ano. Em 1988, o PT teve o melhor desempenho eleitoral até então, inclusive elegendo o próprio Celso Daniel como prefeito em Santo André.

Já a edição lançada em junho de 1988 passou a dar um espaço maior para temas relacionados às questões municipais, com três matérias, mostrando que a pauta ganhava maior preocupação por parte do PT. Focaremos naquela em que houve a abordagem dos *conselhos populares*.

A prefeitura de Diadema era a gestão que o PT poderia colocar como *vitrine*, por ser a primeira, governada pelo partido desde 1982 e localizada no ABC, o “*coração do partido*”. Mas suas dificuldades e ambiguidades foram muitas.

Na matéria *A vitrine do ABC*, Valeska Pinto ressalta o contexto da vitória de Gilson Meneses e o alto índice de aprovação da gestão. O texto aponta para as dificuldades financeiras do município e admitia “que na verdade não se tinha um programa concreto de governo para Diadema”. Neste ponto, Pinto não deixava de exaltar

³² SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular – a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992; KECK, 1991.

os avanços da administração e destacar o papel de boicote das “*elites locais*” e seus porta-vozes, incluindo o governo estadual. No artigo, defendia que, em Diadema, se poderia conhecer o PT no governo local, com seus acertos e erros³³, dizia.

Na análise, a autora ressalta a implantação do *Conselho Popular de Orçamento*, composto por representantes de regiões do município. Entre as atribuições, Pinto ressalta que o conselho deveria definir prioridades de investimento, fiscalizar a peça orçamentária e acompanhar as obras deliberadas. Segundo ela, o conselho estaria “bem distante de cumprir todos estes objetivos”, devido ao predomínio de uma “prática corporativa e bairrista de parte dos conselheiros, e o despreparo político e técnico limita muito sua compreensão sobre os efeitos reais daquilo que deliberam”. Apesar disso, Pinto ressalta que foi uma iniciativa inovadora da prefeitura em criar estes espaços, ainda que ela não negasse o fato de o conselho, “por suas debilidades”, não conseguir “exercer o papel de definir prioridades e objetivos”.

Valeska Pinto defende que o PT deveria estar atuante no conselho, trabalhando “a organização do movimento popular, disputando influência política junto à população. E isto passa a ser vital principalmente quando a administração cria canais de participação”. Ela também critica “a ação do PT no sentido de influir na escolha dos representantes dos bairros para o Conselho Popular de Orçamento”, classificando-a como “insignificante. Fica difícil, portanto o partido criticar o atraso e as confusões criadas pelos conselheiros nesse espaço de participação que a prefeitura tem buscado ouvir e acatar para a elaboração do orçamento municipal”.³⁴

A partir da escrita de Valeska Pinto, podemos afirmar que a autora defende a implantação do conselho e tenta também influenciar na definição do perfil do projeto. A crítica que ela faz,

³³ PINTO, Valeska Peres. A vitrine do ABC. *Teoria e Debate*. Edição 03. Junho de 1988.

³⁴ PINTO, 1998.

focada na experiência de Diadema, está na falta de organização, e não por sua criação. Também vale destacar o fato de ela ter compartilhado os problemas em relação à sua implantação com o Partido dos Trabalhadores e na atuação de *petistas* no interior do conselho municipal, evidenciando que seu posicionamento era crítico em relação ao modo como membros ligados ao partido atuavam em Diadema.

Na quarta edição podemos afirmar que o tema dos *conselhos populares* é retomado pela primeira vez com ênfase exclusiva em um texto da revista. Com o título *Uma varinha de condão?*, Ricardo Azevedo afirmou que a proximidade das eleições de 1988 trouxera a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema. O título é ilustrativo de como os *conselhos populares* eram vistos, bem como o início do texto mostra a relevância do tema para o partido nos anos 1980: “no PT, desde 1982 pelo menos, muito se tem falado dos *conselhos populares*. Todo petista afirma e reafirma que ‘governaremos com a participação popular, através dos *conselhos*’”. Por isso, mencionava ser importante “socializar minimamente essas experiências e extrair delas alguns ensinamentos”, focando na possibilidade de o PT aumentar o número de prefeituras que governa. Ele dizia que tomava como ponto de partida o texto de Celso Daniel, publicado na segunda edição da revista³⁵, explicitando o diálogo entre os autores da revista e a circulação das ideias debatidas entre as publicações.

Azevedo dividiu seu texto em duas partes: em uma, analisa a tentativa de implantação dos *conselhos populares*. Depois, busca levantar meio, métodos e problemas relacionados a eles.

Na primeira parte, ele discute quatro modelos em alguns municípios, destrinchando os perfis implementados de *conselhos*, governados (ou não) pelo PT. O autor se dedica a diferenciar os *conselhos populares do PT* daqueles *do PMDB*, dizendo que “estes são instrumentos de governo, à medida que os conselheiros são

³⁵ AZEVEDO, Ricardo. Uma varinha de condão? *Teoria e Debate*. Edição 04. Setembro de 1988.

nomeados, como qualquer outro secretário, pelo chefe do Executivo, e visam ser um braço auxiliar deste para levar uma política de governo numa área específica”, sendo “aconselhável inclusive que o prefeito petista e o Diretório local, ao escolherem o secretariado como um todo, consultem as entidades representativas das diversas áreas, onde existirem”. Nota-se, porém, uma tentativa de separar e resguardar as competências da prefeitura e dos *conselhos* municipais, quando afirma que essa consulta teria viés indicativo, pois “à medida que são órgãos de governo, a responsabilidade pela indicação de seus titulares é do chefe do Executivo e do partido. [...] os conselheiros devem ser eleitos [pela população], sem haver no processo nenhuma interferência da Prefeitura”.³⁶ Também fica explícita a defesa do projeto *enquanto advindo do PT*, pois na medida em que o autor coloca os conselhos de prefeituras vinculadas ao PMDB em um posicionamento antagônico, busca diferenciar as experiências. Ou seja, colocar o projeto *petista* em um patamar superior em relação ao praticado pelas prefeituras do PMDB.

Destarte, podemos notar que Azevedo busca delimitar o limite de ação e atuação dos *conselhos populares*, demarcando seu limite de organização. Em seu texto, é possível observar que o autor resguardou a autonomia da prefeitura municipal frente aos *conselhos*. Isto é, defendendo os poderes deliberativos por parte do poder local frente aos *conselhos populares*, demarcando o campo de deliberação de ambos, se projetando de forma antagônica à visão defendida pela ala “radical” do partido.

Deste modo, ressaltava que os *conselhos* deveriam ser autônomos e não manter vínculos com a prefeitura. Nem empregatícios. A única ligação admitida é a de os *conselhos* poderem ser financiados pela prefeitura, desde que não haja interferência no destino das verbas, visando sua autonomia como condição indispensável para seu funcionamento. Ele também não se furtou de entrar no debate sobre a dualidade de poder, uma hipótese

³⁶ AZEVEDO, 1988.

levantada por muitos membros do PT. Sua defesa era a de que isso não se sustentava, além de dizer que a afirmação em nada esclarecia sobre o papel dos *conselhos populares*. “A não ser que queiramos entrar no campo da futurologia, esta discussão só serve para confundir”³⁷, dissera, se posicionando contra os que usavam isso em desfavor aos *conselhos populares*. Neste sentido, Azevedo se aproximava da concepção de Celso Daniel.

Entre seus argumentos, Azevedo busca persuadir de que os *conselhos municipais* são espaços democráticos de atuação. Portanto, a prefeitura deveria se abrir para haver “participação da população, de forma crescente, na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito”. Para isso, o prefeito tinha que aceitar “abrir mão de uma parcela dos poderes que lhe são atribuídos constitucionalmente. O mesmo se dá em relação à Câmara Municipal”, contrapondo que “ninguém concebe nem propõe hoje uma situação em que a existência e o fortalecimento do conselho popular implique na supressão da Prefeitura ou da Câmara”. Assim, defendia “introduzir um novo elemento, mais amplo e democrático, na esfera da divisão de poderes ao nível local, da mesma forma que já existe uma divisão de atribuições entre o Legislativo e o Executivo”, acusando ser “ridículo afirmar que a Câmara é um poder paralelo em relação à prefeitura!”³⁸.

Na assertiva de Azevedo, notamos que o autor busca defender a viabilidade dos *conselhos populares*, atacando aqueles que viam o projeto como uma “dualidade” em relação ao poder legislativo. Essa defesa possivelmente estava atrelada não apenas em debates internos ao PT, como vimos, mas também para críticas externas que apontavam para sua inconstitucionalidade. Sua defesa também ficou explícita quando argumentou em favor das experiências nas prefeituras citadas acima, inclusive na de Diadema, apesar de que, no próprio PT, haviam críticas em relação ao *conselho* daquela cidade.

³⁷ AZEVEDO, 1988.

³⁸ AZEVEDO, 1988.

Apesar da presença na *Teoria e Debate* dos *conselhos populares* em suas quatro primeiras edições, que antecederam o pleito municipal de 1988, é interessante destacar sua ausência na quinta publicação, edição posterior ao processo eleitoral. O resultado do pleito foi amplamente favorável ao PT, tanto que, depois, lhe permitiu “afirmar triunfante numa publicação própria que governava 10% dos brasileiros”.³⁹ Isso repercutiu na *Teoria e Debate*, com a revista publicando matérias em que os autores analisavam o desempenho eleitoral do PT, seus avanços e barreiras.⁴⁰ Aliás, se os *conselhos populares* eram presença “garantida” nas quatro primeiras edições, chama a atenção que, nas 11 edições seguintes, o tema foi abordado pela revista apenas quatro vezes.⁴¹

Isso indica o gradual desinteresse da revista no tema. Talvez, por motivos internos a ela, mas, o mais provável, foi pelo próprio PT abandonar a pauta, na medida em que as prefeituras vencidas em 1988 não conseguiram implantar o projeto, como São Paulo e Porto Alegre. A partir desse momento, gradualmente, os *conselhos populares* foram substituídos por outra proposta de participação direta: o Orçamento Participativo⁴², bem sucedido em Porto Alegre, com repercussão internacional e objeto de diversos estudos no Brasil e fora dele.

Considerações finais

Procuramos mostrar os *conselhos populares* como uma *ideia-força* defendida pela *Teoria e Debate* e inserida no *campo de produção ideológica*, em especial os diferentes formatos do projeto

³⁹ Couto, op. cit., p. 16.

⁴⁰ Neste sentido, cf. DELGADO, Paulo. Diário crítico de uma campanha. *Teoria e Debate*. Edição 05. Março de 1989; MACHADO, João. A esperança e seus desafios. *Teoria e Debate*. Edição 05. Março de 1988.

⁴¹ Nas edições 6, 10, 13 e 15 – respectivamente, abril de 1989, abril de 1990, fevereiro e agosto de 1991.

⁴² Couto, 1995; FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2002.

em disputa dentro do PT, e como a *Teoria e Debate*, principal periódico vinculado ao partido, repercutiu e serviu como “palco” para as visões antagônicas sobre a proposta *petista* de participação direta. Deste modo, percebemos que a constância do tema na revista justamente em um período onde o PT defendia sua implantação como uma de suas principais bandeiras (1987-1989) e a unanimidade, entre as matérias, da importância do estabelecimento deste projeto, tanto nas prefeituras como também em relação à candidatura Lula.

Isso reflete o fato de esta ser uma bandeira praticamente universal da revista e, também neste caso, do PT nos anos 1980. O que havia no PT eram divergências em relação ao modo de implantação, seu perfil e modelo de funcionamento dos *conselhos populares*, que eram explicitados também na revista.

Como podemos perceber, as críticas existentes visavam sempre um contraponto. Não foi encontrada nenhuma linha na revista em que se descartava os *conselhos populares* ou propusesse uma alternativa ao projeto. Além disso, percebemos que, por meio da revista, os autores buscavam influenciar e manipular suas *ideias-força* no *campo de produção ideológica* interno ao PT, mobilizando os rumos do debate, apontando (e vetando) caminhos, desafios e percalços para sua implantação. Esta ingerência repercutia no PT, embora seja difícil precisar em que grau.

Referências

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em questão*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun-dez 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- _____. O campo político. *Revista brasileira de Ciência Política*. Brasília, n° 5, Jan/Jul 2011.
- _____; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- COUTO, Cláudio G. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*: Petrópolis: Vozes, 1996.
- FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2002.
- KECK, Margareth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A grande imprensa 'liberal' da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. 2010. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2010.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. SP: Ateliê, 2016.
- SIMÕES, Júlio Assis. O dilema da participação popular – a etnografia de um caso. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Teoria e Debate. A Revista (on line). Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=a-revista>, acesso em 05.10.2016.

Fontes primárias

Boletim Nacional do PT. Julho de 1986

Carta da Comissão Executiva Nacional. Agosto de 1983.

Jornal dos Trabalhadores. Janeiro de 1983.

Teoria e Debate – Edições de 01 a 05 – Dezembro de 1987 a Março a 1989.

Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli: aproximações, possibilidades e usos para o estudo da trajetória de lideranças políticas no Brasil republicano

*Rodrigo Dal Forno*¹

Considerações Iniciais

O presente texto possui como enfoque dois eixos de análise principais. Em primeiro lugar, objetivo realizar um exercício de reflexão acerca da utilização de algumas categorias analíticas propostas pelo sociólogo Pierre Bourdieu e pelo historiador Jean-François Sirinelli, assim como as possibilidades de usos destes aportes na compreensão de meu objeto de estudo de tese de doutorado². Da teoria sociológica de Bourdieu, parti do estudo das noções de “*habitus*”, “capital” e as discussões do autor sobre “trajetórias sociais” e mundo político. Em relação ao historiador, pretendi refletir sobre a validade de algumas de suas concepções, tais como, “estruturas de sociabilidades”, “redes” e “efeitos de idade

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). E-mail: rodrigodalverno@hotmail.com

² Pesquisa em fase de desenvolvimento, sob orientação do Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

e de geração”³. Em paralelo a esta reflexão, proponho uma tentativa de diálogo e aproximação entre as contribuições destes dois autores, tendo sempre em vista os limites e possibilidades de aplicabilidade destas análises para o estudo de lideranças políticas no Brasil republicano das décadas de 1920 e 1930.

Diante deste objetivo, o texto encontra-se estruturado em dois tópicos principais. No primeiro deles, apresento brevemente meu caso de estudo sobre o Partido Libertador e suas principais lideranças, objeto de análise que serve como ponto de partida para pensar as contribuições dos autores em discussão. Em um segundo momento realizo uma reflexão sobre a potencialidade de algumas noções fornecidas por Bourdieu e Sirinelli para a análise da atuação de lideranças políticas.

Antes de elucidar sobre o projeto de tese e explorar os subsídios oferecidos pelos autores, cabe tecer alguns comentários gerais sobre as diferenças e aproximações entre estas duas abordagens. Ainda que não seja objetivo deste texto discutir pontualmente e com mais afinco estas questões, é importante comentar brevemente alguns elementos de distanciamentos entre os caminhos teóricos e metodológicos assumidos por ambos, além das diferenças de concepções e os embates existentes entre estruturalismo e interacionismo, subjetividade dos agentes e determinantes estruturais, problemáticas presentes nas abordagens tanto do sociólogo quanto o historiador.

Em sua obra “*Os intelectuais*”, Sirinelli diverge abertamente de algumas conclusões de Pierre Bourdieu acerca da temática das elites culturais franceses do século XX, objeto de estudo que aproxima os dois pesquisadores. O historiador questiona, principalmente, o fato da investigação bourdiana perceber e enfatizar “estratégias” e “interesses” em todos as ações dos

³ Com o intuito de refletir sobre estas problemáticas, parti, essencialmente, das leituras e discussões realizadas durante o curso da disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Luis C. P. Martins no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS).

intelectuais⁴. Da mesma maneira, enfatiza elementos que não fazem parte do horizonte analítico de Bourdieu como, por exemplo, a importância dos fatores relativos a “sensibilidade” e o papel desempenhado pelos laços psicológicos (afeto ou repulsa) nas práticas dos agentes culturais. Além disto, outro ponto de divergência diz respeito à percepção de Sirinelli sobre uma ausência de autonomia no campo intelectual francês, compreendido por ele como um reflexo da sociedade de seu contexto histórico e intimamente vinculado ao mundo político⁵. Por sua vez, Bourdieu investe na identificação do processo de autonomização e construção de um universo independente com regras e critérios específicos⁶.

É possível ainda perceber outras diferenças entre as duas propostas como, por exemplo, as distintas percepções acerca do “poder” dos intelectuais, compreendidos como “atores políticos” e com um “poder de influência no debate cívico” por parte do historiador, ou com uma capacidade de, em alguns casos, propor novos critérios de percepção, apreciação e ação em seu campo, defendida pelo sociólogo. E, ainda, as interpretações sobre o papel da escola na formação e treinamento dos agentes, seja enquanto espaço de reprodução das normas, valores e posições sociais, conforme os ditos “herdeiros” investigados por Bourdieu, ou enquanto possibilidade de ascensão social, nos chamados “bolseiros” analisados Sirinelli.

De qualquer forma, para além destas discordâncias e distanciamentos, em minha compreensão, alguns aspectos discutidos pelo historiador francês estabelecem pontos de sintonia com a proposta bourdiana, podendo ser trabalhados em conjunto e

⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1998a, p. 231-271.

⁵ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 259-279.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987; BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

de maneira profícua no desenvolvimento de determinadas perspectivas de estudo. Neste sentido, deve-se destacar, principalmente, a ênfase do historiador na necessidade de uma análise e problematização sociológica das elites intelectuais, através da utilização de instrumentos metodológicos, tais como, a prosopografia e o estudo de redes (que em Bourdieu podem ser encontrados nos usos da noção de “capital social”). Além disto, os estudos de Sirinelli apresentam uma preocupação central em atentar para aspectos dos itinerários de uma trajetória de vida, as chamadas “estruturas de sociabilidades” e a relevância dos “efeitos de idade e de geração”. Estes dois assuntos fornecem pontos interessantes para o debate com as categorias bourdianas de “trajetórias”, “*habitus*” e “capitais”. Estas questões serão oportunamente debatidas ao longo do texto.

Feitas estas breves notas explicativas sobre os dois autores e alguns de seus argumentos, passo agora para uma apresentação do problema de pesquisa de tese e, em seguida, para uma explanação sobre as possibilidades de usos de alguns aportes nesta investigação.

O Partido Libertador e suas lideranças

A reflexão em torno de alguns aportes de Bourdieu e Sirinelli encontram-se vinculadas aos interesses de minha pesquisa de tese. O estudo concentra-se na compreensão do processo de formação e atuação do Partido Libertador (PL) na política do Rio Grande do Sul e sua inserção na política nacional durante as décadas de 1920 e 1930, com enfoque para a análise da trajetória e da participação de suas principais lideranças naquele contexto, objetivando perceber de que forma e através de quais recursos, posicionamentos e alianças, lideranças como João Baptista Lusardo, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla⁷ foram capazes de contribuir para a composição e

⁷ Estes três agentes são aqui considerados como principais lideranças em função do seu papel de chefia na agremiação e de protagonismo nas mobilizações e acontecimentos políticos: Assis Brasil foi o principal responsável pela unificação do grupo nos anos 1920 e primeiro presidente do partido; Raul

mobilização dos adeptos oposicionistas em um partido político único⁸, ativo e protagonista nas esferas políticas regionais e nacionais.

Diante deste contexto, o estudo propõe responder alguns questionamentos principais⁹. Primeiro deles: tendo em vista a frente unificada de oposicionistas que originou o PL ser composta por indivíduos provenientes de diferentes setores oposicionistas e com, segundo grande parte das análises políticas e historiográficas¹⁰, “orientações político-ideológicas antagônicas e irreconciliáveis”, como é possível explicar a formação e articulação dos libertadores em um partido único? Quais recursos auxiliam na compreensão e explicação dos vínculos, alianças e práticas destes agentes? Da mesma forma, como explicar que projetos político-ideológicos de PRR e PL, apontados pela historiografia como extremamente

Pilla foi o sucessor na presidência e importante liderança no âmbito regional; Baptista Lusardo foi deputado federal durante todo o período e representou uma fonte central de articulação na capital federal.

⁸ As oposições daquele contexto eram compostas por diversos e fragmentados setores contrários a hegemonia de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no governo do Rio Grande do Sul. Os opositores tratavam-se de dissidentes do próprio PRR, facções do Partido Federalista e seguidores de lideranças diversas. A unificação das correntes oposicionistas originou a fundação da Aliança Libertadora em 1924, posteriormente convertida em Partido Libertador no ano de 1928.

⁹ Para a realização deste estudo, as principais fontes a serem consultadas são: documentos pessoais das lideranças, com objetivo de mapear as relações pessoais, alianças e clientelas, concepções e percepções dos atores sobre a política e os partidos, etc.; imprensa político-partidária, objetivando mapear manifestos e artigos das lideranças oposicionistas, além de notícias e informes sobre a criação e mobilização das agremiações e seus líderes; e biografias e memórias, na busca por localizar informações sobre trajetórias, vínculos e origens sociais, bastidores das mobilizações, organizações dos grupos e entre outros aspectos.

¹⁰ Trata-se de uma tradição de estudos sobre história política da Primeira República que buscou no componente ideológico a principal explicação para a atuação dos agentes, formação dos partidos, disputas e projetos políticos. Esta vertente resultou naquilo que pode ser considerada como uma sobrevalorização da dimensão ideológica nos estudos sobre a política partidária do Rio Grande do Sul daquele período. Este viés interpretativo influenciou sucessivas gerações de pesquisadores. Ver, por exemplo, os estudos de: TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191; PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: LPM, 1986.

divergentes e antagônicos, estivessem reunidos em uma coalização partidária (Frente Única), durante e após os anos de 1929-30?

Em busca de respostas para tais questões levantei, até o momento, algumas hipóteses de trabalho. Em primeiro lugar, creio ser preciso buscar estas explicações através das trajetórias e relações sociais de poder entre os agentes. Neste sentido, é preciso considerar que, para além do elemento ideológico, determinados fatores, como por exemplo, os capitais sociais das lideranças, as relações pessoais de amizade, reciprocidade, clientela e patronagem, os vínculos socioeconômicos, familiares e profissionais, as alianças e interesses pelo poder do aparelho do Estado e entre outros, desempenharam papel fundamental na composição interna do PL e em sua coligação com os históricos adversários do PRR. Além disto, a própria aproximação entre agentes de partidos divergentes em uma coligação específica, indica a existência de determinados fatores e que vão além de uma “clivagem ideológica” como principal determinante na definição das agremiações e do jogo político daquele contexto.

As contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli para uma proposta de análise sobre a trajetória e atuação de lideranças políticas

Diante da pesquisa brevemente descrita é possível sugerir alguns aportes conceituais capazes de contribuir na reflexão e compreensão do objeto em análise. Dentre estas, destaco as

discussões sobre trajetória social¹¹ e as noções de *habitus*¹² e capital¹³ fornecidas pelas investigações de Pierre Bourdieu, bem como as contribuições desse autor para o estudo do mundo político¹⁴.

De acordo com Bourdieu, para compreendermos as posições dos agentes no espaço social, suas diferenças de opiniões políticas e tomadas de posição ao longo do percurso de vida, é necessário atentar para o “volume e estrutura do capital” e a “evolução destas propriedades no tempo”, ou seja, deve-se investigar “a *trajetória social* do grupo em seu conjunto” ou do “indivíduo considerado” (BOURDIEU, 2015, p. 424, grifo do autor). Nesta perspectiva, a análise de uma trajetória social de um agente encontra-se intimamente relacionado com os espaços sociais pelos quais este percorreu (ambiente familiar, instituição escolar, partido político, edição e redação de um jornal, etc.) e pelos recursos e atributos (capital cultural, econômico, intelectual, social, etc.) que foi capaz de adquirir, reproduzir, ampliar, acionar e mobilizar durante esta trajetória.

¹¹ Sobre o conceito de trajetória em Bourdieu, ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-191; BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015. Algumas apropriações desta visão podem ser visualizadas nas contribuições de outros pesquisadores, ver: GRZYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990; CORADINI, Odaci Luiz. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. **Cadernos de ciência política** (série: pré-edições), Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995; GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

¹² Sobre *habitus*, ver: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Seculo – Edições, Sociedade Unipessoal, Lda, 1984; ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Atica, 1994.

¹³ Sobre o conceito de capital, ver: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Respostas**. Por uma antropologia reflexiva. Grijalbo: México, 1995; BOURDIEU, Pierre. (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹⁴ Sobre considerações do autor sobre o mundo político, destacam-se dois textos: BOURDIEU, Pierre. **Pensar a política**. Tradução para fins didáticos de *Pensar a política*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, p. 2-3, Paris, jun. 1988; BOURDIEU, 2015.

Conforme defendido pelo sociólogo em sua denúncia sobre a “ilusão biográfica”, é igualmente importante atentar para a impossibilidade de conceber uma vida enquanto um caminho ou percurso linear, coerente e orientado que possui um começo, meio e fim (BOURDIEU, 2001, p. 74). Desta forma, para Bourdieu, uma trajetória apenas pode ser compreendida através da investigação dos campos¹⁵ (político, cultural, intelectual, etc.) e das posições em que o agente se inseriu e ocupou neste espaço, assim como o conjunto de relações objetivas travadas com outros agentes e os atributos, recursos e atribuições adquiridos e acionados por este indivíduo ao longo de sua trajetória (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Esta mesma preocupação também encontra-se presente na obra de Jean-François Sirinelli. Segundo o autor, deve-se “considerar que a maioria dos caminhos nos percursos de uma vida seguem linhas fragmentadas”, sendo assim, os “itinerários de uma trajetória” apresentam problemas de reconstituição e de interpretação, cabendo ao pesquisador tanto evitar “generalizações apressadas e aproximações duvidosas” como fugir de “uma visão teleológica da história” (SIRINELLI, 1998a, p. 247-248).

Para além destes cuidados na análise da trajetória e dos itinerários sociais de determinados agentes, algumas noções específicas também podem ser utilizadas na problematização da atuação de uma liderança política. Dentre estas, destaco a reflexão e utilização da noção de capital, um dos principais instrumentos propostos por Pierre Bourdieu para a compreensão sobre a ascensão de determinados agentes em diferentes espaços sociais. A ideia de “capital” pode ser compreendida como uma série de recursos cuja

¹⁵ A discussão sobre a existência ou ausência de campos autônomos no Brasil do início do século XX ou a validade do conceito de campo de Bourdieu para a realidade histórica brasileira é algo extremamente complexo de ser discutida devido aos limites e objetivos deste texto, assim como os contornos do objeto em estudo. Ainda assim, acredito que as contribuições da proposta bourdiana podem ser “adaptadas” ao contexto histórico em análise e com isto contribuir na compreensão da trajetória de agentes políticos e sua atuação em determinados espaços do mundo social, refletindo sobre suas percepções, disposições, práticas, posições e recursos, sem, contudo, adentrar na discussão das lógicas e regras específicas de um campo autônomo.

posse por parte dos agentes indica o acesso a determinadas vantagens e posições, e que se apresentam, principalmente, através de algumas espécies fundamentais, tais como, capital cultural, econômico, político, social, simbólico, entre outros (BOURDIEU; WACQUANT, 1995). Para o caso em análise, me parece fundamental considerar e avaliar duas espécies destes recursos: o capital escolar, na figura do diploma de ensino superior, principalmente o de bacharel em direito e a sua importância na projeção de uma carreira política; e o capital social, relativo ao conjunto de relações e rede de amigos, colegas de profissão, correligionários, familiares, etc., o qual uma liderança é capaz de acionar e mobilizar para atingir objetivos e resultados diversos.

Tomando como objeto o caso da França na segunda metade do século XX, Bourdieu afirma que o capital escolar é tido como essencial no recrutamento e promoção na área da política. Segundo o autor, as oportunidades de participar ativamente da política e ocupar funções importantes em um partido são, incomparavelmente, maiores quando se é homem e se dispõem de um capital escolar relevante (BOURDIEU, 2015, p. 379-380). Neste sentido, o recurso pode ser visto tanto como um elemento de distinção quanto um requisito fundamental para participar do jogo político. Para o caso do Brasil durante o final do Império e durante a Primeira República é perceptível o predomínio dos “bacharéis” na política partidária e nos postos de poder do aparelho do Estado, aspecto já amplamente reconhecido e explorado pela historiografia brasileira¹⁶. Em relação ao Partido Libertador e suas lideranças, percebe-se que grande parte dos agentes de maior proeminência e chefia na agremiação valeram-se amplamente deste recurso (Assis Brasil, Plínio Casado, Antunes Maciel, Raul Pilla, João Batista

¹⁶ Ver, por exemplo, as contribuições de: CORADINI, 1995; GRIJÓ, 1998; CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, RelumeDumará, 1996; VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte - Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, 2010.

Lusardo e outros). Sendo que alguns deles, como foi o caso de Lusardo, possivelmente utilizaram-se da titulação dupla (formação em direito e medicina) enquanto um instrumento de legitimidade social e de triunfo político, aspectos que provavelmente contribuíram para sua ascensão no interior da agremiação, projeção na política nacional e obtenção de cargos e postos de poder relevantes.

Entretanto, conforme alerta Bourdieu, um título por si só não explica todas estas nuances. É preciso considera-lo em paralelo a diversos outros elementos, tendo em vista que o valor de um diploma escolar e a sua relação com o mundo social variam consideravelmente segundo fatores sociais, como por exemplo, a “idade de seu titular” (oportunidades de possuir esse diploma são bastante desiguais para diferentes gerações), a “origem social” (capital social herdado, nome, relações familiares, entre outros fatores sociais que comandam o seu *rendimento real*), a “origem geográfica” (por intermédio de práticas incorporadas, como o sotaque) e segundo o “sexo” (ser homem ou mulher) (BOURDIEU, 2015, p. 410, grifo no original).

Percorrendo esta mesma lógica interpretativa, Odaci Coradini, ao refletir sobre o contexto brasileiro do início do século XX, afirma que é preciso considerar que o valor de um título escolar encontra-se subordinado às possibilidades de inserção de seu portador nas “redes” de relações personificadas que garantem o seu valor não apenas como atestado de capital escolar, mas como consagração de uma posição social (CORADINI, 1995, p. 13). Isto é, a dimensão do valor deste recurso encontra-se intimamente vinculada aos seus usos sociais e deve ser concebida juntamente aos demais títulos e possibilidades de posições de um agente e suas relações perante outros grupos e indivíduos.

Neste sentido, se faz necessário ponderar sobre um segundo recurso relevante: o capital social. Este pode ser compreendido como um

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que [...] são unidos por ligações permanentes e úteis. [...] **O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar** (BOURDIEU, 1998, p. 67, grifo meu).

Segundo aponta Luiz Alberto Grijó, um dos aspectos fundamentais na política brasileira daquele período foi a importância do capital social herdado, reproduzido ou ampliado, por um agente que objetivava obter sucesso na política partidária e atingir ou manter posições de poder (GRIJÓ, 1998, p. 20). No mesmo sentido, Coradini destaca a importância da utilização e acumulação de capital social para a ascensão profissional da elite e a conexão deste tipo de capital com estratégias e relações de reciprocidade pessoal (CORADINI, 1995, p. 3).

Ao refletir sobre a importância deste recurso na trajetória das lideranças do Partido Libertador, me parece fundamental levar em consideração, como bem demonstrou o estudo de Jonas Vargas sobre a política no Rio Grande do Sul durante o Império, que os partidos políticos também são formados por um aglomerado de redes de relações sociais, em que as ideias eram apenas um dos fatores dentre muitos outros (VARGAS, 2010, p. 116). Desta forma, é imprescindível considerar que, para além da dimensão ideológica já amplamente explorada pela historiografia, os partidos também são atravessados por redes de relações como forma de atendimento de demandas, no qual coexistiram diversos fatores, dentre eles, as complexas teias de relações sociais que muito pouco ou nada tinham a ver com os discursos ideológicos e oficiais (GRIJÓ, 1998, p. 16, p. 101-102).

Esta reflexão permite revisitar e problematizar algumas análises clássicas da historiografia e a proeminência dada por estas

análises ao componente ideológico como principal fator explicativo no estudo dos grupos, lideranças e disputas na política do Rio Grande do Sul da Primeira República¹⁷. Tendo em vista que, conforme indica Sirinelli, a sociabilidade também pode ser compreendida como uma maneira na qual se interpenetram o afetivo e o ideológico, ou seja, as relações pessoais de amizade, inimizade, vínculos familiares, profissionais, entre outros, devem ser consideradas em conjunto e em diálogo com ideias, opiniões políticas, disposições, percepções e visões de mundo. Sendo assim, percebe-se que os elementos que congregam os agentes em um grupo, seja ele de intelectuais ou de políticos, derivam de fontes diversas e necessitam ser procurados em diferentes espaços, levando em consideração a premissa primordial de que “as ideias não passeiam nuas pela rua: elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais” (SIRINELLI, 1998a, p. 252-258).

Aliado a ideia de capital social é possível pensar algumas concepções apresentadas por Jean-François Sirinelli. Os estudos do historiador, embora voltados para a investigação das elites intelectuais, apresentam reflexões interessantes e adaptáveis a uma abordagem interessada em elites e trajetórias políticas. A sua proposta de estudo sobre os intelectuais, e a relação destes com a política, perpassa por dois aspectos analíticos centrais: primeiro, pelo “estudo dos textos impressos, suporte dos fatos de opinião, sua gênese, circulação e transmissão”; e, segundo, por uma “história social” que reflita sobre “três noções fundamentais: **itinerário**, **geração** e **sociabilidade**” (SIRINELLI, 1998a, p. 245, grifos meus). Segundo adverte o autor, deve-se analisar tanto o estudo das obras

¹⁷ Característica presente na análise de diversos autores, tais como; TRINDADE (1997); PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-255; PINTO (1986), entre outros.

e das correntes de ideias quanto dos homens e suas redes de sociabilidade¹⁸.

Aquilo que Bourdieu identifica como elementos vinculados ao capital social pode ser, de maneira aproximada e com as devidas ressalvas já mencionadas, percebido nas “redes” de Sirinelli, embora este autor não avance em sua análise e nem demonstre como proceder com esta ferramenta de investigação, apenas se limitando a destacar que em uma análise de “redes” é “preciso que suas peças sejam minuciosamente desmontadas e seu arranjo seja mostrado” (SIRINELLI, 1998a, p. 254). Não obstante, cabe demarcar uma diferença relevante entre as propostas de ambos autores. Sirinelli desenvolve uma abordagem considerando as relações e interações pessoais de cada indivíduo de forma “relativamente livre” das determinações estruturais. Por sua vez, Bourdieu, compreende o capital social como diretamente vinculado às condições de classe e com isto relacionadas a formas de dominação que estas pressupõem. É perceptível nas duas perspectivas, relativas diferenças de concepções acerca das liberdades de escolhas e atuação de cada indivíduo e o grau de condicionamento das estruturas sociais sobre estas opções. O que, ainda assim, em meu entendimento, não invalida o diálogo crítico e criterioso entre os dois enfoques.

De qualquer forma, mais profícuo que a noção de redes sugerida pelo historiador para a análise do conjunto de relações sociais de um agente, são outros dois aportes apresentados em suas reflexões: as chamadas “estruturas de sociabilidade” e os “efeitos de idade e geração”¹⁹.

As “estruturas elementares de sociabilidade” podem ser percebidas como um “pequeno mundo estreito” ou “microcosmos sociais” onde os laços entre os indivíduos são estabelecidos e definidos, podendo ser identificáveis, por exemplo, através da

¹⁸ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 259-279.

¹⁹ Estes conceitos são trabalhados por Sirinelli, principalmente, nas duas obras já destacadas (1996, 1998a).

redação de uma revista ou da equipe editorial de um jornal. Segundo o autor, estes espaços implicam em adesões através das “amizades que as subtendem, fidelidades que arrebanham e influência que exercem”; mas também em exclusões decorrentes das posições tomadas, debates suscitados e cisões advindas (SIRINELLI, 1998a, p. 250). Dentre estas estruturas de sociabilidades, possíveis de terem exercido relevância na trajetória política dos agentes libertadores em análise, poderíamos supor algumas, tais como: o peso político das famílias tradicionais, na qual a filiação e liderança partidária geralmente era transmitida de pai para filho, seguindo uma linhagem familiar no interior dos partidos; a redação de um jornal político-partidário e o contato entre redatores e editores na produção diária da imprensa; as reuniões, encontros, festividades e congressos partidários que reuniam e congregavam as lideranças; as amizades estabelecidas através dos cursos de ensino superior, relações que eram, na maioria das vezes, carregadas durante anos após a formatura e acionadas para objetivos e em situações diversas; entre diversos outros elementos. Em suma, estes espaços podem ser percebidos tanto enquanto um lugar de fermentação intelectual, circulação de ideias e opiniões, como também de relação afetiva, viveiro e espaço de sociabilidade (SIRINELLI, 1998a, p. 248-249).

Outro ponto interessante apresentado por Sirinelli, e possível de ser colocado em diálogo com a proposta de Bourdieu, são os chamados “efeitos de idade e de geração”. Segundo o autor, estes são

às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador autônomo [...] As repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação sua bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida” (SIRINELLI, 1998a, p. 255).

Um fenômeno bastante próximo a este “efeito de geração” pode ser identificado na interpretação que historiografia deu ao caso do Partido Republicano Rio-Grandense e a ascensão da chamada “geração de 1907”, famoso grupo de jovens políticos rio-grandenses (Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, etc.) que iniciou sua carreira durante o pleito eleitoral para presidente do estado em 1907, fortaleceu-se politicamente na contenda de 1923 e posteriormente alcançou sucesso e projeção no âmbito político estadual e nacional²⁰. Um efeito similar parece ter ocorrido na trajetória do grupo oposicionista durante a década de 1920, possível de ser vislumbrado através do seu marco de gênese ou gestação durante a campanha política para presidente do estado no ano de 1922 e participação destacada nos acontecimentos da guerra civil de 1923²¹. Este momento turbulento significou uma iniciação na política e nos conflitos regionais para diversos novos agentes, muitos deles ainda bastante jovens e que viriam, em um futuro próximo, a ocupar e exercer postos de lideranças no interior do seu partido. Seria a partir daqueles episódios que “novas lideranças libertadoras”²², com destaque para as figuras de João Baptista Lusardo e Raul Pilla, passariam a adquirir proeminência no ambiente partidário regional, alcançar projeção na política nacional

²⁰ A ideia de “geração de 1907” foi cunhada originalmente por Joseph Love. Ver: LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

²¹ Os grupos oposicionistas rio-grandenses reuniram-se na campanha em favor da candidatura de Assis Brasil ao governo do Rio Grande do Sul em 1922 contra a reeleição de Borges de Medeiros, candidato vitorioso no pleito. Alegando fraude nas urnas, o grupo deflagrou uma guerra civil no interior do estado com o objetivo de depor o situacionismo estadual, no episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1923”. O conflito durou todo aquele ano e se encerrou no mês de dezembro através da assinatura de um acordo de paz entre as partes divergentes e mediado pelo governo federal. Deste momento político agitado originou-se a fundação de um partido único entre as diferentes tendências oposicionistas e a ascensão de novos líderes no seio desta nova agremiação. Sobre o tema, ver: ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

²² Pilla e Lusardo faziam parte de uma nova geração de lideranças políticas no Brasil Republicanos. O primeiro nasceu na cidade de Porto Alegre/RS no ano de 1892, enquanto o segundo nasceu em 1891 em Uruguaiana/RS. Ambos possuíam formação superior em medicina e iniciaram suas carreiras políticas durante a década de 1920.

e substituir líderes mais antigos no interior do grupo, como as “velhas lideranças” de Assis Brasil, Fernando Abbot e outros.

Cabe ainda destacar um último ponto valioso da análise de Pierre Bourdieu: a consideração de que os capitais se encontram vinculados à determinadas disposições adquiridas para obter e manter competências e habilidades necessárias na utilização e reprodução destes recursos. Neste sentido, outro conceito de grande importância para a compreensão das práticas, relações e representações políticas e sociais dos agentes é a ideia de *habitus*.

Conforme ressalta Renato Ortiz, o problema teórico central da obra do sociólogo francês residiu na busca por encontrar uma mediação entre os agentes sociais e a sociedade, articulando dialeticamente indivíduo e estrutura (ORTIZ, 1994, p. 8). Esta mediação foi instrumentalizada através da noção de *habitus*, compreendida enquanto um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações (BOURDIEU, 1984, p. 65). Estas disposições seguem uma lógica própria, que é ao mesmo tempo condicionada e condicionante, estruturada e estruturante, tendo em vista que geram e organizam as práticas e representações dos agentes ao passo que são construídas por elas (BOURDIEU, 1995, p. 87). A reflexão sobre esta noção permite construir caminhos mais seguros e profícuos para pensar a complexa relação entre indivíduo e sociedade, servindo de mediação entre duas posições destoantes sugeridas anteriormente: a interacionista que confia no interior do indivíduo todo o poder de racionalidade e ação e a estruturalista que aprisiona este indivíduo nos limites e condicionantes de uma estrutura.

Conforme expõem Renato Ortiz, o *habitus* tende a conformar e orientar a ação, através do qual, cada indivíduo, quer saiba ou não, produz suas ações a partir de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente. Tendo em vista que o *habitus* atua através da interiorização de valores, normas, princípios sociais e sistemas de classificações que presidem

as escolhas e ações (ORTIZ, 1994, p. 15). Em resumo, o conceito aponta para os esquemas de percepção e apreciação, possibilidades, limites, condições e necessidades que garantem e norteiam os modos dos agentes de perceber e agir no e sobre o mundo. Neste sentido, o *habitus* auxilia na compreensão daquilo que pode ser entendido como uma lógica prática, envolvendo as estratégias e representações que norteiam práticas e concepções sobre o espaço político, além de permitir a reflexão sobre as regras e recursos válidos e socialmente legítimos e aceitos para atuar neste mundo, ou seja, os critérios de sucesso ou fracasso para a ascensão no jogo político-partidário do Brasil durante as décadas de 1920 e 1930.

Através da utilização da noção de *habitus* é possível indagar e problematizar uma série de aspectos relevantes a atuação das lideranças políticas do Partido Libertador, como, por exemplo, de que forma os agentes percebiam a política e o jogo político de seu tempo? Quais as concepções da política carregaram consigo? Que elementos eram considerados como legítimos e socialmente reconhecidos como válidos para atuar neste espaço? Através de quais critérios de percepção e ação estabeleciam suas representações e práticas no mundo político? Se pensarmos nestes termos, seriam os históricos adversários de situação (PRR) e oposição (PL), membros de uma mesma elite oligárquica regional e com vivências e experiências aproximadas, tão diferentes em seus princípios de visão de mundo e de atuação sobre a sociedade conforme defendido pela historiografia? Ou seriam bastante parecidos, portadores de um conjunto de disposições, de um “*modus operandi*” bastante similar? O que o estudo de trajetórias de lideranças pode nos ensinar sobre esta problemática?

Através do debate sobre estas questões talvez seja possível compreender aspectos instigantes ao estudo do tema e ainda pouco trabalhadas pela historiografia, tais como: porque a utilização da violência era concebida como um instrumento legítimo nas disputas políticas do período; porque a união com adversários históricos foi aceita como viável em determinada conjuntura; por quais motivos a

participação na redação de jornais e a imprensa era percebida como recurso de prestígio e reconhecimento social e desta forma fundamentais para a ascensão de uma trajetória política; porque a política era lida e praticada de maneira extremamente pessoalizada; e entre diversas outras ponderações possíveis de serem levantadas e exploradas através da reflexão dos conceitos propostos por Bourdieu e Sirinelli.

Considerações finais

Conforme exposto ao longo do texto, identificar e problematizar as práticas e relações sociais estabelecidas por e entre determinadas lideranças políticas a partir do auxílio das noções fornecidas por Pierre Bourdieu e Jean-François Sirenelli possuem enorme validade e apresentavam diversas possibilidades de reflexão. Estes suportes permitem pensar a atuação e projeção dos líderes libertadores, no sentido de procurar compreender sobre de que forma, através de que mecanismos e por quais motivos alguns agentes foram capazes de desempenhar um papel de protagonismo no processo de unificação dos grupos opositoristas rio-grandenses e na formação e atuação de um novo partido que congregasse e unisse adeptos de diferentes correntes partidárias. Da mesma forma, esta discussão possibilita avaliar de que maneira e contando com quais recursos algumas lideranças conseguiram alcançar uma projeção política nacional e lograr postos de poder de proeminência durante a conjuntura histórica em análise.

Enquanto considerações finais é possível destacar que algumas noções discutidas por Pierre Bourdieu apresentam instigantes reflexões para o estudo proposto. Considerar os conceitos de *habitus* e capital na análise da trajetória de algumas lideranças do Partido Libertador permitiu estabelecer questionamentos alternativos aos reiteradamente apresentados pela historiografia, abrindo novos olhares para o tema de investigação apresentado. Por outro lado, as considerações sobre o mundo

político propostos pelo sociólogo também auxiliaram na problematização de alguns pressupostos historiográficos, refletindo sobre algumas linhas explicativas fornecidas por autores durante as décadas de 1970 e 1980 e amplamente aceitas e reproduzidas até os dias de hoje. Dessa forma, através do diálogo com as concepções bourdianas, é possível propor vias alternativas de discussão sobre a política partidária no Brasil Republicano.

Por sua vez, as contribuições de Jean-François Sirinelli possibilitaram estabelecer pontos de comparação e discussão com a proposta de Bourdieu, complexificando e refinando a análise a partir da apropriação de alguns conceitos presentes na obra do historiador francês. Além disto, a discussão dos aportes apresentados em suas investigações também foram fundamentais na percepção de alguns elementos ignorados pela teoria bourdiana, mas de grande validade para os estudos históricos e que necessitam ser considerados na investigação sobre lideranças políticas, aspectos apontados ao longo desse texto.

Por fim, apesar das já reiteradas diferenças de posições e interpretações sobre o mundo social e as determinações estruturais concebidas por ambos os autores, assim como os respectivos riscos da utilização em conjunto de propostas analíticas oriundas de diferentes vertentes teóricas e áreas acadêmicas, acredito ser possível trabalhar dialeticamente as contribuições do historiador e do sociólogo. Todavia, isto tudo é apenas possível diante da exigência de assumir uma abordagem criteriosa, consciente das limitações e especificidades dos conceitos assumidos, assim como ponderando as nuances de cada contexto e objeto histórico em análise.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Seculo – Edições, Sociedade Unipessoal, Lda, 1984.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.

_____. Pensar a política. Tradução para fins didáticos de *Penser la politique*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, p. 2-3, jun. 1988.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Respuestas**. Por una antropología reflexiva. Grijalbo: México, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-191.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, RelumeDumará, 1996.

CORADINI, Odaci Luiz. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. **Cadernos de ciência política (série: pré-edições)**, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"**. 1998. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-255.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: LPM, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 259-279.

_____. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1998a, p. 231-271.

TRINDADE, Héliog. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 - 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191.

VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte - Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, 2010.

Biscoutos Leal Santos “*iguaves aos estrangeiros*”: uma questão de gosto e de distinção social

*Olivia Silva Nery*¹

Aspectos introdutórios

A Fábrica Leal Santos foi fundada em 20 de outubro 1889 na cidade do Rio Grande, sul do Rio Grande do Sul, durante o Brasil Império pelo português Henrique Marques Leal Pancada (Portugal, 1874 – Brasil, 1942). Era inicialmente uma filial brasileira, que posteriormente acabou desvinculada da matriz lusitana. A escolha do local para instalação da filial foi de Francisco Marques Leal Pancada, pai de Henrique, um português que, quando visitou a região, identificou na cidade características que seriam propícias para a instalação da Leal Santos & Cia. A fábrica produziu uma variedade de produtos ao longo de sua trajetória: biscoitos, conservas, enlatados, doces cristalizados e em calda, ervilhas, sucos, atum para maionese, etc. Afora os biscoitos, o restante desses produtos aproveitava o que Rio Grande oferecia naturalmente: frutas, legumes e peixes que eram encontrados em abundância assim como na cidade vizinha de Pelotas.

Na década de 60 do século XX a Leal Santos foi incorporada ao Grupo de Empresas da Refinaria Ipiranga. Nessa mesma época

¹ Historiadora. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CAPES.

ela deixa de produzir seus biscoitos e, posteriormente, as frutas em conserva, e foi gradativamente focando apenas na produção do pescado. Em 1996 ela foi vendida para um grupo Argentino, Benvenuto, e, em 2006, revendida para o grupo espanhol ACTEMSA, que detém as ações da empresa até agora. Atualmente a Leal Santos trabalha principalmente com a exportação do atum através da pesca ecológica sustentável².

Temos, portanto, uma fábrica que iniciou suas atividades no século XIX e que funciona até os dias de hoje no século XXI. Apesar da longevidade, essa pesquisa, fruto de um recorte da tese de doutorado em História, tratará apenas da primeira década do século XX, tendo como fio condutor o biscoito Leal Santos & C.. A escolha desse item para guiar a pesquisa, e o texto, se dá pela complexidade de fatores que envolvem a sua produção e consumo, sendo um exemplo de aspectos simbólicos e imateriais que envolvem um bem cultural alimentício. Para tanto, utilizaremos as propagandas dos biscoitos Leal Santos & C encontrados na Revista *O Malho* como fonte de análise para compreender a construção de um público-alvo bem como o contexto no qual o produto era produzido, vendido e consumido. Do ponto de vista teórico os trabalhos e conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu dão base para o texto, principalmente através dos conceitos de *habitus*, *gosto*, *distinção social*, *classe* e *capital*.

A fábrica e seus biscoitos

Apesar de estar localizada no extremo sul do país, a Leal Santos era, e ainda é, uma fábrica de grande alcance, as vendas dos biscoitos e de outros produtos eram realizadas em quase todo território nacional – desde o Sul até o Norte do Brasil – encontramos anúncios dos biscoitos e demais produtos nas páginas da imprensa do início do século XX. Os biscoitos eram vendidos, principalmente,

² Para saber mais sobre a Leal Santos nos dias de hoje acessar: <http://www.lealsantos.com/>

dentro de latas decoradas: são essas que estampam centenas de propagandas encontradas nas revistas e jornais do período. Elas eram produzidas, em sua maioria, pela própria Leal Santos que construiu um setor para fabricar a embalagem de seus produtos. As estampas eram bem diversificadas com certa predominância de desenhos floridos. A repercussão e a fama que os biscoitos tiveram no decorrer de sua história pode também ser percebida pela emblemática carta endereçada aos diretores da empresa por Carlos Drummond de Andrade:

[...] começando a saboreá-los, não pude deixar de lembrar o prazer que me causavam os biscoitos L. S. do começo do século, chegados até a minha cidade do interior mineiro depois de longa viagem em navio, trem de ferro e burro de carga. Suas latas costumavam ter brinde muito apreciado: pequeninos folhetos com histórias infantis coloridas, que tornavam o biscoito ainda mais gostoso, em sua embalagem de papel encerado.³

O relato de Carlos Drummond de Andrade atesta a fama que os biscoitos tinham no início do século, dando ênfase principalmente a lata e a importância dela para agregar valor ao produto. Podemos perceber também a ênfase que o autor dá para a distância percorrida para que o produto chegasse até sua residência, no interior de Minas Gerais. O relato também cita a lata e alguns brindes que cativavam os consumidores, principalmente as crianças. Esses fatores nos introduzem alguns questionamentos, que desenvolveremos a partir de agora, ao analisarmos os contextos de produção, venda e consumo dos biscoitos enlatados.

O consumo e os consumidores dos biscoitos

Para Pierre Bourdieu, a relação do consumo é fundamental para entendermos a dinâmica da estrutura, organização de uma

³ Carta escrita por Carlos Drummond de Andrade em 1972. Sua cópia está publicada na Revista Ipiranga Edição Especial dos 100 anos da Leal Santos, em 1989.

sociedade e de seus grupos e classes. O que um indivíduo consome diz muito sobre ele, sua origem, educação e seu gosto. Para pensarmos a comida – tratando o biscoito como um bem alimentício –, outros teóricos além de Bourdieu salientam a dimensão representativa, simbólica e de diferenciação que as comidas possuem. Para as autoras Maciel e Castro (2013, p. 322), “o ato alimentar deve ser compreendido como um ato social que incorpora múltiplas dimensões do indivíduo”. A comida, bem como o ato de comer, expõe muito mais do que as preferências gustativas e nutricionais de um indivíduo ou de um grupo, pois “uma vez que o ato de se alimentar cria sensações, classifica, modela e remodela as representações, isto é, ao se ingerir um alimento estamos incorporando não só seus nutrientes, mas também aquilo que representam (TENSER et al, 2016, p. 38).

Portanto, o biscoito e seus consumidores, devem ser analisados a fim de descortinarmos as suas representações e dimensões culturais. Através da análise das propagandas que estampavam as revistas e jornais brasileiros, percebemos que a própria representação dos potenciais consumidores dos biscoitos Leal Santos demonstra características de distinção social entre os que consomem ou não os respectivos produtos. O biscoito deixa de ser, portanto, algo estritamente ligado ao ato de alimentar-se e nutrir-se, mas de consumir um bem simbólico que o difere daqueles que não o consomem. Para pensar sobre esses fatores, utilizaremos conceitos e teorias desenvolvidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu sobre o consumo dos bens simbólicos e a questão do gosto e distinção social.

Entretanto, antes faz-se necessário compreendermos outros conceitos que o autor utiliza e que são essenciais para delinear a linha de raciocínio. Para ele, todo o indivíduo carrega consigo uma série de valores e visões de mundo que influenciam no seu jeito de ser, falar, andar e se portar. Esse conjunto de características que forma um sujeito é conceituado por Bourdieu como *habitus*: uma “estrutura[...], estruturada[...] e estruturante” (CATANI, 2017, p.

215). Um conjunto de categorias, visões de mundo, valores e percepções que são incorporadas nas ações de cada sujeito, adquiridas ao longo da vida e que formam uma espécie de bagagem que é levada e aplicada em suas ações.

Para Bourdieu, o *habitus* pode nos indicar possíveis ações, mas nunca nos dizer exatamente como um indivíduo irá reagir frente a uma situação. Afinal, o autor defende que os agentes sociais são diferentes dos atores sociais: eles não seguem um roteiro pré-definido e estipulado por categorias e estruturas, mas sim, agem de maneira livre e conseguem fazer suas próprias escolhas, mesmo que essas sejam, de certa forma, estruturadas (BOURDIEU, 2007).

O *habitus* pode ser tanto individual como de classe, este último ocorre quando temos um grupo de indivíduos que compartilha experiências similares de locais de origem, de trajetórias e de outras questões como, por exemplo, o trabalho (de profissão, de classe). De maneira geral é preciso levar em conta o gênero, local de nascimento e criação, parentesco, capital econômico e cultural familiar, etc. de um indivíduo para compreendermos seu *habitus*. A ação a partir desse conceito não é algo que o indivíduo perceba de maneira clara, mas, para Bourdieu, não deve ser visto como algo extremamente inconsciente, e sim pré-reflexivo, que não é estagnado, finalizado. Ele é a interiorização de estruturas sociais “que orientam seus comportamentos, suas condutas, suas escolhas e seus gostos” (BOURDIEU e CHARTIER, 2011, p. 57).

As primeiras experiências de socialização dos indivíduos são fundamentais para o essa construção. Chamado de *habitus* primário (o – 7 anos de idade), o conjunto de signos adquirido nesse período é o mais forte e difícil de se desvencilhar. Nesse aspecto, a família e a escola têm papéis fundamentais para a sua construção: as experiências e valores que serão absorvidas por essas instituições serão levadas por grande parte da vida do agente social, principalmente através da orientação da fala, do gosto, e da postura. Portanto, o *habitus* é fundamental para compreendermos os sujeitos

e suas preferências e ações, sendo, assim, essencial para o entendimento do papel dos bens simbólicos.

Outro ponto chave do autor é sua visão de que os indivíduos são definidos dentro de uma hierarquia social através dos volumes e estruturas de capital cultural, econômico e social que possuem dentro do campo social (sociedade). Campo é o espaço onde se manifestam as relações e lutas de poder, estruturado a partir de uma distribuição de volume e estrutura de capital. Pode ser entendido como

[...] espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam diversas posições. [...] O objetivo dessas lutas reside na apropriação do capital específico do campo e/ou redefinição desse capital (LAHIRE, 2017, p. 65).

Os diversos tipos de capital apresentados por Bourdieu são formas de legitimação e de distinção social dentro de um campo, são essenciais para a sua organização e estrutura seja ele social, intelectual, artístico, etc. O autor Frédéric Lebaron (2017) classifica o conceito de capital para Bourdieu como “estoques de elementos (ou componentes)” (LEBARON, 2017, p. 2010) de um indivíduo, ou de um grupo. Para o autor a ideia de Bourdieu também se aproxima da de patrimônio, dentro de uma perspectiva de herança adquirida tanto econômica quanto cultural. São esses capitais que de acordo com o seu volume e estrutura que identificam os grupos dominados e dominantes de uma classe.

Portanto, todos os bens consumidos são definidores da posição dos sujeitos, que através de lutas simbólicas dentro do próprio campo, buscam se fortalecer e estar entre o grupo de dominantes (os que detêm mais capital social ou capital específico do campo e assim, detém poder frente aos demais). O consumo está diretamente relacionado a questão do *gosto* dos sujeitos e, portanto, também à sua posição: o das classes mais altas (dominantes) e das classes mais baixas (dominados), conforme o autor:

[...] o gosto é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz com que as diferenças inscritas na ordem física dos corpos tenham acesso à ordem simbólica das distinções significantes. [...] Ele encontra-se, assim, na origem do sistema dos traços distintivos que é levado a ser percebido como uma expressão sistemática de uma classe particular de condição de existência, ou seja, como um estilo distintivo de vida, porque possui o conhecimento prático das relações entre os sinais distintivos e as posições nas distribuições, entre o espaço das propriedades objetivas, revelado pela construção científica, e o espaço não menos objetivo dos estilos de vida que existe como tal para a – e pela – experiência comum (BOURDIEU, 2007, p. 166 – grifo nosso).

O *gosto* enquanto manifestação de uma objetividade interiorizada, orienta e determina escolhas estéticas e reproduz as relações de poder. Ou seja, podemos entender que o *gosto* por certo produto e o poder consumi-lo é uma forma de distinção social. A diferenciação por meio da alimentação se dá, normalmente pela busca e consumo de artigos mais caros, difíceis de encontrar ou exóticos. Essa disputa simbólica não é encontrada apenas entre membros de grupos diferentes, mas dentro da mesma classe há a necessidade de se diferenciar e buscar atingir o topo da própria classe. Gostar e conseguir consumir certo tipo de alimento faz desse um indivíduo mais refinado, com mais prestígio frente aos demais, tendo em vista seu valor imaterial agregado ao bem simbólico. Através do gosto e do consumo se manifesta um tipo de dominação suave e de relações de poder e de legitimação.

Se tratando de um alimento, sua questão simbólica está direcionada também para a qualidade e quantidade em que esse produto é servido e consumido. Para Bourdieu, as classes mais altas tendem a comer menos quantidade e com mais qualidade. O consumo alimentar se afasta, na medida em que ascendem na

hierarquia, da necessidade fisiológica de nutrição e de energia e se aproxima ao consumo por prazer.

Enquanto as classes dominadas tendem a se preocupar com o consumo de bens essenciais e indispensáveis, os dominantes podem se dar ao luxo de saborear comidas que desejam comer por prazer. Essas diferenças podem ser notadas nos ingredientes que compõem esses pratos, segundo o autor, “à medida da ascensão na hierarquia social, a parcela do consumo alimentar diminuiu ou que a parcela no consumo alimentar dos ingredientes pesados e gordurosos e que levam a engordar” (BOURDIEU, 2007, p. 168). Essa seria a diferença essencial entre o *gosto* de luxo e o *gosto* da necessidade, ambos relacionados com o *habitus* dos indivíduos.

Para pensarmos o que faz os biscoitos da Leal Santos signos de distinção, podemos analisar a própria apresentação e embalagem do produto. Ela contribui para que esse bem seja visto como distintivo entre os demais, como digno de ser consumido pelas classes mais altas e desejado pelos outros. No caso dos biscoitos Leal Santos, são as latas decoradas que se aproximavam dos ingleses, não só pela receita e sabor que diziam ter, mas também por serem vendidos nessa embalagem.

As latas contribuíram para a concretização de sua fama e marca, e aparecem nas memórias de seus consumidores. Tendo em vista o contexto histórico-cultural do início do século XX, cujo o estilo de vida que inspirava as famílias mais abastadas era o europeu, principalmente o francês e o inglês, é possível associar a venda do produto com a de um estilo de vida desejado e da moda. João Marinômio Lages relembra os biscoitos Leal Santos em um artigo publicado no *Jornal Agora*, atualmente diário de maior circulação na cidade do Rio Grande:

[...] os biscoitos “Leal Santos” pela excelente qualidade se tornaram conhecidos em todo mercado nacional, nas mais variadas modalidades ou marcas: “cream crack”, “água e sal”, “maria”, “champagne”, “chocolate”, etc., que se apresentavam embalados em celofane, em papel encerado ou em latas com

bonitas litografias. Durante muitos anos as latas com biscoitos “Leal Santos” eram uma das opções que os visitantes da cidade do Rio Grande [...] (LAGES, 2012, p. 1).

Aqueles que não podiam comprar as latas de biscoitos adquiriam em granel, entretanto, eram os quebrados que não eram colocados nas latas. Esse fato é narrado também na narrativa de alguns consumidores, como é o caso do senhor José Carlos: “me lembro ainda criança, lá por volta de 1955, ia com minha mãe, e outras vizinhas, todas as sextas-feiras até a Leal Santos comprar bolachas quebradas, que ao enlatarem se quebravam, eram vendidas por preços irrisórios”⁴. A diferença entre os dois produtos (biscoitos em lata e biscoitos quebrados) também pode ser vista nas páginas dos jornais *Echo do Sul*, periódico de maior circulação no final do século XIX e início do XX na cidade do Rio Grande, quando a própria fábrica anuncia “Biscoutos quebrados disponível na cooperativa Leal Santos” (*Echo do Sul*, 15/09/1914, p. 3), são anúncios mais simples e que não apresentam os signos encontrados nas demais propagandas.

Nesse caso podemos compreender dois tipos de consumidores dos biscoitos: os que compravam em lata, mais caro, ou a granel, mais barato. Gilberto Freyre destaca que os costumes do início do século XX, durante a *Belle Époque*, eram inspirados na Europa e serviam como distinção social: “a valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata” (FREYRE, 1947, p. 570 *apud* BITTENCOURT, p. 31). A construção da imagem do biscoito, tanto para a fábrica quanto para o consumidor estava, portanto, relacionada com a valorização de uma

⁴ Depoimento escrito recolhido no site Garfadas Online <http://garfadasonline.blogspot.com.br/2010/09/uma-caixa-da-fabrica-de-biscoitos-leal.html>. Acessado em 10 de fevereiro de 2018.

cultura europeia em alta, o que justifica a utilização da frase “*iguaves aos estrangeiros*” em todas as suas propagandas. Ao acompanhar a tendência francesa e inglesa desejada no início do século (SEVCENKO, 1998, p. 26), esses produtos adquiriram um caráter especial de fetiche, um valor simbólico agregado ao biscoito e a quem o consumia.

As propagandas da Leal Santos do Rio Grande – uma análise

As propagandas, em especial, ilustram momentos históricos marcantes e características culturais do período através de textos e imagens; além disso, apresentam os principais consumidores da Leal Santos, e o processo de construção da marca e do nome da fábrica e de seu público-alvo. Para análise delas utilizaremos a metodologia proposta por Alda Mourão (2010), historiadora empresarial da Universidade de Coimbra, que utiliza uma metodologia semelhante à aplicada na análise fotográfica, ao estudo das propagandas empresariais. Segundo Alda, a importância de utilizar essas fontes para conhecer o seu contexto de produção e de consumo, se dá por elas participarem “na construção de realidades culturais e sociais” (MOURÃO, 2010, p. 1521). Nesse texto analisaremos as propagandas da Leal Santos apenas qualitativamente, pois os “objetivos ou os cenários escolhidos propõem uma visão do mundo comprometida com o contexto da sua produção quer seja político, social, econômico, estético, cultural” (MOURÃO, 2010, p. 1525).

A ideia é que a partir desse estudo seja possível entender melhor a representação simbólica e de distinção que os biscoitos queriam repassar/ construir, além de compreender o contexto cultural do período e o público-alvo consumidor que a fábrica buscava atingir. Para isso, utilizaremos o conceito de representação defendido por Bourdieu (2008), Pitkin (1979) e Pesavento (2005) que nos auxilia a compreender as formas como são ilustrados os consumidores e os não consumidores dos biscoitos. Serão analisadas

nesse texto três propagandas diferentes encontradas na Revista *O Malho*⁵, a primeira (Figura 2) é de 1906:

Figura 2: Propaganda dos Biscoutos Leal Santos & C: “Biscoutos do Rio Grande”



Fonte: Revista *O Malho*, 1906.

O pequenito: - Chill.... Você é tão magra e tão feia!

A menina: - Você bem sabe porque é: Não como os biscoutos Leal Santos a venda em todas as casas de 1ª Ordem. Tão bom como os estrangeiros e mais baratos, 50%.

O pequenito: Pois prova... mas só um! Quêlendo mais puxe pelos nickles!...

A propaganda apresenta duas crianças e entre elas uma lata de biscoitos. O menino, branco, com roupas de criança e com bochechas grandes, ao avistar a menina, negra, com um vestido vermelho, cabelos curtos e bem magra exclama: “Você é tão magra e tão feia”. Ela responde que é assim, pois não come os biscoitos Leal Santos – tão bom como os estrangeiros. Com a compreensão da

⁵ Revista ilustrada de cunho político e humorístico, iniciou suas atividades em 1902 fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva. Circulou até 1954 sendo uma das grandes referências da imprensa crítica, principalmente pelas suas charges e famosos ilustradores. Para realização dessa pesquisa foi acessada integralmente através da coleção virtual da Casa Rui Barbosa.

imagem e do diálogo existente delineamos, portanto, o perfil dos principais consumidores dos biscoitos: indivíduos com capital econômico, capital cultural e um gosto refinado. Nesse aspecto, temos o primeiro fator de distinção entre os indivíduos, pois “aqueles que consomem os bens simbólicos distribuídos no mercado ocupam posições sociais determinadas em função do capital econômico e cultural que dispõe” (BOURDIEU, 2007, p. 25). O próprio bem consumido torna-se, portanto, poder.

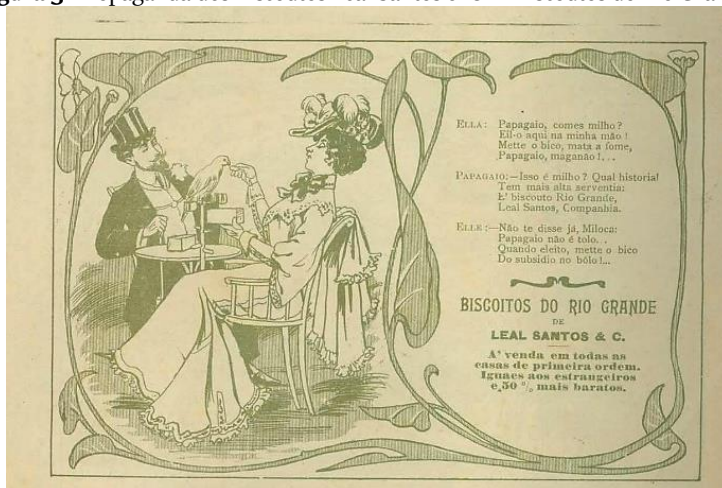
A oposição principal entre os gostos de luxo e os gostos de necessidade especifica-se em um número de oposições igual às diferentes maneiras de afirmar sua distinção em relação à classe operária e suas necessidades primárias ou, o que dá no mesmo, igual aos poderes que permitem manter a necessidade à distância. Assim, na classe dominante, pode-se distinguir, simplificando, três estruturas de consumo atribuídas em três itens principais: alimentação, cultura e despesas com a apresentação de si e com representação (BOURDIEU, 2007, p. 174).

A última fala da propaganda (Figura 2) faz uma menção direta que é preciso capital econômico para conseguir comprar os biscoitos (“*nickels*” – referência à dinheiro, moeda). Podemos fazer a leitura: “se quiser mais, compre os seus”. Mostrando a diferença entre o que pode ou não consumir: a distinção e poder entre um e outro e o pertencimento de classes diferentes. Além disso, percebemos também a referência aos locais onde eram vendidos: “em todas as casas de 1ª ordem”. Ou seja, estabelecimentos que eram vistos como diferenciados, como elitizados e que vendiam apenas produtos para um grupo específico, selecionado. Por outro lado, o fato de serem “50% mais baratos do que os estrangeiros” nos aponta que, possivelmente, eles eram vendidos para uma *classe dominada da dominante*, por uma camada média que busca se aproximar da elite, visto que essa teria condições de consumir o biscoito inglês legítimo.

As propagandas criam a imagem do consumidor dos biscoitos como alguém elegante, com gostos finos e requintados. Bourdieu aponta que, a oposição entre as classes através do consumo se dá,

principalmente “em três itens: em três bens principais: alimentação, cultura e despesas com apresentação de si e com representação (vestuário, cuidados de beleza, artigos de higiene, pessoal de serviço)” (BOURDIEU, 2007, p. 174). Justificando a representação dos consumidores como pessoas com aparência elegante, que utilizam os vestuários da moda e os artigos de luxo, conforme podemos ver na segunda propaganda (Figura 3), cujo o consumo dos biscoitos Leal Santos é apresentado por um casal conversando durante o café da manhã:

Figura 3: Propaganda dos Biscoutos Leal Santos & C – “Biscoutos do Rio Grande”



Fonte: Revista O Malho, 1905, n. 152

Ella – Papagaio, comes milho? Eil-o aqui na minha mão! Mette o bico, mata a fome, Papagaio, maganão! ...

Papagaio: - Isso é milho? Qual história! Tem mais alta serventia: É biscouto Rio Grande Leal Santos, Companhia.

Elle: - Não te disse já Miloca: Papagaio não é tolo, quando eleito, mette o bico do subsídio no bôlo!...

O casal é apresentado de forma elitizada, em tons aristocráticos (bem diferentes da menina representada na Figura 2), principalmente, pela postura e indumentária: ambos aspectos elencados por Bourdieu como característicos de uma distinção

social. Além disso, a propaganda mostra que até o mascote do casal sabe diferenciar um produto de qualidade, ao distinguir o milho do biscoito (que aqui é também apresentado na lata). Segundo Ferreira e Betta (2015), o período da *Belle Époque* brasileira foi marcado pela ostentação das classes burguesas e daquelas que buscavam ascender socialmente e hierarquicamente. Utilizavam dos bens materiais para mostrar os hábitos europeus, expressavam-os através da roupa, da fala e da postura.

A importância da imagem pessoal dos consumidores para construir e fortalecer o aspecto simbólico dos biscoitos e, ainda, para representar esses consumidores, está relacionada não só ao que Bourdieu já nos apresentou, mas também no que outro sociólogo, Erving Goffman, defende sobre esse aspecto. Para Goffman, é possível entender e associar esse conjunto de elementos como parte de uma *fachada pessoal* (GOFFMAN, 1985), constituído por vários equipamentos que identificam o sujeito. Para o autor, categorias como vestuário e aparência são formadoras desse “cenário” pessoal que os sujeitos criam para serem diferenciados frente aos outros.

A *fachada pessoal* é de uma representação contínua (GOFFMAN, 1985). Para tanto, os indivíduos utilizam cenários quase fixos para compor seus personagens. A imagem e o personagem são vistas pelo autor como a maneira em que os sujeitos se veem e querem ser vistos pelos outros – a máscara torna-se o verdadeiro “eu” (GOFFMAN, 1985, p. 27). Na mesma linha, Pierre Bourdieu destaca a importância da apresentação individual, os cuidados com a aparência que vão além da roupa e que moldam o corpo e seu porte:

As diferenças de pura conformação são reduplicadas e, simbolicamente, acentuadas pelas diferenças de atitude, diferenças na maneira de portar o corpo, de apresentar-se, de comportar-se em que se exprime a relação com o mundo social. **A esses itens, acrescentam-se todas as correções intencionalmente introduzidas no aspecto modificável do corpo, em particular, pelo conjunto das marcas relativas à cosmética, penteado,**

maquiagem, barba, bigode, suíças etc. – ou ao vestuário que, dependendo dos meios econômicos e culturais suscetíveis de serem investidos aí, são outras tantas marcas sociais que recebem seu sentido e seu valor de sua posição no sistema de sinais distintivos que elas constituem, além de que ele próprio é homólogo do sistema de posições sociais (BOURDIEU, 2007, p. 183 – grifo nosso).

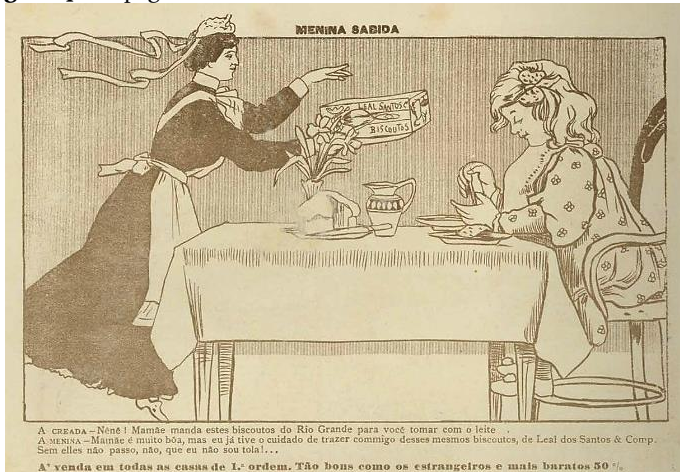
Na Figura 3, visualizamos algumas dessas características que Bourdieu apresenta, grifadas por nós, como, por exemplo, a presença de penteados elaborados, da barba, bigode e cartola por parte do marido, e o chapéu com plumas da esposa. Além da indumentária, Erving Goffman mostra que o cenário criado pelos indivíduos não está presente somente nos trajes pessoais, mas também na criação dos cenários domésticos e profissionais, “compreendendo a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (GOFFMAN, 1985, p. 29).

Há, portanto, um diálogo entre o que os autores Goffman e Bourdieu⁶ apresentam sobre a importância da apresentação e do cenário dos sujeitos, principalmente no ato de comer. Para Bourdieu, a diferença entre “a maneira popular e a maneira burguesa de tratar da alimentação, de servi-la, apresenta-la e oferece-la, que é infinitamente mais reveladora do que a própria natureza dos produtos em questão” (BOURDIEU, 2007, p. 184). Nesse sentido, podemos relacionar tanto aos cenários montados nas propagandas, como também a própria apresentação das latas, conforme analisado anteriormente.

⁶ A utilização dos dois sociólogos para pensar a proposta desse texto está baseada na contribuição dos autores para pensar o uso e o consumo de bens que servem para diferenciar os sujeitos. Goffman e Bourdieu, apesar de serem sociólogos que vêm de uma corrente weberiana de pensar a sociedade a partir de estruturas e dos jogos sociais, possuem visões distintas sobre outros conceitos, como a noção de *habitus* (MACIEL e MOURA, 2013), mas as suas diferenças conceituais não serão apresentadas aqui por não serem o objetivo desse texto.

Ao analisarmos as imagens, percebemos que há uma preocupação em retratar o interior da casa e do ritual da alimentação com apreço. Os móveis e objetos domésticos representados são elegantes e arrumados, colaborando para a criação de uma imagem elitizada dos consumidores. Além disso, para Bourdieu existem outros elementos que os indivíduos utilizam dentro da categoria de apresentação e distinção: gastos com empregados domésticos.

Figura 4: Propaganda dos Biscuitos Leal Santos & C - “Menina Sabida”



Fonte: Revista O Malho, 1906, n. 195

*A criada: - Nenê! Manda estes biscoitos do Rio Grande, para você tomar com leite.
A menina: - Mamãe é muito boa, mas eu já tive o cuidado de trazer comigo desses mesmos biscoitos, de Leal Santos & C. Sem elles não passo não, que não sou tola!...
A venda em todas as casas de 1ª ordem. Tão bom quanto os estrangeiros e 50 % mais baratos.*

Na Figura 4 vemos um exemplo que representa esse consumidor dos biscoitos com outra categoria de distinção. Novamente, está representado de forma elegante, prezando pela aparência da menina, como também do cenário que compõe a mesa do café e, ainda, a presença de uma empregada doméstica “a criada”. Além disso, percebemos a questão do *habitus* primário relacionado

ao gosto de luxo, quando as propagandas apresentam crianças consumindo os bens simbólicos de distinção social. O bom gosto que é incentivado desde a infância através do consumo desses bens simbólicos.

O que percebemos é a predominância do perfil elitizado relacionado ao consumidor dos biscoitos da marca. Elementos que transparecem em quase todas as publicidades e que são vistos por Pierre Bourdieu como aspectos de distinção social entre os sujeitos. A representação do consumidor dos biscoitos da Leal Santos nos aponta não só sobre o perfil do público-alvo, mas também de um discurso que carrega uma concepção de mundo e de valores. Sandra Pesavento, utilizando das leituras de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, destaca que a representação – conceito amplamente discutido dentro da História Cultural – constrói visões de mundo,

[...] como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p. 21)

Carlo Ginzburg apresenta um conceito na mesma linha, indicando que “a representação faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere presença” (GINZBURG, 2001, p. 85). Portanto, através da análise das propagandas podemos compreender sobre o contexto cultural e histórico em que foram produzidos, colaborando para uma história empresarial para além dos muros da Fábrica Leal Santos. Ao representar o consumidor sempre como uma pessoa branca, com uma fachada pessoal elitizada, e com uma posição hierárquica relativamente alta dentro do campo social, temos não só o perfil do consumidor, como também da organização hierárquica da sociedade como um todo e suas características distintivas.

Para Pitkin (1979), uma das formas de representação do social é através de símbolos: “uma ideia ou uma pessoa podem estar presentes, não através de uma descrição ou de um retrato, mas através de um símbolo, sendo simbolizada ou representada simbolicamente” (PITKIN, 1979, p. 16). Não seriam, portanto, os artefatos utilizados para representar os consumidores e não consumidores dos biscoitos Leal Santos uma forma simbólica? Por outro lado, a representação encontrada nas propagandas pode ser vista como um exemplo de lutas simbólicas e disputas pelo poder dentro do campo social através do consumo dos bens simbólicos.

A escolha do discurso representativo não é neutra, são leituras do real adaptadas em imagens e textos e, nesse caso, apresentadas em propagandas. Ao ilustrar um não consumidor como uma pessoa negra, ou empregada doméstica, temos a representação dos agentes do campo social organizados hierarquicamente através do volume e estrutura do capital econômico, cultural e simbólico.

Aspectos conclusivos

Ao utilizarmos as ideias de Bourdieu para analisar as propagandas podemos perceber a presença de aspectos simbólicos e de distinção social nos biscoitos, bem como a construção de um discurso que contribui para as lutas entre os agentes. Na mesma linha, foi possível identificar características e signos que são utilizados para construir um discurso simbólico representativo que agrega valor ao produto e que delimita seu principal alvo consumidor. Mesmo que as reflexões e teorias feitas por Bourdieu sejam específicas do cenário francês, foi possível utilizar seus estudos para pensar o início do século XX brasileiro, onde as famílias burguesas brasileiras buscavam inspiração na cultura europeia, principalmente a francesa e inglesa.

A partir do conceito de *habitus*, *campo*, *gosto* e *distinção*, entendemos que essas categorias estruturadas e interiorizadas pelos indivíduos são determinantes para “moldar” e para guiar uma visão

de mundo, um gosto, uma postura e uma série de outras ações. O discurso feito para vender os biscoitos demonstrou não só a construção de um público alvo para o consumo, como também as lutas simbólicas entre as classes a partir de uma visão do mundo do início do século XX brasileiro – a dicotomia entre ricos e pobres, brancos e negros. Mesmo que esse discurso e certos preconceitos não tenham sido incluídos nas propagandas de forma proposital e consciente, eles podem ser vistos como uma representação do pensamento da época, visto que o século XX ao mesmo tempo que é marcado pela aceleração do tempo e tecnologia no Brasil, também foi palco uma sociedade desigual que sofria as consequências de anos escravidão e de uma abolição que não incluiu de fato os negros na sociedade.

Portanto, a ideia da propaganda era convencer que consumir os biscoitos Leal Santos agregava valor ao indivíduo, pois era uma forma de aproximação com um costume elitizado europeu – mesmo que esse consumidor não conseguisse consumir os legítimos ingleses. Há, portanto, um esforço da fábrica de vender o seu produto através de signos de distinção, que são percebidos através das propagandas, conforme foi apresentado nesse texto, buscando convencer os consumidores desse valor simbólico.

As propagandas tornam-se fontes indispensáveis para entender os aspectos imateriais e simbólicos que permeiam os produtos da Fábrica Leal Santos, contribuindo para uma pesquisa dentro da História Empresarial que não fique restrita aos “muros” da mesma. Sendo esse texto um recorte da tese, sabemos de que não há um esgotamento das análises aqui feitas, mas que essas já apresentam contribuições para o conhecimento histórico, e avançam em questões da aplicação dos conceitos bourdieusianos em pesquisas nas Ciências Humanas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouka, 2007.
- BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CATANI, Afrânio Mendes, et al (orgs). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- FERREIRA, Cintia dos Reis e BETTA, Edinéia Pereira da Silva. Famílias Renaux, Bauer e Krieger: reflexos de moda na Belle Époque Brusquense. In: *Moda Documenta: Museu, Memória e Desing*. 2015. Não paginado.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 574. Apud BITTENCOURT, Ezio. Da rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da História de Rio Grande. Rio Grande: EDFURG, 1999.
- GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia e a coisa. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 85-103.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LAGES, João Marinômio Carneiro. Os biscoitos Leal Santos. In: *Jornal Agora*, 12/08/2012. Disponível em <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=5&n=32177>. Acessado em 09 de junho de 2016.
- LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes, et al (orgs). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 64-66.

- LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes, et al (orgs). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p.101-103.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PITKIN, Hanna. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos E. *Política e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, v. II, 1979, p. 8-22.
- MACIEL, Cleiton e MOURA, Janne M. de. Pontos de confluência e de divergências entre as abordagens sociológicas de Erving Goffman e Pierre Bourdieu. In: *Revista Elaborar*. n. 1, p. 73-90, 2013.
- MACIEL, Maria Eunice; CASTRO, Helisa Canfield. A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar antropológico. *Demetra*. 8(Supl.1), p.321-328, 2013.
- MOURÃO, Alda. A criação da imagem empresarial através da publicidade. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Impressos da Universidade de Coimbra, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: NOVAIS, Fernando A [org.]. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-47.
- TENSER, Carla; ARAÚJO, Wilma e COLLAÇO, Janine H. Química e alimentos. In: ARAÚJO, Wilma M. C... [et al.] [orgs.] *Alquimia dos Alimentos*. 3ª ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2016, p. 35-54.

Ironides Rodrigues: a trajetória de um *negro atuante*

*Gabriel Soares Predebon*¹

O presente capítulo procura trabalhar com aspectos da vida e da trajetória do jornalista, educador, escritor e militante Ironides Rodrigues (1923-1987), a partir dos escritos de cunho autobiográfico deixados por ele e publicados em fins dos anos 1990. O trabalho com esse tipo de texto requer alguns cuidados teórico-metodológicos para não incorrer naquilo que Pierre Bourdieu (1996) define como “ilusão biográfica”. É necessário que tenhamos em mente que, ao contrário do senso comum, não há uma sequência cronológica e lógica dos eventos na vida de uma pessoa. Para o sociólogo francês, aceitar como verdadeira a premissa de uma existência enquanto um “deslocamento linear” seria concordar implicitamente a filosofia da história enquanto sucessão dos acontecimentos históricos, uma história *événementielle*. Em se tratando da vida de uma pessoa, os eventos não seguem uma linearidade ou possuem relações de causalidade explícitas. São as pessoas, que ao tratar de suas vidas, concatenam os acontecimentos dando-lhes causas e sentidos (BOURDIEU, 1996). Aceitar a vida como uma história “(...) talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

não deixa de reforçar” (idem, p. 185). Bourdieu faz a advertência de que devemos prestar atenção à questão dos “mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e totalidade” (idem), tratando os eventos biográficos como “colocações e deslocamentos” no espaço social. Segundo o autor, podemos encontrar no *habitus* “o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, da unificação das práticas e representações” (idem, p. 186). O *habitus*, portanto, é definido como:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 1983, p. 15).

Para evitar a “ilusão biográfica”, o sociólogo francês lança mão da noção de *trajetória* “como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189). O autor chama atenção para o fato de que não podemos compreender uma trajetória:

Sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo na qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 190)

Para Bourdieu, o caráter estatístico que se estabelece na relação entre o capital de origem e o capital de chegada faz com que seja impossível dar conta das práticas em função das propriedades que definem uma posição ocupada: o que implica que alguns

indivíduos com o mesmo volume de capital na origem possam desviar-se da trajetória presumida da classe de que provieram, de maneira ascendente ou descendente. Sobre esse efeito de *trajetória individual*, cabe destacarmos que a correlação entre uma prática e uma origem social é resultante do *efeito de inculcação* exercido pela família e pelo *efeito de trajetória social* propriamente dita, o que pode demonstrar que indivíduos oriundos da mesma família possam ter posições divergentes em matéria de política ou religião (BOURDIEU, 2010).

Nosso foco aqui será tratar da trajetória de Ironides Rodrigues com base nos excertos autobiográficos publicados sob o título de *Diário de um negro atuante* (1997). Estes escritos foram publicados pela revista *Thoth*, editada pelo gabinete do então senador Abdias Nascimento. Neles, Rodrigues discorre sobre a sua vida e pelas causas em que militou. Como o título sugere, não causa espanto que nestes excertos o tema principal a ser tratado seja o movimento negro. Entretanto, a temática que nos interessa aqui (embora deva-se fazer a ressalva de que a militância negra também aí esteve imbricada) é da experiência jornalística de Rodrigues enquanto crítico cinematográfico do semanário *A Marcha*. O jornal foi o veículo oficial do Partido de Representação Popular, à direita no espectro político e liderado por Plínio Salgado, ex-chefe supremo da Ação Integralista Brasileira. A colaboração cobre um período que vai de 1954 até os primeiros anos da década de 1960.

Antes de analisarmos esse período, cabe destacarmos que Rodrigues (1923-1987) é oriundo de uma pobre e desestruturada família de São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia), Minas Gerais. Após o abandono da família por parte do pai, a mãe caiu no alcoolismo e sustentou os filhos com dificuldades, trabalhando como doméstica e lavadeira (RODRIGUES, 1997a). Embora tenha frequentado a escola e mesmo o cinema em sua infância, as considerações sobre sua educação em sua cidade natal são muito breves e não permitem que se faça uma análise mais aprofundada. O que sabemos é que no início da década de 1940, muda-se para o

Rio de Janeiro, com o objetivo de prestar vestibular para o curso de Direito². Na então capital federal, Rodrigues estuda primeiramente no Colégio Universitário, onde cursa, entre outras disciplinas, literatura e latim. Após o encerramento das atividades de instituição um ano depois, Rodrigues passa a estudar no prestigioso Colégio D. Pedro II. Ali, conta nosso autor que teve aulas de literatura com Manuel Bandeira (RODRIGUES, 1998a). Embora estudando em uma instituição de elite, consta que sobrevivia através de biscates, chegando mesmo a dormir na rua quando não havia condições de passar a noite em alguma hospedaria. O autor passa no vestibular para Direito na Faculdade Nacional, mas, tendo que se sustentar, tem de se afastar por longos períodos, adquirindo o grau de Bacharel em Direito apenas em 1974 (idem).

Em 1944 passa a fazer parte do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado naquele ano por Abdias do Nascimento. Nas palavras de Rodrigues, o TEN “tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular” (RODRIGUES, 1998b, p. 208). O contato com a instituição se deu através do advogado e ator Aguinaldo Camargo, também um militante da causa negra:

Só em contato com um negro de gênio como Aguinaldo Camargo é que tive a ventura de penetrar num reduto em que um pugilo de crioulos rebeldes e indomáveis mostrava o que era brigar de fato por uma ideia aliada a um forte contingente cultural e espiritual que era o Teatro Experimental do Negro (RODRIGUES, 1998b, p. 207).

Sua atuação mais notável, no TEN, foi ter ministrado um curso de alfabetização para adultos, com vistas à preparação de atores. Consta, entretanto, que o sucesso dessas aulas fazia com que não apenas negros ou aspirantes ao teatro compareciam a elas, mas pessoas humildes das mais variadas origens:

² Devemos ressaltar que quando de sua mudança para o Rio de Janeiro, nosso crítico já possuía um amplo conhecimento da língua francesa (ROMÃO, 2005).

Para atrair a população interessada, as inscrições para as aulas de alfabetização e iniciação cultural eram publicadas em jornais cariocas e muitos operários, empregadas domésticas e até funcionários públicos procuraram a entidade para se inscrever (SANTOS, 2011, p.53).

Não sabemos quando se encerrou o curso, e tampouco conhecemos o contato de Rodrigues com o integralismo, embora devamos ressaltar que importantes lideranças negras, como Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, foram simpatizantes do movimento. Embora tenham se distanciado do integralismo posteriormente, consta uma longa entrevista de Abdias Nascimento sobre o TEN no nº3 d'*A Marcha*, datado de 27.02.1953, anterior ao início da colaboração de Rodrigues para com o jornal. O que podemos inferir é que, embora não saibamos detalhes da opção de Rodrigues pelo integralismo, existia à época *alguma* relação entre o TEN, do qual era membro, e o Partido de Representação Popular.

O jornal *A Marcha*.

Em 1954, passa a escrever as críticas cinematográficas para *A Marcha*, periódico oficial do Partido de Representação Popular. O partido possuía tendências amplamente conservadoras com forte cunho cristão, sendo presidido pelo ex-chefe da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado. Embora presente em todos os estados brasileiros, seus resultados eleitorais em geral foram modestos (uma média de 7% dos votos), tendo entre seus aderentes e simpatizantes principalmente membros da pequena burguesia (CALIL, 2010).

Os anos 1950 têm sido apontados como marco de uma nova forma de se fazer jornalismo no Brasil: seria o momento em que, em busca de autonomia em relação ao campo literário e de legitimidade para a profissão, os ideais de neutralidade e objetividade tornaram-se norteadores em relação ao trabalho jornalístico. O ideal da neutralidade do jornal era fundamental para a conquista desta

legitimidade, pois doravante o jornalista se tornaria o único hábil para fazer uma leitura do mundo que não fosse empanada pela tendenciosidade, como ressalta Ana Paula Goulart Ribeiro:

A imprensa foi abandonando a tradição da polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava do comentário pessoal e da opinião (RIBEIRO, 2003, p. 148).

Os anos 1950 também foram marcados pela introdução de diversas inovações técnicas, oriundas do jornalismo norte-americano e que eram ligadas à busca da neutralidade e da objetividade. Entre elas, cabe destacarmos a introdução do *lead*, parágrafo de abertura em que constavam as informações essenciais da notícia, em substituição a uma antiga forma de relato jornalístico em que, antes da notícia em si, apresentava um texto introdutório, frequentemente com tintas literárias. O *lead* tinha como função aprimorar o dinamismo do jornal, em um tempo em que as pessoas muitas vezes não tinham tempo para ler as notícias como eram escritas como outrora. Outra inovação que cabe salientarmos é a “pirâmide invertida”, que privilegiava a relevância dos fatos ao invés de sua ordem cronológica, trazendo o essencial da notícia logo nos primeiros parágrafos do texto (RIBEIRO, 2003).

Entretanto, Marialva Barbosa (2007) adverte que a profissionalização em curso ao longo da década não teve como consequência a dita autonomização do campo jornalístico em relação ao campo literário e ao campo político. Ao contrário de um país como os Estados Unidos, onde a liberdade de imprensa constituiu um pilar sobre o qual se construiu a autonomização do campo jornalístico, no Brasil a falta desta liberdade de imprensa durante longos períodos contribuiu para que a profissionalização do jornalista tenha se dado em estrito contato com a sociedade política. Para a autora, mesmo a idealização de uma neutralidade não impediu que opinião findasse e que o jornalismo continuasse como

arena de embates entre facções políticas. Ana Paula Ribeiro (2003) aponta conclusão semelhante: embora se faça notar um esforço no sentido de se buscar o ideal da neutralidade, a imprensa brasileira não conseguiu se desvencilhar, mesmo financeiramente, dos laços com a política, sendo o apoio do Estado muitas vezes fundamental na manutenção de uma empresa jornalística:

Defendo, no entanto, a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (RIBEIRO, 2003, p. 156).

Caracterizar *A Marcha* dentro do campo jornalístico ou dentro do campo político poderia ser leviano, pois Bourdieu (1997) ressalta que o grau de autonomia de um jornal se baseia na proporção em que as receitas de determinado periódico provêm, de um lado, da publicidade e da ajuda do Estado; e, por outro, do número de anunciantes. O grau de autonomia de um jornalista, por sua vez, depende de diversos fatores: o grau de concentração da imprensa, a posição que o jornal ocupa perante os demais, a posição que o jornalista ocupa dentro do periódico e sua capacidade de produção autônoma da informação. Órgão oficialmente ligado a um partido, *A Marcha* não obteve ajuda do Estado, embora Gilberto Calil (2005) aponte um ofício no qual Plínio Salgado, antes mesmo do lançamento do periódico, solicitava recursos financeiros ao Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI). O argumento de Salgado para a obtenção de tais recursos consistia em que o anticomunismo a estar presente no jornal justificaria este financiamento. Não logrou êxito nesta empreitada. No mais, o periódico foi financiado através

da publicidade e de campanhas de arrecadação entre os militantes, que obtiveram sucesso modesto (CALIL, 2005). Embora a evidente filiação ao Partido de Representação Popular, deve-se ressaltar que:

O que os jornais pretendem é não apenas atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” devem escolher, mas, sobretudo, conseguir mobilização cada vez maior do público. Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder (BARBOSA, 2007, p. 153).

Embora a citação acima se refira principalmente aos jornais comerciais da época, *A Marcha* se mantinha através da publicidade e de seus assinantes, sendo importante para a publicação a conquista de um público cada vez mais amplo, além da questão propriamente doutrinária. Nas colunas cinematográficas escritas por Ironides Rodrigues, por exemplo, podemos observar a menção (e mesmo o debate) a diversos nomes da crítica carioca à época, como Muniz Viana e Otávio de Faria, o que pode ser um indício de que o periódico não circulava apenas entre os militantes perrepistas, mas atingiam um público mais diversificado.

Como jornal abertamente doutrinário e recheado de alegorias anticomunistas, o veículo ocupa um lugar no *campo de produção ideológica*, definido por Bourdieu como:

Universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinando momento e em que, ao mesmo tempo, se define o *campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, a *problemática legítima*” (BOURDIEU, 2010, p. 373)

Carecendo de homogeneidade em função da variedade de agentes que dele podem participar, como a imprensa e os partidos políticos, o campo de produção ideológica, é também um espaço hierarquizado através de suas instituições e de seus integrantes. Não

são apenas os atributos pessoais de um agente que são determinantes para sua eficácia no campo de produção ideológica, mas a quantidade de capital, material ou simbólico, que esse agente dispõe para “fazer valer” sua opinião. Desta forma, e tomando o campo de produção ideológica (aliás, como todos os demais campos) como um espaço de luta constante, cada agente possui interesse objetivo em se mostrar competente na abordagem de determinado assunto com vistas a garantir o seu poder de legitimação em relação à opinião veiculada, sendo tal atitude consciente ou não para cada agente (MARTINS, 2012).

Ironides Rodrigues, em suas colunas cinematográficas, ao demonstrar erudição em relação a assuntos que não apenas o cinema, mas também à filosofia, à música e à literatura, buscava essa legitimação que anseiam aqueles que fazem parte do campo de produção ideológica. Debatendo com frequência temas caros ao periódico de que era articulista e ao partido ligado ao jornal, em especial a relação dos filmes com a questão religiosa, e em especial o catolicismo, percebemos em suas colunas um meio de legitimar, através da crítica de arte, estes temas que a publicação buscava valorizar e colocar como preponderantes na problemática legítima.

Ainda em relação à atividade jornalística de Ironides Rodrigues, podemos afirmar que o crítico possuía uma posição destacada dentro do periódico: podemos elencar a constância de sua colaboração, que data de 1954 até o início da década de 1960; e o preponderante espaço que sua coluna ocupava no jornal (com um número variável de 8 a 12 páginas, a crítica cinematográfica ocupava por vezes quase uma página inteira). Sobre Plínio Salgado, Rodrigues menciona com gratidão o espaço que lhe era reservado no jornal: “Sempre me prestigiou em seu jornal, favorecendo-me com grande espaço nas páginas de *A Marcha*, às vezes em detrimento de nomes de maior prestígio literário que o meu” (RODRIGUES, 1998b, p. 242). A análise realizada previamente em relação aos anos de 1956 e 1957 ressalta que Rodrigues travou debates com outros críticos da época (como Otávio de Faria, Muniz

Viana e Alfredo Leite), além de ter sido publicada uma entrevista sua com Jaime Pinheiro, então diretor do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica. Também consta ter tido contato com Nelson Pereira dos Santos, importante cineasta brasileiro que à época realizava seus filmes mais destacados. Pelas razões acima pautadas, podemos crer que o crítico teve um razoável grau de autonomia, embora não tenhamos encontrado registros de sua atividade em outros jornais no período posterior ao encerramento das atividades d'A *Marcha*, fechada em 1965 com o Ato Institucional nº 2.

Devemos ressaltar que, enquanto crítico cinematográfico, Rodrigues adotou uma postura de não-enfrentamento em relação à questão racial no jornal. Nos artigos em que abordava a temática, o autor pontuava os horrores do racismo, mas sem afrontar os leitores do periódico conservador em que escrevia. Ainda em relação à abordagem da questão racial nas colunas de Rodrigues, elas majoritariamente traziam os aspectos positivos do cinema feito por artistas negros, destacando seu talento e força dramática, principalmente em face de uma época onde ao artista negro restavam papéis secundários e caricaturais nas produções. Uma postura mais “aguerrida” em relação ao racismo é encontrada nos debates em que participou no movimento negro, e, em especial, na sua participação no I Congresso do Negro Brasileiro de 1950, onde seu posicionamento mais crítico polarizou o debate em relação à inserção do negro na sociedade brasileira, em face de uma postura mais conciliadora defendida por Guerreiro Ramos e Darcy Ribeiro, entre outros (BARBOSA, 2013).

Luís Martins (2007), ao tratar da relação entre o jornalista Samuel Wainer e Getúlio Vargas, destaca que apesar de sua trajetória ascendente, o *habitus* de classe do jornalista, judeu de origem humilde e dotado de instrução modesta comparada às dos demais jornalistas da época, o levou pioneiramente a fundar um jornal em que se buscasse, pela linguagem acessível e pela mescla de assuntos como a política e o futebol, o contato mais direto com as

camadas menos abastadas da população brasileira dos anos 1950. Rodrigues, que também possuía origem humilde e teve ascensão enquanto jornalista para *A Marcha*, optou por um procedimento diferente: dotado de uma notável erudição, o autor escrevia suas colunas para o periódico oficial do PRP de maneira bastante rebuscada, ostentando suas capacidades intelectuais através de um amplo conhecimento sobre cinema, literatura e da língua francesa. Esta integração aos valores culturais ocidentais, entretanto, não deve ser vista como desvencilhada de sua própria trajetória de militante: Rodrigues escreveu uma breve *Introdução à Literatura Afro-Brasileira* (RODRIGUES, 1997b), assim como também concebeu uma biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta (RODRIGUES, 1998b), arcebispo negro de Mariana que também fora membro da Academia Brasileira de Letras, além de proeminente figura do clero nacional à época.

Embora aparentemente distintas, as duas atitudes revelam os dois lados de uma mesma moeda: o *habitus* de classe dos dois agentes fez com que um lançasse um periódico, que, por ir contra a tendência elitista dos jornais da época, lhe assegurasse um lugar entre os figurões do jornalismo; enquanto outro, ao analisar rebuscadamente cinema e literatura, pleiteava uma posição de destaque entre os detentores de capital cultural do período.

Da mesma forma com que Martins (2007) interpreta o casamento de Wainer com a “bela e cobiçada” Danuza Leão como uma afronta daquele filho de imigrantes judeus pobres contra a alta sociedade que o desdenhava, podemos interpretar o intelectualismo presente nas críticas de Ironides Rodrigues como uma expressiva afirmação de que ele, menino pobre do interior de Minas, também havia “chegado lá”, com seu esforço e determinação. Isso denota a força do *habitus* de classe quando em contato com uma trajetória ascendente, tanto no caso de Wainer como o de Rodrigues.

Ironides Rodrigues, embora tenha frequentado a escola e a universidade, também incorreu no risco de uma apropriação ilegítima de capital cultural, conforme atesta uma passagem do seu

Diário sobre o período em que já era colaborador cultural de *A Marcha* e nos fala de sua relação com Plínio Salgado:

Quando ataquei um padre baiano que escrevera um livro sectário sobre a literatura infantil de Monteiro Lobato, recebi cartas desaforadas, de várias partes do Brasil, em defesa do sacerdote atrabiliário. Plínio Salgado me defendeu, dizendo que os erros de visão estética de Monteiro Lobato eram bem de seu tempo (...) (RODRIGUES, 1998b, p. 242).

Por fim, gostaríamos de destacar que, embora sua trajetória ascendente, Ironides Rodrigues não obteve a consagração de que tanto ansiava. Em seu diário, lembra com carinho do dia em que se formou em Direito, após ter entrado no curso há mais de três décadas:

Guardo uma recordação não tanto amarga do ano de 1974. Foi um momento de grandes esperanças para mim, pois foi nesse instante de imensa agitação emocional e de tantos trabalhos no ministério que consegui completar o meu curso jurídico, a nove de dezembro de 1974 (RODRIGUES, 1998a, p. 121).

Entretanto, pelas nossas pesquisas consta que nunca chegou a exercer a função de advogado, tendo sido funcionário do Ministério do Trabalho desde 1954 (RODRIGUES, 1997a, p. 153). Sobre seu emprego de funcionário público, Rodrigues guarda ressentimento:

Ser funcionário público desde 1954 e por mais de vinte anos ver tantas injustiças, com tantas promoções imerecidas e afrontosas. Se funcionário público e, após tantos sonhos desmoronados, não confiar mais nas promessas de quem quer que seja. (...) Poderão citar o exemplo de Machado de Assis, que foi funcionário público exemplar, que amava tanto a sua repartição (...). Mas isso já é um caso de doente congênito ou de doença patológica (RODRIGUES, 1998b, p. 244).

Embora não gostasse de seu trabalho enquanto funcionário público, pelas indicações em seu *Diário* somos levados a crer que em seus últimos anos não enfrentou dificuldades financeiras. Não sabemos se, à época de sua morte, ainda trabalhava ou já estava aposentado.

Esse ressentimento pode ser interpretado à luz do conceito de trajetória como sua derradeira não inserção entre os legítimos detentores de capital cultural, assim como o coroamento de uma trajetória sem dúvida ascendente, *ma non troppo*. Em compensação, a marca do *habitus* permanece durante toda sua vida, na defesa dos direitos e da valorização dos negros no Brasil, militância que exerceu, conforme os *Diários*, desde sua infância e que lhe trouxe tanto vitórias, como no caso do Teatro Experimental do Negro, quanto desilusões, visto que no racismo podemos também encontrar um elemento que dificultou a trajetória deste intelectual:

Mais de cinco décadas tentando me firmar, com a certeza de que tudo o que consegui foi à custa de muita pena e sofrimento, sem derrubar adversários, egoisticamente, vencendo pisoteando na honra e na dignidade de todas as criaturas decentes e sensatas. Tudo o que fiz até agora foi com a convicção de que atingi a meta desejada, com o orgulho alvissareiro de um dever cumprido.
(RODRIGUES, 1997a, p.134)

Como podemos perceber na citação acima, apesar dos diversos percalços pelos quais passou, nosso autor permaneceu obstinado na defesa de seus ideais e crenças que nortearam sua trajetória, mesmo sendo suas aspirações não plenamente realizadas.

Referências

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Muryatan Santana. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepção e inovações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 28, p. 171-184, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

_____. *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945-1965*. 2005. 800 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *Os caminhos do profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha Razão de Viver*. In Anos 90, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 111-126, dez. 2007.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” da capital federal e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954); conflitos entre projetos de desenvolvimento nacional*. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2012.

ORTIZ, Renato. (org). Pierre Bourdieu. In *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, p. 147-160, 2003.

RODRIGUES, Ironides. *Diário de um negro atuante. THOTH*, v. 3. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, 1997a.

_____. *Diário de um negro atuante, segunda parte (1974-1975). THOTH*, v. 5. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, maio/ago 1998b.

_____. *Diário de um negro atuante (1974-1975). THOTH*, v. 4. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, jan/abr 1998a.

_____. Introdução à literatura afro-brasileira. *THOTH*, v. 1. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, 1997b.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: _____. (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

SANTOS, Gilca Ribeiro dos. *O pensamento educacional de Francisco Lucrécio e Ironides Rodrigues*. (Dissertação de mestrado em educação) Uberlândia: UFU, 2013.

Uma análise acerca do Clube de Gravura de Porto Alegre através de alguns conceitos de Pierre Bourdieu¹

Jéssica Tuany Wiadetski²

Introdução

O presente estudo propõe, como intento principal, explanar acerca dos usos de alguns dos principais conceitos elaborados pelo filósofo e sociólogo francês, Pierre Bourdieu, tais como os de habitus e o de campo artístico, em minha pesquisa sobre o Clube de Gravura de Porto Alegre (CGPA)³, no Rio Grande do Sul.

O CGPA (1950-1956) trata-se de uma agremiação de artistas que se apropriaram do Realismo Socialista soviético como tendência artística, adaptando-o para um Realismo Social, representando um contraponto na América do Sul ao Abstracionismo e aos valores estadunidenses provindos da Guerra Fria, na década de 1950. Este contexto histórico foi marcado pela aspiração utópica de alguns

¹ O presente estudo foi desenvolvido para a avaliação na disciplina: Sociedade, Urbanização e Imigração I, do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Parte do conteúdo presente neste texto, tal como o sistema de arte rio-grandense, pertence a análise da minha dissertação acerca da prática da gravura na região platina, na segunda metade do século XX.

² Mestranda em História pelo programa de Pós-Graduação da PUCRS.

³ Fizeram parte do CGPA artistas destacados no cenário gaúcho e nacional, tais como: Vasco Prado, Carlos Scliar, Danúbio Gonçalves, Glauco Rodrigues, Glênio Bianchetti, Carlos Alberto Petrucci, Carlos Mancuso, Edgar Koetz, Plínio Bernhardt.

artistas plásticos, que ao se questionarem sobre qual seria a função social da arte, acreditaram que esta poderia ser utilizada como um instrumento eficaz de transformação social.

Importante mencionar que o CGPA nasce numa conjuntura política no Brasil que era tanto democrática, pela volta de Getúlio Vargas ao governo através das urnas, quanto repressora, pois o Clube era ligado indiretamente ao PCB, que estava na ilegalidade (GONÇALVES, 2005, p. 35).

No Rio Grande do Sul, foi um período de forte desenvolvimento industrial, enquanto a agropecuária encontrava-se em crise e o latifúndio mostrava pouca rentabilidade. A concentração da propriedade privada no campo, resultou em um êxodo de trabalhadores rurais para centros urbanos ou fora do estado. Os processos de produção mecânicos e a extinção das charqueadas, contribuíram para o acirramento das dificuldades dos camponeses, um dos principais temas do CGPA em suas gravuras (GONÇALVES, 2005, p. 40).

A constituição de um campo artístico para Bourdieu

Um dos principais conceitos elaborados por Pierre Bourdieu é o de campo, no qual pode ser entendido como um espaço com relações de poder, onde as práticas existem em lugares específicos, tais como, cultural, político, econômico, artístico e etc.

A relevância do estudo deste conceito para a pesquisa, consiste em explorar o sistema de arte rio-grandense entre as décadas de 1940 a 1950. Com o objetivo de analisar os espaços de poder, instâncias de consagração, regras e práticas específicas, ou seja, os lugares onde os artistas do CGPA ocuparam nesta estrutura, e que nos indicam suas tomadas de poder.

Para Bourdieu “os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições” onde as propriedades são dependentes “das posições neste espaço, podendo ser analisadas independentemente das características de seus

ocupantes” (BOURDIEU, 1976, p.1). Um elemento fundamental para que haja a existência de um campo, é a sua autonomia, indo contra a tradição herdada ou a utilizando de ponto de partida para o desenvolvimento da independência de suas produções:

O processo de autonomização da produção intelectual e artística é correlato à constituição de uma categoria socialmente distinta de artistas ou de intelectuais profissionais, cada vez mais inclinados a levar em conta exclusivamente as regras firmadas pela tradição propriamente intelectual ou artística herdada de seus predecessores, e que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos de uma Igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das encomendas de um poder político propenso a tomar a arte como instrumento de propaganda (BOURDIEU, 2005, p. 101).

Em sua obra “*As Regras da Arte*”, Bourdieu (1996), ao analisar o nascimento do campo artístico moderno francês, entre as décadas de 1870 e 1880, afirma que, nesta conjuntura houve uma superação do modelo acadêmico francês, caracterizado pelo romantismo. O velho academismo dá espaço para um campo de concorrência, no qual estabelece uma nova autoridade artística capaz de indicar parâmetros, incorporando um sistema com pluralidade de visões divergentes acerca dos temas e técnicas (SILVA, 2015, p. 1). Para Bourdieu, o progresso dos campos está relacionado ao fornecimento de interpretações “criativas” para o uso dos criadores. Tendo em vista que o artista não cria obras apenas para o seu público, mas também para o reconhecimento de seus pares (que reconhecem ou os produzem).

Vale dizer, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como o campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das distinções culturalmente pertinentes em um determinado estágio de um dado campo, isto é, busca dos temas, técnicas e estilos que

são dotados de valor na economia específica do campo por serem capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem, vale dizer, de conferir-lhes um valor propriamente culturalmente atribuindo-lhes marcas de distinção (BOURDIEU, 2005, p. 109).

Bourdieu menciona o papel elementar desempenhado pelo escritor francês Flaubert⁴, para a formação deste campo artístico autônomo, no século XIX. Neste contexto, teria se dado a recusa de duas possibilidades de movimento cultural: de um lado, a arte burguesa, subordinada a questões estruturais mediadas pelo mercado e pelo Estado. Seu público consumidor era a nova classe de ricos, os burgueses. Os quais buscavam através dela, a legitimação de um estilo de vida. O segundo, trata-se da arte social, muitas vezes panfletária, com pretensões de descrever uma realidade de forma acessível e didática. A oposição de Flaubert a estes dois movimentos culturais teria fundado o campo artístico autônomo, ao inventar uma nova posição.

Flaubert almejava a libertação do gosto pelo romantismo desgastado e cheio de moralismos, através de denúncias, não nos moldes da arte social de antes, e sim retratando uma sociedade fragmentada, vazia, frívola e desmoralizada. Em função disto, defendia a criação de uma arte pelo social. A “revolução literária” de Flaubert consiste neste novo modo de percepção, promovendo uma mistura de estilos, conteúdos e novos valores.

Os gostos dos novos-ricos instalados no poder voltam-se para o romance, em suas formas mais fáceis como os folhetins, disputados na corte e nos ministérios, e que dão lugar a empresas de edição lucrativas; ao contrário, a poesia, ainda associada as grandes batalhas românticas, a boemia e ao engajamento em favor dos desfavorecidos, constitui objeto de uma política deliberadamente hostil, em especial da parte do ministério de Estado como testemunham, por exemplo, os processos intentados aos poetas ou as perseguições contra os editores como Pouiet

⁴ Gustav Flaubert (1821-1880) foi um escritor francês, ligado ao realismo literário cujos principais trabalhos são: *Madame Bovary*, *Salammbô* e *Educação Sentimental*.

Malassis, que publicara toda a vanguarda poética, particularmente Baudelaire, Banville, Gautier, Leconte de Lisle, e que foi compelido a falência e a prisão por dívidas. As sujeições inerentes à vinculação com o campo do poder exercem também sobre o campo literário graça as trocas que se estabelecem entre os poderosos, na maior parte novos ricos em busca de legitimidade, e os mais conformistas ou os mais consagrados dos escritores, em especial através do universo sutilmente hierarquizado dos salões (BOURDIEU, 1996, p. 66).

De acordo com Bourdieu (1996), o escritor detinha capital cultural⁵, isto é, possuía conhecimento acerca da história da arte para a partir disto, elaborar um novo estilo, não só literário, mas também de vida, a boemia. Outro fator determinante, será o capital econômico que retinha Flaubert, o proporcionando mais liberdade para a criação, não dependendo financeiramente de um mercado, portanto não necessitava seguir as regras deste, para a sua sobrevivência.

Bourdieu (1996) também traz a ideia de estética pura em “*As Regras da Arte*”, como pertencente ao processo histórico da instituição artística (vinculada às condições que as criam), e do próprio funcionamento do campo (que as realizam). Trata-se da discussão ou concorrência do que seria um produto legítimo ou não do campo artístico.

Neste sentido, a arte "pura" (produto de um refinamento incessante das formas) leva ao paroxismo as tendências inerentes à arte das épocas anteriores, ao submeter à explicação e à sistematização os princípios próprios a cada tipo de expressão artística. E com vistas a medir tudo que separa esta arte de pesquisa, nascida da dialética interna do campo, das artes autenticamente populares existentes exclusivamente nas formações sociais desprovidas de instâncias especializadas de

⁵ O conceito de capital em Bourdieu (2005), consiste num acúmulo de forças dos agentes (aqueles que agem em um determinado campo). Logo capital cultural diz respeito a educação ou a sua aquisição de produtos culturais, que resultam em capital simbólico, isto é, a noção de capital é baseada nos recursos de dominação de um determinado agente num campo específico.

produção, de transmissão e de conservação culturais (BOURDIEU, 2005, p. 113).

Outro elemento que o autor aborda são os espaços ou estâncias, no qual se consagram e conservam aquilo que os dominadores julgam legítimo, por exemplo, através de museus, galerias, salões, escolas, críticos de arte, meios de divulgação, historiadores da arte entre outros.

Sendo assim, para Bourdieu, a configuração de um campo artístico consiste na disputa por reconhecimento e legitimidade, isto é, de poder simbólico.

O CGPA e o cenário artístico no rio grande do sul na década de 1950

De acordo com Kern (2007), foi por volta dos anos de 1940 que o modernismo começa a emergir no Rio Grande do Sul, trazendo um debate entre o acompanhamento das artes internacionais e regionais. Nesta década, segundo Bohns (2007), houve uma evolução técnica dos meios de reprodução da imagem conjuntamente com o surgimento da Associação Francisco Lisboa (AFL)⁶ em 1938, formada por autodidatas, assinalando a primeira ruptura, com a hegemonia clássica acadêmica da Escola de Belas Artes do RJ. Para Bohns, a partir de 1945 começam a surgir no estado “espaços expositivos adaptados a outros espaços comerciais, como auditórios e estúdios fotográficos dentre eles, *A Casa das Molduras*, o Multi Espaço do auditório Caldas Junior do Jornal Correio do Povo e a galeria *Estúdio Haar*” (BOHNS, 2007, p.99).

Na década de 1950, este cenário de internacionalização das artes ganha ainda mais força com a primeira Bienal da América

⁶ A AFL, foi Fundada em Porto Alegre por artistas ilustradores que trabalhavam na Editora Globo, bem como, autodidatas e artistas marginalizados do sistema de arte oficial. Fizeram parte da instituição, João Faria Viana, Guido Mondin, Carlos Schiar, Mario Mônaco, Edla Silva, Nelson Boeira Faedrich, Gatão Hofstetter, Carlos Scarinci, João Fahrion, Edgar Koetz e entre outros.

Latina, em São Paulo no ano de 1951, bem como a política de novos museus de arte moderna no Brasil. Durante esta década a AFL realizou salões, que ajudaram a promover a consagração do CGPA, levando em consideração que alguns destes artistas já eram reconhecidos, tanto no cenário artístico nacional, quanto regional, como é o caso de Carlos Scliar ou Edgar Koetz. Em 1951, a associação premiou com menções honrosas, medalha de ouro e prata Edgar Koetz e outros inúmeros artistas do CGPA. O *V Salão da Associação Francisco Lisboa* inclusive, foi significativo por evidenciar a independência dos artistas no momento em que a Bienal de São Paulo pretendia estabelecer total subordinação da arte ao controle inepto interessado de grandes capitalistas⁷. Estes salões organizados pela associação continham discursos ideológicos com intenções de legitimar uma arte preocupada com a questão social (MOTTER, 2013).

Bourdieu ao analisar o caso francês, acerca dos salões como estâncias de consagração, explica que além do prestígio e material poético, fornecem também uma identidade. É possível estabelecer tal conceito de Bourdieu, ao caso do clube porto-alegrense, pois estes salões consagraram através de prêmios, prestígios, identidade e aceitação.

Esses salões não são apenas locais onde os escritores e os artistas podem reunir-se por afinidades e encontrar os poderosos, materializando assim, em interações diretas, a continuidade que se estabelece de um extremo ao outro do campo do poder, não são apenas refúgios elitistas onde aqueles que se sentem ameaçados pela irrupção da literatura industrial e dos jornalistas literatos podem ter a ilusão de reviver [...]. Eles são também, através das trocas que ali se operam, verdadeiras articulações entre os campos: os detentores do poder político visam impor sua visão aos artistas e apropriar-se do poder de consagração e de legitimação que eles

⁷ Nos anos de 1950, se deu início a uma nova organização do Estado e as incorporações do modernismo na cultura, ou melhor, ações do capital privado na esfera da cultura. A Bienal de São Paulo, recebeu além do financiamento público, o privado, fornecido principalmente pelos tubarões da indústria, por exemplo o americano Nelson Rockefeller.

detêm, especialmente através do que Sainte-Beuve chama de "imprensa literária"; por seu lado, os escritores e os artistas, agindo como solicitadores e como intercessores ao mesmo, às vezes, como verdadeiros grupos de pressão, esforçam-se em assegurar para si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado (BOURDIEU, 1996, p. 67).

Por volta dos anos 1930, a gravura, por vezes, era utilizada em processos não artísticos, e sim industriais ou comerciais, com a função de reprodução de imagens para editoras ou jornais, tais como a Editora Globo⁸, já que a reprodução de fotografias era muito dispendiosa. Os salões realizados pela associação, além de consagrarem artistas, o mesmo acontece com a própria prática da gravura, que antes se restringia apenas a função ilustrativa ou as raras exceções de alguns artistas.

Importante mencionar que o CGPA não possuía uma autonomia artística plena, pois quando os artistas fundaram o clube, inspirados no *Taller de la Gráfica Popular*⁹, como uma forma de conseguir financiar a revista *Horizonte*, estavam vinculados ao PCB, por meio da edição e venda de gravuras produzidas pelo clube para os sócios-contribuintes da revista (elite cultural de esquerda). Portanto, haviam diretrizes políticas interferindo na criação destes artistas.

Neste contexto, não podemos afirmar que havia um campo artístico instituído no estado, assim como Bourdieu o determina, mas sim a incipiência de um. Para haver um campo, é necessário que este tenha uma certa autonomia de qualquer dependência social, política ou acadêmica, o que não havia no campo artístico rio-grandense. O que nos impede de pensar num mercado de bens simbólicos, uma vez que as galerias de arte eram frágeis e sem clientela forte, além da

⁸ A Editora Globo, foi responsável pela criação de um dos maiores veículos de informação do RS, por exemplo a *Revista do Globo*.

⁹ *Taller de la Gráfica Popular* (TGP), associação coletiva de artistas militantes fundada em 1937, no México.

quase ausência de colecionadores de arte e dificuldades ainda em torno da própria profissionalização dos artistas.

De acordo com Kern, a concepção do artista moderno que acreditava exercer um papel de agente transformador da sociedade, acabava por denunciar “a ausência da autonomia e superposição de papéis exercidos pelos artistas” (KERN, 2007, p. 75). Bourdieu, explana sobre esta dupla ambivalência dos artistas.

As relações que os escritores e os artistas mantêm com o mercado, cuja sanção anônima pode criar entre eles disparidades sem precedente, contribuem sem dúvida para orientar a representação ambivalente que tem do "grande público", a uma só vez fascinante e desprezado, no qual confundem o "burguês", escravizado as preocupações vulgares do negócio, e o "povo", entregue ao embrutecimento das atividades produtivas. Essa dupla ambivalência os inclina a formar uma imagem ambígua de sua própria posição no espaço social e de sua função social: o que explica que sejam levados a fortíssimas oscilações em matéria de política (BOURDIEU, 2005, p. 74).

Outro conceito importante de Bourdieu é o de *habitus*, associado à noção de campo. Trata-se de uma estrutura estruturada e estruturante capaz de ser moldada. De maneira que nos possibilita a compreensão de como, indivíduo e sociedade interagem, inclusive sobre seu estilo de vida e posição social. Para Bourdieu (2009), o *habitus* é algo apreendido ao longo da existência do indivíduo, através de experiências individuais e principalmente sociais. Indagar-se sobre as estruturas com as quais estes agentes, no caso os artistas, estão inseridos, nos possibilita o entendimento tanto do cenário no qual se encontram quanto seu conjunto de capitais sejam eles econômico, social, cultural (recursos de dominação e prestígio que geram capital simbólico). Lembrando que o agente é afetado por um sistema de disposições inconscientes formados pela interiorização das estruturas objetivas do campo.

A noção de trajetória coletiva, pertencente ao *habitus*, diz respeito ao conjunto de experiências que o indivíduo irá

compartilhar e individualizar. Para Bourdieu, o *habitus* tende a produzir práticas que se ajustam às estruturas objetivas do campo, o que não implica que esta não possa ser transformada, como já mencionado.

Domingues (2001) nos explica acerca do conceito de *habitus* de Bourdieu, que para o autor trata-se de uma estrutura incorporada no indivíduo ao longo do tempo.

Nas palavras de Bourdieu, *habitus* significa uma “estrutura estruturada e estruturante”. Depositada no corpo humano (e não na “consciência do sujeito”), ela fornece regras práticas para a sua ação, que se desenrola então em particular, reproduzindo as estruturas sociais, conquanto seja importante observar que, sem especificar exatamente como, ao lado dessa memória que se perpetua, ele coloca uma inventividade do *habitus*, que, portanto, encarrega-se, não se sabe bem como, todavia, da criatividade da ação. O *habitus*, assim, responde pelo polo da ação, em grande parte pela memória social e, mais modestamente, pela criatividade e pela mudança social (DOMINGUES, 2001, p. 110).

Pensar o *habitus*, implica refletir sobre a trajetória dos artistas do CGPA. Utilizando Carlos Scliar como exemplo, o articulador de ideias, um dos membros mais atuantes dentro do CGPA, nasceu em 1920 em Santa Maria (SCARINCI, 1982). Entre os anos de 1944 e 1955, participou como pracinha da FEB, onde atuou em conjunto com o exército norte-americano na Itália. Este contato com os horrores da guerra, fez com que o artista viesse a se preocupar ainda mais com questões sociais (MOTTER, 2013). Ao voltar da Itália, Scliar foi morar em São Paulo, passando a manter contato mais direto com artistas modernistas, tal como Clóvis Graciano. Com isso, é considerado o elo de ligação das artes plásticas gaúchas com as correntes modernistas, sendo visto como o representante do Modernismo no sul do Brasil (SCARINCI, 1982).

Embora não foram encontradas até o momento, referências acerca de seu capital econômico para compreendermos o seu grau de autonomia em relação as regras do mercado, ainda que,

incipiente no Rio Grande do Sul, nota-se que este possuía um excelente capital social e cultural muito antes de formar o CGPA. Seu engajamento social na arte somado a militância política e as experiências como pracinha da FEB, foram decisivas para o tratamento das temáticas de suas obras no CGPA.

Bourdieu (1996), aborda uma série de questões decorrentes entre o campo artístico autônomo e o campo econômico, no qual a cultura em geral possui dependência. De acordo com Silva (2015), esta relação é resultante de uma sociedade capitalista no qual a dependência, é inevitável. Com isso, o mercado da arte pode ser entendido como um mercado de bens simbólicos. Se, por um lado, o valor simbólico não pode recusar de todo do comercial, uma vez que está inserido em um modelo capitalista, por outro lado, o valor comercial também não pode recusar de todo do simbólico, sob o risco de ver seu bem descaracterizado como produto específico do campo artístico, afetando por consequências seu valor como mercadoria.

Como se vê, eis a atitude que os mais desfavorecidos diante da arte não parecem dispostos a tomar. Se as formas mais inovadoras da arte não-figurativa só se deixam captar por uns poucos virtuosos (cujas posições de vanguarda devem sempre algo à posição que ocupam no campo intelectual e, de modo mais geral, na estrutura das relações de classe), é porque exigem a aptidão necessária para romper com todos os códigos, desde o código da percepção cotidiana, e por tal disposição generalizável e transferível só pode ser adquirida através do convívio com obras que exigem códigos diferentes e através da experiência da história da arte enquanto sucessão de rupturas com os códigos estabelecidos (BOURDIEU, 2005, p. 111).

A arte de vanguarda, para Bourdieu, no caso de Flaubert, num primeiro momento exerce uma oposição às regras deste mercado, inserindo valor simbólico à sua obra e refutando a arte dita consagrada, já assimilada pelas regras do mercado que são derivadas das relações de poder. De acordo com o autor, a vanguarda artística

quando bem-sucedida no seu objetivo em incorporar valor simbólico, tende por fim, a tornar-se arte consagrada.

O realismo socialista trazia um discurso politizado de glorificação das lutas dos trabalhadores, contrário ao abstracionismo, o qual eles, artistas engajados do CGPA julgavam ser uma arte burguesa decadente, distante da realidade do povo. Para eles o realismo socialista é considerado como tendência artística que não exige códigos de compreensão tão eruditos e específicos, conseqüentemente é utilizado para aproximar a arte dos mais desprovidos financeiramente, contendo temas do cotidiano do povo.

Hoje os mais desprovidos culturalmente parecem inclinados a um gosto que se diz “realista” por que, na falta de possuir em estado prático como o amador de arte, as categorias específicas oriundas da autonomização do campo de produção que permitem perceber imediatamente as diferenças de maneira de estilo, podem apenas aplicar as obras de arte os esquemas que empregam na existência cotidiana (BOURDIEU, 1996, p. 350).

Quando desilusões políticas¹⁰ trazem à tona questionamentos sobre suas práticas artísticas, as gravuras, de certa forma são absorvidas pela arte consagrada. Em outras palavras, num contexto marcado pela ritualização de tradições populares rurais em espaços urbanos, tal como a criação do CTG, os artistas optaram pela temática regional e tradicional, na contramão do processo de renovação do sistema de arte no RS.

Considerações finais

Bourdieu traz uma perspectiva sobre a sociologia da arte, muito pertinente para o desenvolvimento do tema de pesquisa aqui apresentado. Uma vez que o sociólogo francês considera as

¹⁰ Com a Morte de Josef Stalin, vem à tona através de Nikita Khrushchov, as mortes promovidas em seu regime político. Causando desilusões por parte de alguns intelectuais e artistas brasileiros.

experiências do artista, seus padrões e perspectivas, ou seja, a noção de habitus e a de trajetória, pois afinal:

O habitus, solicita, interroga, faz falar o objeto que, por seu lado, parece solicitar reclamar, provocar o habitus, os saberes, as lembranças ou as imagens. [...]A experiência artística é questão de sentidos e de sentimento, e não decifração e de raciocínio, é que a dialética entre ato constituinte e o objeto constituído que se solicitam mutuamente se efetua na relação essencialmente obscura entre o habitus e o mundo (BOURDIEU, 1996, p. 355).

Bourdieu aborda toda a complexidade que consiste no artista como criador e o meio social, cultural, político e econômico, em que este está inserido. Como é o caso do uso do conceito de campo artístico, que no RS, é possível afirmar que no período analisado houve “timidamente”, a incipiência de um. Lembrando que para a existência de tal, é necessário que haja uma competição pela legitimidade de técnicas ou de temas, onde existam culturalmente os grupos que os produzem. E essencialmente é necessário que haja uma certa autonomia de dependências sócias, políticas, econômicas ou acadêmica.

Outro elemento importante elaborado por Bourdieu, e de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, diz respeito ao papel exercido pelos salões, como instâncias de consagração, legitimação e identidade. Que no caso gaúcho, foi essencial tanto para a consagração dos artistas no cenário regional, quanto para o exercício da gravura, como arte.

Partindo de outro contexto, ao analisar a obra de um escritor francês como Flaubert e a vanguarda francesa, Bourdieu nos inspirou a aplicar seus conceitos na análise de um grupo de artistas em um estado como o Rio Grande do Sul. Em comparação ao caso mencionado acima, no qual se opuseram ao modelo acadêmico francês, caracterizado pelo romantismo criando uma arte para o social. Os artistas militantes do CGPA, não romperam com a linguagem romântica e regional que também caracterizava o

cenário artístico no Rio Grande do Sul, contudo, o tema regional que antes era glorificado, passou a ser abordado a partir das dificuldades enfrentadas pelo trabalhador. A diferença entre a vanguarda de Flaubert e o CGPA, consiste no tipo de produção, tratamento dos temas e o público alvo. Uma vez que Flaubert almejou a criação de uma arte para seus pares, o CGPA teve como intento principal, uma arte voltada para as massas.

Referências

- BOHNS, Neiva M. F. Década de 50: sopram os novos ares. In: GOMES, Paulo (org.). *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Grupo CEE, 2007, p. 97-115.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. Algumas propriedades dos campos. In: *Exposição para Ecole Normale Supérieure*. 1976. Disponível em: <<http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/normatizacao.pdf>> Acesso em: 8 out. 2016.
- DOMINGUES, J. M. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, Cassandra de C. A. *Clube de Gravura de Porto Alegre: Arte e Política na Modernidade*. São Paulo, 2005. 2013 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Programa Interunidades em Estética e História da Arte USP. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/livros_de_cassandra_de_castro_assis_goncalves_para_download/1>. Acesso em: 14 jan. 2016.
- KERN, Maria L. B. A emergência da arte modernista no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Paulo (org.). *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Grupo CEE, 2007, p. 50-55.

MOTTER, Talitha B. *Gravura, Figuração e Política: A obra de Carlos Scliar junto ao Clube de Gravura de Porto Alegre (1950-1956)*. Porto Alegre, 2013, 236 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS). Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66823>> Acesso em: 5 out. 2016.

SILVA, Marcelo de Souza. As ideias de Bourdieu sobre arte e sua aplicação no contexto do século XXI. *HACER - História da Arte e da Cultura: Estudos e Reflexões*, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.hacer.com.br/#!aplicacaobordieu21/rbdbk>>. Acesso em: 4 out. 2016.

SCARINCI, Carlos. *A gravura no Rio Grande do Sul: 1900-1980*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.